

ALIMENTAR A MENTE

e outros textos de LEWIS CARROLL

(tradução)



Rafael Montoito
(organizador)



ALIMENTAR A MENTE

e outros textos de LEWIS CARROLL

(tradução)

Rafael Montoito

(Organizador)

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

Reitor

Flávio Luis Barbosa Nunes

Vice-Reitora

Veridiana Krolow Bosenbecker

EDITORA IFSUL

Editor Executivo

Vinícius Martins

Conselho Editorial

Vinícius Martins (Presidente)

Alessandra Cristina Santos Akkari Munhoz

Daniel Ricardo Arsand

Daniele Gervazoni Viana

Elisabeth Tempel Stumpf

Gilnei Oleiro Corrêa

Glaucius Décio Duarte

Klaus Boesch

Mariana Jantsch de Souza

Nei Jairo Fonseca dos Santos Junior

Rodrigo Kohn Cardoso

Editora IFSul

Rua Gonçalves Chaves, 3218 – 5º andar – sala 509

96015-560 – Pelotas – RS

Fone: (53) 3026.6094

editoraifsul@ifsul.edu.br

<http://omp.ifsul.edu.br>

Rafael Montoito
(Organizador)

ALIMENTAR A MENTE
e outros textos de LEWIS CARROLL
(tradução)



2023

© 2023 Editora IFSul



Este livro está sob a licença Creative Commons (br.creativecommons.org), que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais.

Coordenação editorial: *Glaucius Décio Duarte*
Organizador, tradutor e autor: *Rafael Montoito*
Revisora técnica: *Angelita Carvalho de Oliveira de Freitas*
Design de capa e contracapa: *Eberardson*
Editoração final: *Carla Rosani Silva Fiori*



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

A411 Alimentar a mente [recurso eletrônico] : e outros textos de Lewis Carroll / organização de Rafael Montoito. — Pelotas : Editora IFSul, 2023.
154 p.

Modo de acesso: Word Wide Web: <http://omp.ifsul.edu.br/>
ISBN 978-65-89178-20-0

1. Literatura inglesa. 2. Carroll, Lewis, 1832-1898 - Crítica e interpretação. I. Montoito, Rafael. II. Título.

CDD 823.09

Bibliotecária responsável: Vanessa Levati Biff — CRB 10/2454

'Há uma falácia em algum lugar', murmurou lentamente, esticando suas pernas compridas sobre o sofá. 'Preciso refletir melhor sobre isso'. Ele fechou os olhos, para poder concentrar melhor sua atenção; e, por mais ou menos uma hora, sua respiração regular e vagarosa garantiu a cuidadosa meditação com que ele investigava essa nova e perturbadora abordagem do assunto.

(Lewis Carroll – Uma história embrulhada)

PREFÁCIO – LEWIS CARROL: UM BREVE (AUTO)RETRATO

Andréia Dalcin¹

Escrever um prefácio, para um livro de traduções de Charles Ludwig Dodgson (1832-1898), mais conhecido como Lewis Carroll, é, ao mesmo tempo, lisonjeador e desafiador. Lisonjeador pela lembrança de meu nome, dentre tantos outros possíveis, e desafiador pela complexidade da tarefa de escrever sobre Lewis Carroll e os textos traduzidos que compõem esse e-book. É imediata e inevitável a associação entre o autor e sua mais conhecida obra, *Alice no País das Maravilhas*. Mas, Charles Lutwidge Dodgson, por meio de seu pseudônimo Lewis Carroll, é mais do que o criador de Alice, do Chapeleiro Maluco, do Coelho Branco ou da Rainha de Copas, embora tais personagens sejam de uma genialidade ímpar. Charles foi fotógrafo, escritor, professor, reverendo anglicano, crítico de teatro, poeta e professor de matemática na Universidade de Christ Church, em Oxford. A matemática se faz presente em boa parte de suas obras, orientando e expressando sua forma de ver, perceber e compreender o mundo; e, se em alguma parte de sua vida ele se esforçou para deixar seu nome de batismo dissociado do seu pseudônimo, com relação às obras que publicava – Charles Lutwidge Dodgson assinava as obras “sérias” e as publicações de matemática, enquanto Lewis Carroll era o autor das histórias, cartas e passatempos para crianças –, ao fim, os dois se amalgamaram (MONTAITO, 2013). Sobretudo hoje, quando se busca alguma publicação sua, percebe-se

¹ Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e líder do grupo de pesquisa HIFEM – História, Filosofia e Educação Matemática.

que o pseudônimo acabou eclipsando um pouco seu nome civil, motivo por que não há nenhuma razão para que, neste texto, eles não possam ser utilizados de forma intercambiável, já conduzindo o leitor à pitoresca vida e obra do autor cujos textos compõem esta edição.

Assim como a matemática, a fotografia esteve muito presente na vida de Charles Lutwidge Dodgson e, principalmente, as feitas de meninas, que geraram polêmicas e discussões, revelando mais uma faceta desse homem instigante, que teve a ousadia e a propensão a provocar o desconforto em seus leitores e admiradores. Charles “chegou a ser reconhecido como o melhor fotógrafo de crianças do século XIX” (COHEN, 1998, p. 16). É considerado um fotógrafo vanguardista, devido à sua inventividade na manipulação das reações químicas e propriedades físicas que compõem a fotografia. Suas criações artístico-fotográficas traziam elementos ainda pouco explorados na época, pois buscava capturar cenas do cotidiano das pessoas, retratando-as em poses o mais natural possível, porém incorporando efeitos que induzem a uma realidade-ficcional; o resultado é a composição de cenários que, por vezes, remetem a situações vivenciadas por seus personagens da literatura, em especial Alice. Como bem coloca Higonnet (2008),

Muitas de suas melhores fotografias, não coincidentemente, são sobre pessoas para as quais seus livros foram escritos – crianças. Tecnicamente, as fotografias são feitas por Dodgson, mas a relação entre as fotografias e os livros é tão importante, o nome Lewis Carroll tão famoso, que podemos dizer que as fotografias são de Carroll (HIGONNET, 2008, p. 5 apud BELLON, 2019, p. 26).

Essa junção entre o homem-autor Charles Lutwidge Dodgson e suas diferentes produções, muitas vezes atribuídas a Lewis Carroll, nos remete à dialética

entre autoria e produção. Ao nos aproximarmos um pouco mais de suas produções, é possível conhecer mais sobre Carroll e, ao ler as histórias de Alice, identificar a presença de Dodgson, em especial seu fascínio e as conexões que estabelece com a geometria e a lógica. Ao retratar o fantástico em suas narrativas e fotografias, ele flerta com o surrealismo e materializa em imagens e palavras elementos de *nonsense*². Se, na literatura, seus personagens sempre vivem o inesperado e exploram “realidades” novas (como Alice mudando de tamanho e o navio de *A caça ao turpente*, que navega para trás), tal traço também se faz presente no caso das fotografias, pois ele explora diferentes linhas de fuga, criando uma diversidade de possibilidades de construções de significados para quem observa as imagens, sendo que

Los efectos surrealistas espectaculares no eran producidos con trucos especiales, sino simplemente utilizando con cierta maestría el medio fotográfico: exponiendo los motivos a tiempos de pose de diversa duración (los “fantasmas” posaban durante brevísimos tiempos frente a la lente) (HERNANDES, 1993, p. 85).

Dentre suas fotografias, destaco os autorretratos, que, em diálogo com os textos traduzidos nessa obra, podem nos dizer algo mais sobre esse autor de textos,

² Estudiosos de Literatura entendem o *nonsense* como um estilo literário que aparece primeiramente nos poemas de Edward Lear (1812-1888) e nos escritos de Lewis Carroll. Ao contrário do que a palavra possa sugerir ao leitor desavisado, o *nonsense* não é caracterizado pela *falta de sentido*, mas sim pela *multiplicidade de sentidos* possíveis que emergem do texto lido (ÁVILA, 1996).

autor de fotografias! O cuidado com a pose em seus autorretratos de imediato chama atenção. Charles ensaia uma pose “natural”, uma de suas marcas na produção fotográfica, mas deixa transparecer a preocupação sobre como quer ser visto. Tal preocupação é também perceptível no seguinte trecho, extraído de ***Dia de folga de um fotógrafo***, que compõe essa coletânea: “*lembrei-me de que o idiota realmente acreditou estar noivo da Amelia (minha Amelia!). Engasgado, não pude prosseguir. A figura dele [referindo-se ao idiota], devo admitir, era boa: alguns podem admirar seu rosto; mas o que é rosto, semblante ou a figura, sem inteligência? Minha própria figura talvez seja levemente robusta; em estatura, não sou nenhuma girafa militar – mas por que eu deveria descrever a mim mesmo? Minha foto (tirada por mim mesmo) será evidência suficiente para o mundo*”.

Figura 1 – Carroll lendo



Fonte: Cohen (1998, p. 82)

Figura 2 – Carroll com câmera fotográfica



Fonte: Gernsheim (1949, p. 95)

O desejo de ser visto e, portanto, lembrado, parece impulsioná-lo a sair da situação de fotógrafo e se tornar o artefato a ser capturado pela câmera, como uma forma de objetivamente ver-se a si mesmo, como em um espelho. O espelho, assim como a fotografia, pode nos revelar algo sobre quem somos, e ao mesmo tempo, algo diferente de nós, pois está fora. Como nos lembra Manguel (2000),

A face que vemos no espelho pode ser a do nosso eu, aquele que deve ser apresentado, a Deus, pois toda face humana é o autorretrato de Deus: é também um retrato do eu, desejoso, o duplo, o proibido, o eu desejado ou imaginado à procura de conhecer a própria identidade (p. 186).

O “espelho” esteve muito presente na obra de Lewis Carroll, é por meio dele que Alice adentra o mundo inverso. Além de uma passagem para entrar nesta aventura, “o espelho funciona como artifício para criar jogos de linguagem, paradoxos, metáforas, duplas de opostos, ilusionismo” (PESSOA, 2006, p. 17).

Em seus autorretratos, Charles está geralmente acompanhado de um objeto: livro, câmera fotográfica... algo que carregue certo simbolismo, que possa ser associado à inteligência, algo que o situe no mundo real, seu mundo, rodeado de livros, de sua câmera, folhas de papel e lápis e, por vezes, de crianças. Na ausência de objetos, seu olhar se perde e parece fitar/buscar o outro lado do espelho; ele contempla algo que não se sabe o que é, mas que remete à experiência do ócio. Encontramos autorretratos do jovem Carroll, mas também do já maduro Charles, o que faz pensar que a prática do autorretrato permanece ao longo da sua vida,

assim como a prática de escrever sobre/com a lógica matemática.

A matemática está presente na sua busca por diferentes modos de ler e representar o mundo. Leituras essas que elabora, por vezes, fazendo uso da ironia e do humor, por meio de construções e princípios da lógica clássica, a exemplo do aqui apresentado ao leitor em ***A dinâmica da partícula***, no qual traz um conjunto de ideias sobre as eleições na universidade de Christ Church, ou quando faz uso da lógica com o intuito de divertir e fazer o leitor pensar sobre situações absurdas, como em ***Um paradoxo lógico*** ou ***O que o jabuti disse a Aquiles***.

Carroll brinca com as palavras e com proposições seculares em ***Parelhas***; se diverte e nos diverte ao mesmo tempo em que nos ensina a problematizar o que e como pensamos e agimos no mundo, algo que faz em ***Algumas falácias populares sobre vivissecação***, texto no qual evidenciamos sua percepção sobre a relação entre a ciência, a humanidade e os animais.

Seus textos adentram o século XXI e ainda podem nos provocar a pensar sobre como a ciência, a religião e a moralidade se inter-relacionam, a exemplo de ***Punição eterna***, em que enfatiza “*Argumente! Não moralize!*” e desenvolve a proposição de que “*Deus sempre age de acordo com o princípio eterno do Correto, e que Ele é, portanto, perfeitamente bom*”, revelando assim sua crença, enquanto reverendo, na doutrina heterodoxa do universalismo.

Por fim, Arte e Matemática se conectam na obra e na vida de Lewis Carroll. Ele nos mostra como a vida pode ser divertida, irônica e séria ao mesmo tempo. A

beleza da vida está *entre* o real e o irreal, *entre* o desejável e o possível, *entre* o racional e o *nonsense*. A Arte, de certo modo, pode ter ajudado Lewis Carroll a “fatiar a lógica”, uma prática que, aparentemente, aprendera ainda muito jovem, da qual se serve quando escreve ***Um paradoxo lógico***.

“Então, se Carr estiver fora, temos duas condicionais, ‘se Allen está fora, Brown está presente’ e ‘Se Allen está fora, Brown está fora’, ambas em vigor ao mesmo tempo. E são duas condicionais incompatíveis, note bem! Elas não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo!”
“Não podem?” disse Tio Jim.

Fica o desafio ao leitor de, com a leitura das traduções aqui apresentadas, também “fatiar a lógica” e se aproximar um pouco mais desse autor e sua obra.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, M. **Rima e Solução**: a Poesia Nonsense de Lewis Carroll e Edward Lear. São Paulo: Annablume, 1996.

BELLON, A. C. V. **O insólito revolucionário na literatura e na fotografia de Lewis Carroll**. 2019. 156 f. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua Inglesa; Literatura Brasileira; Literatura Portuguesa; Língua Portuguesa; Ling) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

COHEN, M. N. **Lewis Carroll**: uma biografia. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GERNSHEIM, H. **Lewis Carroll, photographer**. Nova Iorque: Chanticleer Press Inc., 1949.

HÉRNANDEZ, M. de J. Lewis Carroll: la fotografía y el surrealismo literario. **Revista Fuentes Humanísticas**. Vol. 3, Núm. 7 (1993). Disponível em:
<http://revistastmp.azc.uam.mx/fuenteshumanisticas/index.php/rfh/article/view/714>

MANGUEL, A. **Lendo imagens**: uma história de amor e ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MONTOITO, R. ***Euclid and his modern rivals (1879)*, de Lewis Carroll**: tradução e crítica. 2013. 447 f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2013

PESSOA, H. G. dos R. **Auto-retrato**: o espelho, as coisas. 2006. 51 f. Dissertação (Mestrado em Artes Plásticas) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2006.

SUMÁRIO

AINDA NA TOCA DO COELHO: UMA APRESENTAÇÃO	17
<i>Rafael Montoito</i>	
CAPÍTULO I	23
PROCESSOS FOTOGRÁFICOS NO SÉCULO XIX	23
<i>Adriel Oliveira</i>	
DIA DE FOLGA DE UM FOTÓGRAFO (1860)	26
<i>Lewis Carroll</i>	
CAPÍTULO II	35
SOBRE ELEIÇÕES E EUCLIDES	35
<i>Rafael Montoito</i>	
A DINÂMICA DA PARTÍCULA (1865)	40
<i>Lewis Carroll</i>	
CAPÍTULO III	57
SERVIR-SE DA LÓGICA EM QUALQUER ASSUNTO	57
<i>Roger Minks</i>	
<i>Rafael Montoito</i>	
ALGUMAS FALÁCIAS POPULARES SOBRE VIVISSECÇÃO (1875)	62
<i>Lewis Carroll</i>	
CAPÍTULO IV	79
PREFÁCIO/POSFÁCIO DO TRADUTOR AO “PARELHAS” DE LEWIS CARROLL	79
<i>John Lennon Lindemann</i>	
PARELHAS: UM DESAFIO LÓGICO COM PALAVRAS (1879)	83
<i>Lewis Carroll</i>	

CAPÍTULO V	91
COMO ESTUDAR EFICAZMENTE: DICAS CARROLLIANAS	91
<i>Rafael Montoito</i>	
ALIMENTAR A MENTE (1884)	95
<i>Lewis Carroll</i>	
CAPÍTULO VI	105
A HISTÓRIA E A ATUALIDADE DE UM PARADOXO LÓGICO CARROLLIANO	105
<i>John Lennon Lindemann</i>	
UM PARADOXO LÓGICO (1894)	108
<i>Lewis Carroll</i>	
CAPÍTULO VII	117
O PARADOXO DA INFERÊNCIA	117
<i>Alexandre N. Machado</i>	
O QUE O JABUTI DISSE A AQUILES (1895)	123
<i>Lewis Carroll</i>	
CAPÍTULO VIII	131
INTRODUÇÃO A “PUNIÇÃO ETERNA” (circa 1895)	131
<i>Frank Sautter</i>	
PUNIÇÃO ETERNA (circa 1895)	134
<i>Lewis Carroll</i>	
OS PESQUISADORES	149

AINDA NA TOCA DO COELHO: UMA APRESENTAÇÃO

Rafael Montoito

Este livro, que faz parte dos projetos desenvolvidos pelo GENEP (Grupo de Estudos em Narrativas e Educação na Pós-modernidade) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, é, ao mesmo tempo, uma celebração, uma reverência e uma ousadia. Mas ele também pode ser muitas outras coisas – várias coisas, menos uma falácia. Explico-me melhor aos leitores.

Enquanto *celebração*, a coletânea aqui apresentada foi pensada, originalmente, para festejar os quinze anos que tenho me dedicado a pesquisar as obras de Lewis Carroll, no campo da Educação Matemática, e suas inter-relações possíveis com outras áreas. Marco o ano de 2007, ano de defesa do meu mestrado, como minha entrada formal em seu universo. Lembro que, quando propus, como projeto de mestrado, procurar elementos matemáticos na obra *Alice no País das Maravilhas*, não sabia que seu autor tinha lecionado tópicos de Matemática, se dedicado por muitos anos a pesquisar e a ensinar alguns assuntos dessa área, tampouco conhecia sua vasta produção escrita. Tal qual Alice que, seguindo o Coelho Branco, caiu em sua toca e ficou surpresa – e às vezes aparvalhada – pelo que lá encontrou, eu segui uma ideia e caí na mesma toca, tentando seguir os passos dela.

Estes quinze anos de pesquisa têm me mostrado a vastidão da produção de Carroll. Embora, obviamente, seja possível quantificar o montante de seus escritos, eles se cruzam de tantas maneiras, se complementam como pistas de um enigma e se abrem a tantas áreas do conhecimento, discussões e estranhamentos, que não penso estar exagerando ao afirmar que Carroll criou seu próprio multiverso – o *carrollverso*, uma palavra-valise³ da qual, seguramente, ele ficaria orgulhoso. Neste sentido, tenho lastimado a escassez de traduções de seus escritos, em língua portuguesa: fora as duas aventuras de Alice, poucas de suas outras narrativas literárias estão disponíveis em nosso idioma, e praticamente nada se encontra das suas obras matemáticas e de seus demais escritos, que incluem jogos, cartas, diários, panfletos sobre os assuntos mais diversos, poemas etc.

E é considerando isso que este livro é uma *reverência*. Nestes quinze anos, por conta das minhas pesquisas, tenho conhecido outros professores e pesquisadores que têm se debruçado sobre alguns dos textos não traduzidos de Carroll, usando-os como material de estudo. Dada a seriedade de suas pesquisas e suas identificações com o *carrollverso*, convidei-os para essa empreitada de disponibilizar, para o leitor e pesquisador brasileiro, textos inéditos – ao menos até

³ Palavras-valise ou palavras-mala “são aquelas inventadas por Carroll pela junção de duas ou mais palavras que, ao amalgamarem seu significado, criam outro novo. A ideia de ‘mala’ ou ‘valise’ diz respeito ao fato de se colocar uma palavra dentro da outra, como os conjuntos de malas ou valises podem ser guardados quando são comprados completos, com peças de vários tamanhos. Desta forma, as palavras-mala são a união perfeita entre linguagem e lógica simbólica” (MONTITO, 2019, p. 187).

onde sei – de Carroll. No papel de tradutores, cada um escolheu o texto que gostaria de apresentar e teve total autonomia para elaborar a tradução em língua portuguesa. Este livro se apresenta, portanto, ao leitor, como o resultado de uma pesquisa coletiva, que é a convergência de vários anos de muitos estudos de todos nós.

Enquanto *ousadia*, espero e desejo que estas traduções conquistem novos leitores para o *carrollverso* e que sirvam de profícuo material para pesquisas futuras, nos mais diversos campos de saber. Por este motivo, os textos aqui apresentados não vêm acompanhados de nenhum estudo minucioso, apenas de uma apresentação e de notas de rodapé. Neste primeiro momento, a intenção da obra é popularizar ainda mais os escritos de Carroll no cenário acadêmico brasileiro, e ajudar a ampliar os horizontes daqueles que ainda insistem em alcunhá-lo como um autor de livros infantis.

Carroll foi bem mais do que isso. Dono de uma genialidade ímpar e de uma personalidade curiosa, esteve envolvido e atento às mudanças e discussões do seu tempo (COHEN, 1998). Não é fácil adjetivá-lo nem quando se lê seus escritos, haja vista que vários são seus textos que amalgamam diferentes facetas do seu ser: professor, matemático, fotógrafo, diácono, inventor de jogos e desafios, crítico de arte e teatro e poeta são apenas algumas manifestações do seu intelecto ilimitado. Inegavelmente, o leitor atento encontrará, em cada texto que compõe esta edição, mais de um destes traços.

Para organizar esta edição, optei por respeitar a ordem cronológica dos textos, distribuindo-os em capítulos, sendo que cada capítulo é formado por uma apresentação elaborada pelo tradutor, à qual se segue o texto original carrolliano por ele traduzido. Como já salientei, os escritos de Carroll são de estilos variados e abordam diferentes assuntos e, portanto, a rápida apresentação que faço a seguir considera, apenas, o ponto principal de cada um; contudo, estou certo que o leitor conseguirá traçar outras linhas interpretativas a partir de cada texto e, inclusive, entre eles.

Dia de folga de um fotógrafo: neste pequeno conto publicado em 1860, Carroll se utiliza da sua experiência como fotógrafo para contar uma história de amor. Aqui, tem-se o Carroll narrador de histórias.

A dinâmica da partícula: neste panfleto publicado em 1865, Carroll satiriza o processo de eleição na Christ Church, universidade da qual fazia parte, e se mostra ao leitor como membro ativamente político de um *college*.

Algumas falácias populares sobre vivissecação: este panfleto, publicado em 1875, evidencia Carroll como homem das ciências, que se antepõe ao processo de vivissecação de animais; deste modo, o autor antecipa, em vários anos, a temática da *ética animal*.

Parelhas: publicado em 1879, são regras de um jogo com palavras inventado por Carroll, que aqui aparece com alguém interessado em criar diversões sadias e inteligentes.

Alimentar a mente: este sermão, publicado posteriormente em 1884, evidencia Carroll como professor, pois nele o autor dá vários conselhos para

que uma pessoa organize e aproveite melhor seu tempo de estudo.

Um paradoxo lógico: nesta publicação de 1894, Carroll deixa claro seu papel enquanto lógico ao criar uma narrativa que introduz a discussão de um famoso paradoxo de sua época.

O que o jabuti disse a Aquiles: publicado em 1895, este é outro exemplo de narrativa literária em que Carroll mistura personagens com discussões atinentes à lógica.

Punição eterna: publicado por volta de 1895, é um texto que evidencia Carroll como diácono. Nele, o autor discute um problema filosófico relevante: a aparente contradição entre a compreensão de que Deus é eminentemente bom, mas impõe castigo eterno aos homens pecadores.

Mesmo tratando de assuntos tão diversos, cada um destes textos mantém os traços característicos dos escritos carrollianos, tais como o humor e o *nonsense*, ambos articulados com maestria para arrancar um sorriso do leitor (GATTEGNO, 1990). E é a combinação destes elementos à criatividade de Carroll que faz com que este livro tenha potencial para circular entre pesquisadores de diversas áreas: Literatura, Ética, Teologia, Política, História, Pedagogia, Física, Lógica e Geometria são apenas algumas que, nesta introdução, me atrevo a citar.

Por isso, convido o leitor a fazer o mesmo que o personagem da epígrafe desta obra: preparar-se para uma leitura que lhe possibilite “refletir melhor sobre isso” e, quando preciso, “fechar os olhos para poder concentrar melhor sua atenção”, para que, além de

compreender o escrito, consiga perceber a quantidade incontável de referências que Carroll traz para os seus textos, sejam elas literárias, culturais, religiosas etc.; ainda, advirto-o para que não se assuste com qualquer “nova e perturbadora abordagem do assunto” proposta por Carroll, pois, a meu ver, vale a pena deixar-se conduzir por este autor ao seu universo que mistura, aos diferentes temas, a escrita literária.

Uma prova disso é que, como todos sabem, Alice saiu da toca do coelho mas eu... eu ainda estou lá, espantado e admirado com cada novo elemento-texto carrolliano com o qual me deparo. Tenho quase certeza de que na toca cabem mais pesquisadores, além dos que aqui se apresentam – junte-se a nós!

REFERÊNCIAS

COHEN, M. N. **Lewis Carroll**: uma biografia. São Paulo: Record, 1998.

GATTEGNO, J. **L'univers de Lewis Carroll**. Paris: José Corti, 1990.

MONTOITO, R. Literatura e Filosofia: as palavras como operadores lógicos nas obras de Lewis Carroll. **Seara filosófica**, n. 19, p. 179-191.

CAPÍTULO I

PROCESSOS FOTOGRÁFICOS NO SÉCULO XIX

Adriel Oliveira

O leitor que porventura desconhecer os processos fotográficos das primeiras máquinas fotográficas poderá estranhar deveras este conto. Trata-se de um conto de amor. De paixão. A paixão que o protagonista nutre pela arte, pela fotografia, pela imagem. A paixão que os artistas nutrem por suas musas. O fervor com que um fotógrafo busca imagens para fotografar. E a ironia com que debocha de cenas banais. O processo fotográfico de meados do século XIX entra, na construção da trama, como central para a percepção de certa ironia refinada.

Charles Lutwidge Dodgson nasceu no condado de Cheshire, em 27 de janeiro de 1832, exatamente sete anos antes do surgimento das primeiras fotografias: os daguerreótipos franceses (em metal) e os calótipos ingleses (sobre papel). Essas duas técnicas, muito diferentes entre si, seriam substituídas a partir de 1851 pelo colódio úmido (mistura de pó de algodão, pólvora,

álcool e éter) sobre placas de vidro. Ao contrário dos primeiros, esse novo procedimento podia ser encontrado com facilidade no comércio, por não ser protegido por patentes exclusivas. Foi uma reviravolta histórica.

A placa é exposta ainda úmida na câmara escura e o tempo de exposição é de 30 segundos. Por conta do éter a preparação evaporava rapidamente (se comparada ao método anterior). Por isso, não é de se estranhar que algumas fotos saíssem deformadas, devido ao tempo longo de exposição, se comparado a métodos instantâneos das fotografias atuais. Aos poucos, tanto o daguerreótipo quanto o calótipo foram substituídos pela fotografia em colódio úmido, que utilizava negativos de vidro para a produção de imagens em papel coberto por albumina. As imagens são caracterizadas pela nitidez dos detalhes, por sua tonalidade marrom claro e superfície lustrosa.

Eis por que o leitor encontrará referências a garrafas e lentes, sulfite de soda – que eram materiais que compunham o kit de fotógrafos por volta de 1850 (o conto é datado de 1860) – e outros materiais que Carroll carregava em sua caixa, quando saía para fotografar. As fotos a seguir mostram parte de seu rústico equipamento, até hoje em exposição no Museu de História da Ciência de Oxford (Reino Unido). Se o leitor olhar atentamente, identificará as iniciais de Charles Lutwidge Dodgson na tampa da caixa de madeira.

Figura 3 – Equipamento Fotográfico de Carroll



Fonte: Montoito (2014, coleção pessoal)

Figura 4 – Equipamento Fotográfico de Carroll



Fonte: Montoito (2014, coleção pessoal)

REFERÊNCIAS

MONTOITO, R. **Fotos**. Acervo pessoal, 2014

O texto traduzido se encontra em domínio público. A versão original utilizada para a tradução pode ser consultada no endereço [A PHOTOGRAPHER'S DAY OUT \(serg.spb.ru\)](http://serg.spb.ru).

DIA DE FOLGA DE UM FOTÓGRAFO (1860)

Lewis Carroll

Estou tremendo, e dolorido, e duro, e ferido. Como eu já vos disse muitas vezes, não tenho a menor ideia de como isso aconteceu e é inútil me atormentar com perguntas sobre isso. É claro que, se for o vosso desejo, posso ler um excerto do meu diário, dando um relato dos eventos de ontem, mas, se houver uma mínima esperança de encontrar pistas para desvendar tal mistério, receio que estejais fadado a ser desapontado.

23 de Agosto, terça-feira. Dizem que nós, fotógrafos, somos uma raça cega, na melhor das hipóteses; que nós raramente admiramos, e que nunca amamos. Essa é uma ilusão que desejo destruir – se ao menos eu pudesse encontrar uma jovem para fotografar, realizando assim meu ideal de beleza – acima de tudo, se o nome dela fosse... (por que, imagino, eu adoro tanto o nome Amelia mais do que qualquer outro na língua inglesa?) –, tenho certeza de que eu sacudiria para longe aquela fria e filosófica letargia.

O tempo finalmente chegou. Nesta noite, encontrei-me com o jovem Harry Glover no Haymarket. – ‘Tubbs!’, ele gritou, dando-me um tapa familiar nas costas. – “Meu tio quer te convidar para ir à sua vila amanhã, câmara e tudo!”

“Mas eu não conheço teu tio”, respondi, com meu característico cuidado. (Se eu tenho uma virtude, é essa: o cuidado cavalheiresco).

“Não importa, meu jovem, ele sabe tudo sobre ti. Toma o trem da manhã, e leva teu kit de lentes inteiro, porque tu certamente encontrarás muitos rostos para enfeiar, e...”

“Não posso ir”, entrecortei-o rispidamente, pois a extensão de meu trabalho me alarmara contra uma decidida objeção de falar gírias em vias públicas.

“Bem, eles ficarão bastante descontentes com isso”, disse Harry, de semblante vazio, “e minha prima Amelia...”.

“Não diga mais nada”, disse, em tom de choro, mas com entusiasmo. “Eu vou!” E tão logo acedi ao convite, meu ônibus chegou, então embarquei com rapidez, sem que meu amigo sequer notasse minha súbita mudança de planos. Pois bem, o compromisso foi firmado, e amanhã verei uma Amelia, e... oh, destino, o que tens reservado pra mim?

24 de Agosto, quarta-feira. Uma gloriosa manhã. Fiz as malas rapidamente, por sorte, na pressa, quebrei apenas duas garrafas e três vidros⁴. Cheguei à Vila Rosemary quando o café da manhã foi posto à mesa. Pai, mãe, dois filhos em idade escolar, uma série de crianças do berçário e o inevitável bebê.

Mas como descrever a filha? Palavras são impotentes; nada além de um talbótipo⁵ poderia fazê-lo. O nariz dela estava numa perspectiva tão linda – a boca

⁴ [Nota do tradutor] Garrafas e vidros compunham o kit dos fotógrafos do século XIX.

⁵ [Nota do tradutor] Referência a William Henry Fox Talbot (1800-1877), desenvolvedor do processo fotográfico conhecido como talbótipo (ou calótipo), que permitia o registro de uma imagem sobre papel – um meio versátil, relativamente barato e capaz de reproduzir imagens com grande beleza – sensibilizado por ação da luz e emulsionado por nitrato de prata.

querendo, talvez, um último possível delineamento –, mas o requintado meio-tom na bochecha poderia cegar alguém para qualquer defeito, e quanto à luz alta no queixo dela, isso era (fotograficamente falando) a perfeição. Oh! Que foto magnífica eu teria tirado, se o destino... – mas estou me antecipando.

Havia um capitão Flanagan presente.

Estou ciente de que o precedente parágrafo é um pouco abrupto, mas quando eu toquei no assunto, lembrei-me de que o idiota realmente acreditou estar noivo da Amelia (minha Amelia!). Engasgado, não pude prosseguir. A figura dele, devo admitir, era boa: alguns podem admirar seu rosto; mas o que é rosto, semblante ou figura, sem inteligência?

Minha própria figura talvez seja levemente robusta; em estatura, não sou nenhuma girafa militar – mas por que eu deveria descrever a mim mesmo? Minha foto (tirada por mim mesmo) será evidência suficiente para o mundo.

O café da manhã, sem dúvida, estava bom, mas eu não sabia o que havia comido ou bebido; eu vivia exclusivamente para Amelia, enquanto admirava sua bela sobancelha, suas esculpidas feições, meu punho involuntariamente se fechou, batendo contra a mesa (derramando um pouco de meu café), e mentalmente exclamei: ainda fotografarei essa mulher, ou morrerei tentando!

Depois do café da manhã, o trabalho do dia começou. Sintetizarei os acontecimentos aqui.

FOTO 1 – Paterfamilias. Esta eu quis tentar de novo, mas todos eles declararam que a foto ficaria muito boa, e que “apenas tinham suas expressões usuais”; a menos que suas expressões usuais fossem a de um homem com um osso atravessado na garganta, tentando aliviar a própria agonia frente à iminente asfixia, com o olhar fixo na ponta do nariz, eu devo admitir que “apenas tinham expressões usuais” foi uma sentença que valorizou bastante o ocorrido.

FOTO 2 – Materfamilias. Ela nos disse com um sorriso, enquanto se sentava, que sempre fora muito afeiçoada ao teatro durante sua juventude, e por isso gostaria de ser fotografada como sua favorita personagem de Shakespeare. De qual personagem ela falara, depois de longo e ansiosos pensamentos a respeito, desisti de adivinhar, como um mistério sem esperança, sem saber quais heroínas cujas atitudes enérgicas tão espasmódicas pudessem ser combinadas com um rosto tão vazio e indiferente, ou quem poderia ser representada apropriadamente usando um vestido de seda azul, com um lenço sobre um ombro, um babado do tempo de rainha Elizabeth no pescoço e um chicote de caça.

Foto 3 – 17ª sessão. O bebê de perfil. Depois da espera pela diminuição dos usuais chutes, descobri as lentes. O pequeno miserável então instantaneamente jogou sua cabeça para trás, por sorte apenas uma polegada, logo parado pelo nariz da cuidadora, estabelecendo assim o desejo do bebê pelo primeiro sangue (para usar uma metáfora esportiva). Isto, é claro, deu dois olhos ao resultado, algo chamado nariz, e uma excessivamente larga boca. Era literalmente um rosto cheio.

FOTO 4 – As três garotas mais jovens, como elas teriam aparecido, se por qualquer motivo uma pitada de preto tivesse sido administrada a cada uma delas, ao mesmo tempo, e as três, juntas, enlaçadas pelos cabelos, antes que a expressão produzida pela ingestão de algum remédio tivesse sumido de seus rostos. Mantive, é claro, essa visão para mim; meramente aludi à imagem das “três graças”, mas minha frase terminou num gemido involuntário, que sorratamente disfarcei sob uma tosse.

FOTO 5 – Era para ter sido o grandioso triunfo artístico do dia; o grupo familiar, designado pelos

patriarcas, combinando o doméstico e o alegórico. A intenção era representar o bebê sendo coroado com flores pela união do esforço das crianças, regulamentada pelo pai, sob a pessoal superintendência da mãe; e, ainda, para combinar com isso, esse secundário significado da 'vitória transferindo sua coroa de louros para a inocência, com Resolução, Independência, Fé, Esperança e Caridade, auxiliando na graciosa tarefa, enquanto a Sabedoria olha com benevolência e sorri de aprovação!' Essa, eu repito, era a intenção; o resultado, para qualquer observador sem preconceito, era capaz de apenas uma interpretação – a de que o bebê estava tendo um ataque – e que a mãe (sem dúvidas sob noções muito erradas dos princípios da anatomia humana) esforçava-se para recuperá-lo, trazendo a coroa da cabeça para o peito do bebê – e que os dois meninos, sem vislumbrar possibilidade de redenção para criança, apenas seu trágico fim destrutivo, arrancavam de lembrança mechas de seus ralos cabelos – e que duas das meninas esperavam pela chance de extrair uma lembrança do cabelo do bebê – e que o pai, desesperado com a extraordinária conduta da família, havia se esfaqueado e buscava no estojo uma caneta para registrar em palavras os recentes atos.

Todo esse tempo não tive oportunidade de convidar Amelia para se sentar, mas durante o almoço consegui encontrar uma brecha, e, depois de introduzir à conversa o assunto geral de fotografias, me dirigi: 'antes de acabar o dia, senhorita Amelia, espero ter a honra de encontrar-te para um negativo'.

Com um sorriso doce, ela respondeu: 'certamente, senhor Tubbs. Há uma cabana aqui perto que pode nos servir de cenário, depois do almoço. Terminando aqui, estarei à disposição'.

'Espero que ela lhe dê uma foto decisiva', intrometeu-se o estranho Capitão Flanagan, 'não é mesmo, querida Mely?'

'Acredito que sim', interpus com dignidade; mas toda polidez do mundo é um desperdício se dirigida

àquele animal; ele então rompeu o silêncio com uma risada tosca.

“Ha ha ha”, Amelia e eu mal pudemos conter o riso diante de tamanha loucura. Ela, entretanto, com muito zelo, silenciou o urso, dizendo ‘vamos, vamos, Capitão, nós não devemos ser tão duros com ele! (duros comigo! comigo! abençoada sejas, Amelia).

A súbita felicidade daquele momento quase me dominou; meus olhos se encheram de lágrimas enquanto pensava que eu estava prestes a ‘realizar o desejo de uma vida! Finalmente, iria fotografar uma Amelia!’ De fato, me ocorria uma constante vontade de me ajoelhar e agradecer-lá, se não houvesse uma toalha de mesa que interferiria no meu ato e eu não tivesse conhecimento sobre o quão difícil seria para me recuperar de ter feito isso.

Contudo, eu aproveitei a oportunidade mais ou menos ao final da refeição para expressar meus sentimentos extenuados: virando-me para Amelia, que estava sentada a meu lado, murmurei as palavras: ‘coração bate forte à porta...’, quando um silêncio soberano se alastrou, avisando-me para deixar a frase inacabada. Com admirável perspicácia, ela disse: ‘torta, queres torta, disseste, senhor Tubbs? Capitão Flanagan, podes cortar um pedaço de torta para o senhor Tubbs?’

‘Quase pronto’, disse o capitão, enfiando sua enorme cabeça quase prato adentro. Devo enviar-te todo o resto, Mely?

‘Não, senhor’, interrompi, com um olhar que deveria tê-lo esmagado, mas ele apenas sorriu e disse: ‘não sejas modesto, meu jovem, certamente há muito mais na despensa’.

Amelia me olhava ansiosamente, então engoli, junto do pedaço de torta, toda a minha raiva.

Almoço terminado. Após receber orientações para encontrar a tal cabana, coloquei na minha câmera a lente desenvolvida para melhor captar imagens ao ar

livre, e a pendurei nos ombros. Parti para a colina que me apontaram.

Minha Amelia estava na janela, trabalhando, enquanto passei com minha máquina; aquele idiota irlandês estava com ela. Em resposta à minha imortal afeição, ela afirmou: ‘Esse equipamento todo parece demasiado pesado, senhor Tubbs. Não preferes que algum garoto o carregue para ti?’

‘Ou um burro?’, zombou o Capitão.

Parei e olhei aos arredores, sentindo que, agora, se alguma vez, devia afirmar minha dignidade e a liberdade de súdito. Para ela, simplesmente respondi: ‘obrigado, obrigado!’, beijando minha mão enquanto falava; então, fixando meus olhos no idiota a seu lado, eu assobiei através do ranger de meus dentes: ‘nós nos encontraremos de novo, capitão!’

‘Claro, assim espero, Tubbs’, disse o cabeçaduro, ‘às seis em ponto é o jantar’. Um calafrio cruzou meu corpo; eu fizera meu maior esforço, e falhara; coloquei minha câmera sobre os ombros de novo, e permaneci mal humorado.

Dois passos, e então eu era eu mesmo de novo; os olhos dela, eu sabia, pairavam sobre mim. Eu pisava os gravetos... O que importava para mim, naquele momento, toda a tribo de capitães? Deveriam eles perturbar minha tranquilidade?

A colina ficava a pouco mais de um quilômetro e meio da casa, e cheguei lá cansado e ofegante. Pensamentos de Amelia, no entanto, me aborreciam. Selecionei a melhor vista da cabana, de modo a incluir um fazendeiro e uma vaca na foto, lancei um olhar afetuoso para a distante vila e, murmurando, ‘Amelia, é para você’, removi a tampa da lente; em um minuto e 40 segundos eu a substituí: ‘terminado’, gritei numa excitação incontrolável, ‘Amelia, você é minha!’

Trêmula e avidamente, cobri minha cabeça com o capuz, e comecei a desenvolver o trabalho. Árvores um tanto enevoadas – ótimo! O vento havia bagunçado-as um pouco, mas provavelmente não apareceria muito

– o fazendeiro? Bem, ele havia andado um metro ou dois, eu lamento o número de braços ou pernas com que ele talvez apareça – sem problemas! Chamo-o de aranha, centopeia qualquer coisa – a vaca? Devo confessar, ainda que com relutância, que ela tinha 3 cabeças, e, apesar de formar um animal curioso, não era nada pitoresco. Entretanto, não poderá haver erros com a cabana; suas chaminés tudo o que se poderia desejar numa paisagem, e, depois de considerar tudo isso, pensei, ‘Amelia...’

A essa altura, meu solilóquio foi interrompido por um tapa em meu ombro, mais peremptório do que sugestivo. Saí de baixo do capuz, (preciso mencionar com que silenciosa dignidade?) e voltei-me ao estranho. Era um homem atarracado, vulgar nas vestimentas, repulsivo nas expressões, e carregava um canudo na boca: seu companheiro o superava nessas peculiaridades. ‘Jovem rapaz,’ começou o primeiro, ‘estás invadindo propriedade particular aqui, debes ir embora logo, sem pensar muito no assunto’. Não preciso dizer que mal prestei atenção a essas palavras, peguei a garrafa de sulfito de soda, e prossegui para consertar a imagem; ele tentou me impedir; resisti: o negativo da máquina então caiu, e estava totalmente quebrado no chão. Não me lembro de nada mais além disso, exceto de uma vaga lembrança de ter agredido alguém.

Se puderdes encontrar alguma coisa nisso tudo que acabo de vos contar que amenize minha atual condição, senti-vos convidados a fazê-lo; mas, como observei antes, tudo o que posso dizer é que estou tremendo, e dolorido, e duro, e ferido, e como cheguei a isso, não tenho a menor ideia.

CAPÍTULO II

SOBRE ELEIÇÕES E EUCLIDES

Rafael Montoito

Lewis Carroll foi um membro bastante participativo da Christ Church, universidade onde estudou e depois lecionou até os últimos dias de sua vida. Por vezes, sua participação chegava à comunidade de Oxford por meio de panfletos nos quais criticava o que estava acontecendo à sua volta: este é o caso de *The dynamics of a part-cle*, cuja tradução se segue.

Neste panfleto, Carroll satiriza a disputa entre William Ewart Gladstone, que representava a Universidade no Parlamento há 18 anos, e seus opositores Gathorne Gathorne-Hardy (futuro Conde de Cranbrook) e *sir* William Heathcote. Sobre este panfleto, Cohen (1998, p. 298) comenta: “Por mais perspicaz e divertida que fosse a sátira [de Carroll], é difícil crer que pudesse chegar ao ponto de influenciar a tendência do eleitorado. Mas conseguiu despertar a atenção do público graças à novidade e foi reeditada duas vezes”.

Ainda que alguns chistes possam escapar ao leitor brasileiro dos dias atuais, considero que o texto tem grande relevância para as pesquisas em Educação Matemática, dada a forma como Carroll o escreveu: aproveitando-se da arquitetura com que Euclides elaborou *Elementos* para construir suas argumentações.

Que Carroll era um euclidiano convicto, disso não há dúvidas. Dentre a sua produção acadêmica, boa parte mostra devoção ao grego que deixou para a posteridade o livro mais importante de Geometria de todos os tempos: *Notes on the first two books of Euclid* (que posteriormente cresceram até adquirirem forma de livro, o *Euclid, books I, II*), *The fifth book of Euclid treated algebraically*, *A syllabus of plane algebraical geometry*, *Notes on the first two books of Euclid designed for candidates for Responsions*⁶ e *Curiosa mathematica – part I: A new theory of parallels* são apenas alguns dos títulos que podem ser citados, além de *Euclides e seus rivais modernos*, livro em forma de peça de teatro no qual Carroll advoga pela manutenção do manual grego para o ensino escolar de Geometria, em detrimento de outros livros que começavam a surgir à época⁷ e que aludiam a métodos novos, mais modernos e aplicados (MONTITO; GARNICA, 2015).

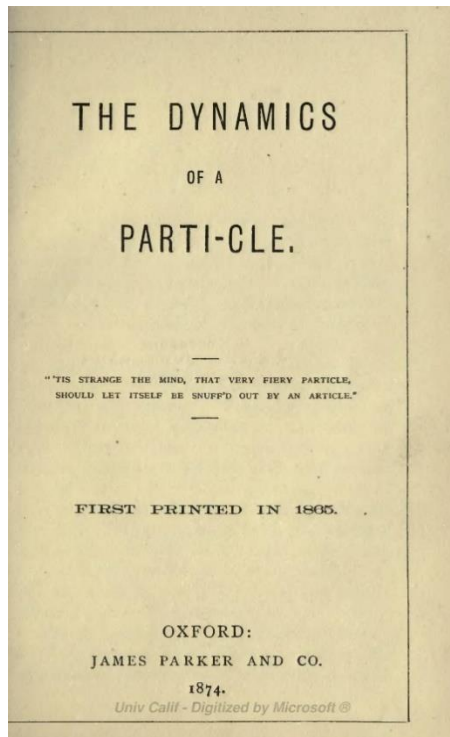
⁶ *Responsions* era a primeira avaliação para a obtenção do grau de bacharel. Este exame incluía uma arguição oral, uma monografia de latim, grego e aritmética, com opção entre álgebra e geometria euclidiana (COHEN, 1998). O fato de Carroll preparar material para ajudar os estudantes a se saírem bem neste exame traz à tona seu lado professor, preocupado com o êxito dos alunos.

⁷ *Elementos* foi a obra magna para o ensino de Geometria desde aproximadamente 300 a.C. até a segunda metade do século XIX.

Sabendo disso, não é de se espantar – embora não deixe de ser algo curioso – o fato de Carroll ter se apropriado da estrutura de um clássico da Geometria para tecer uma crítica ao processo eleitoral. Além da distribuição dos tópicos em *definições*, *axiomas* e *proposições*, Carroll também traz para o texto conteúdos de Física, quando, ao trabalhar com a ideia da dinâmica das partículas, associa feixes de luzes às pessoas que fazem bom uso da faculdade da razão (ou seja, são “iluminadas”, em referência ao Iluminismo). Ainda, a palavra “partícula”, grafada no título original por uma separação silábica – *parti-cle*, como se vê a seguir na capa do panfleto –, suscita uma interpretação possível para o título: a de que o texto ofereceria a *chave* para se compreender *parte* do que acontecia no processo eleitoral⁸.

⁸ Tal interpretação é apresentada por Leopoldo María Panero (2002), que traduziu esse e outros textos de Carroll para a edição em espanhol *Matemática demente*. Segundo Panero esta composição (*parti-cle*) faz referência a duas palavras em francês: *partie*, que tem como *parte* uma das suas traduções possíveis, e *clé*, que significa chave.

Figura 5 – Capa do panfleto



Fonte: https://en.wikisource.org/wiki/Page:Carroll_-_Notes_by_an_Oxford_Chief.djvu/29

Estas são – Geometria e Física –, digo, as referências mais fortes no texto carrolliano, entretanto não as únicas: circundam-nas palavras e expressões em grego e latim, referências à História Antiga e citações literárias e culturais, que podem convidar o leitor a múltiplas interpretações, feitas pelos mais diversos processos hermenêuticos (MONTAITO; DALCIN; RIOS, 2021).

É provável, contudo, que alguns sentidos ou trocadilhos do texto permaneçam – mesmo contra minha vontade e empenho – escondidos no texto, dada a

dificuldade de se realizar a tradução de um texto sobre o qual quase não se encontram estudos. Assumir esse risco frente aos leitores é a outra face da moeda que apresenta, com a melhor das intenções, esta inusitada narrativa literário-científica-geométrica.

REFERÊNCIAS

COHEN, M. N. **Lewis Carroll**: uma biografia. Rio de Janeiro: Record, 1998.

MONTOITO, R.; DALCIN, A.; RIOS, D. F. **Aproximações entre Matemática, Literatura e História**: reflexões sobre o ensino e a pesquisa. São Paulo: Livraria da Física, 2021.

MONTOITO, R.; GARNICA, A. V. M. Lewis Carroll, a Educação e o ensino de Geometria na Inglaterra vitoriana. **História da Educação**, v. 19, n. 45, p. 9-27. 2015.

PANERO, L. M. Nota do tradutor. *In*: CARROLL, L. **Matemática demente**. Barcelona: Fabula Tusquets Editores, 2002.

O texto traduzido foi publicado originalmente na forma de panfleto, às expensas do autor, em 1865, motivo por que atualmente se encontra em domínio público. A versão original utilizada para a tradução pode ser consultada no endereço [The Dynamics of a Parti-cle - Wikisource, the free online library](#).

A DINÂMICA DA PARTÍCULA⁹ (1865)

Lewis Carroll

“É ESTRANHA A MENTE, ESTA ÍGNEA PARTÍCULA,
QUE SE DEIXA EXTINGUIR POR UM ARTIGO.”¹⁰

INTRODUÇÃO¹¹

Era uma deliciosa tarde de outono, e os efeitos gloriosos do extravio cromático começavam a se insinuar na atmosfera, enquanto a terra girava afastando-se do grande luminar do oeste, quando duas retas puderam ser vistas dirigindo seu traço tedioso por uma superfície plana. A mais velha das duas parecia ter aprendido, por um exercício prolongado, a arte, tão penosa para alguém jovem e impulsivo, de permanecer a igual distância de ambos os extremos; mas a mais jovem, com a impetuosidade própria de sua tenra idade, estava sempre desejando divergir e transformar-se em hipérbole ou em alguma igualmente romântica e infinita curva. Haviam vivido e amado muito: o destino e as superfícies interjacentes as haviam mantido até agora separadas, mas esta situação estava por mudar: *uma reta as havia cruzado, fazendo com que os dois ângulos*

⁹ [Nota do tradutor] Jogo de palavras com *parti-cle*, ou *clé*, como sendo *chave* em francês.

¹⁰ [Nota do tradutor] Estrofes de Don Juan, Canto XI, de Lord Byron.

¹¹ [Nota do tradutor] Foram preservadas as aspas, os itálicos, as maiúsculas, as lacunas etc., tal como ocorrem no texto carrolliano.

interiores fossem menores que dois ângulos retos. Foi um instante inesquecível e, enquanto continuavam seu percurso, um sussurro agitou as superfícies em isócronas ondas de som. “Oh, sim, acabaremos por nos encontrar se formos prolongadas indefinidamente!” (Curso de Matemática de Jacobi, Capítulo I).

Começamos com a citação anterior de uma surpreendente ilustração sobre as vantagens de se introduzir elementos humanos na até então estéril região da Matemática. Quem pode dizer que embriões do romance, até agora despercebidos, não podem dar destaque aos tópicos? Quem pode afirmar que o paralelogramo, que em nossa ignorância definimos e desenhamos, e cujo conjunto de propriedades professamos conhecer, não esteve por todo este tempo ofegando por ângulos externos, simpáticos aos internos, ou lamentando, taciturno, o fato de não poder ser inscrito num círculo? Que matemático, que ponderando sobre uma hipérbole, mutilando a desafortunada curva com linhas de intersecção aqui e ali em seu esforço para demonstrar alguma propriedade que, talvez, depois de tudo, seja uma mera calúnia, não imaginou, por fim, que o local geométrico mal usado estava estendendo suas assíntotas como uma repressão silenciosa, ou que seu foco lhe dava piscadelas em desdenhosa piedade?

Com estas questões em mente, compilamos as seguintes páginas. Por mais rudes e apressadas que sejam, exibem alguns dos fenômenos da luz, ou “iluminação”, considerada como uma força, num tratamento mais completo do que os outros escritores têm apresentado.

Junho, 1865

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES GERAIS

DEFINIÇÕES

I

SUPERFICIALIDADE PLANA é o caráter de um discurso no qual, quaisquer que sejam dois pontos tomados, descobre-se que o orador mente por completo, com relação a ambos.

II

RAIVA¹² PLANA é a inclinação de dois eleitores¹³, um com relação ao outro, que se encontram, mas cujas opiniões não estão na mesma direção.

III

Quando um inspetor, ao encontrar outro, mostra que os votos de um lado são iguais aos do outro, o sentimento experimentado por cada um dos lados é chamado de RAIVA RETA.

IV

Quando duas partes, estando juntas, sentem uma Raiva Ortogonal, uma é dita COMPLEMENTÁRIA da outra (embora, estritamente falando, isto é muito raro de acontecer).

V

RAIVA OBTUSA é a que é maior que a Raiva RETA.

¹² [Nota do tradutor] Trocadilho no original: angle (ângulo) e anger (raiva), aqui utilizado em analogia ao ângulo reto.

¹³ [Nota do tradutor] Trocadilho no original: vetor (vetor) e voter (eleitor).

POSTULADOS

I

Postula-se que um orador pode divagar de um ponto qualquer a outro ponto qualquer.

II

Um argumento finito (isto é, concluído e abandonado) pode ser estendido em debates subsequentes.

III

Uma controvérsia pode ser levantada sobre qualquer questão, e a qualquer distância dessa.

AXIOMAS

I

Indivíduos que vão pela metade do mesmo (quarto¹⁴) são (geralmente) iguais um ao outro.

II

Indivíduos que tomam o dobro no mesmo (período¹⁵) são iguais a qualquer outro.

ELEIÇÕES

Os diferentes modos de votar são os seguintes:

I

ALTERNANDO¹⁶, como no caso do Sr., que votou a favor e contra o Sr. Gladstone em eleições alternadas.

¹⁴ [Nota do tradutor] Trocadilho no original: *quart* é um quarto de galão, uma medida de capacidade equivalente a, aproximadamente, 3,78 litros.

¹⁵ [Nota do tradutor] Trocadilho no original: *term* pode representar um tempo (prazo) ou um período escolar (trimestre).

¹⁶ [Nota do tradutor] Os termos grafados em caixa alta nesta seção aparecem, no original, em latim; optou-se por não apresentar suas

II

INVERTENDO, como fez o Sr., que veio de Edimburgo para votar, segurando uma cédula em branco, e depois regressou à casa rejubilando-se.

III

COMPONENDO, como fez o Sr., cujo nome apareceu nos dois comitês de uma só vez, pelo que recebeu muitos cumprimentos de todos, no espaço de um dia.

IV

DIVIDENDO, como no caso do Sr., que, estando profundamente perplexo com sua escolha de candidato, não votou em nenhum.

V

CONVERTENDO, como foi maravilhosamente exemplificado pelos Srs. e, que sustentaram uma longa e acirrada argumentação na eleição com a qual, ao cabo de duas horas, cada uma havia vencido e convertido o outro.

VI

EX ÆQUALI IN PROPORZIONE PERTURBATA SEU INORDINATA¹⁷, como na eleição, quando o resultado esteve por muito tempo empatado, e como foi mantido em equilíbrio porque os que votaram primeiro

traduções para que o leitor tivesse uma experiência próxima à da leitura no texto original (se lá Carroll misturou latim com inglês, aqui aparecem latim e português).

¹⁷ [Nota do tradutor] *Da igualdade em proporção perturbada ou desordenada*, enunciado do manual para o ensino de geometria, escrito por Robert Simson (1814), que faz referência a *Elementos* de Euclides (este enunciado é a 23ª proposição do Livro V).

em um lado buscaram emparelhar com aqueles que chegaram por último, do lado do oponente, e os que votaram por último em um lado foram mantidos fora pelos primeiros que chegaram do outro lado, pelo que a entrada da Casa de Convocação¹⁸ esteve bloqueada e os indivíduos não podiam entrar ou sair.

ACERCA DA REPRESENTAÇÃO

Magnitudes são representadas algebricamente por letras; homens, por homens de letras, e assim sucessivamente. O que se segue é o principal sistema de representação:

1. CARTESIANO: isto é, por meio de “cartas”¹⁹. Este sistema representa bem as linhas, algumas vezes bem demais; mas falha ao representar pontos, particularmente bons pontos.

2. POLAR: isto é, por meio de dois polos, “Norte e Sul”. Este é um sistema bastante incerto de representação, no qual não se pode confiar com muita segurança.

3. TRILINEAR: isto é, por meio de uma linha que toma três diferentes direções. Tal tipo de linhas é usualmente representada por três letras, W.E.G²⁰.

¹⁸ [Nota do tradutor] *Convocation House* é o nome dado à sala à qual as pessoas são convocadas para formar uma assembleia.

¹⁹ [Nota do tradutor] No original, *cartes*, do francês, podendo ser entendido como alusão a Descartes, que contribuiu muito para a geometria analítica plana, ou às cartas enquanto mapas.

²⁰ [Nota do tradutor] De acordo com o artigo *Lewis Carroll in Numberland*, de Robert Wilson (<http://numerisation.univ-irem.fr/ACF/ACF08063/ACF08063.pdf>), WEG são as iniciais de William

Que o princípio da Representação era conhecido pelos antigos, é fato abundantemente exemplificado em Tucídides²¹, que nos diz que o grito favorito de encorajamento durante uma corrida de trirremes²² era uma alusão às Coordenadas Polares, o qual é ainda ouvido nas corridas dos nossos dias, “ $\rho_5, \rho_6, \cos\phi$, eles estão ganhando!”

CAPÍTULO II DINÂMICA DA PARTÍCULA

As partículas são logicamente divididas de acordo com GÊNIO²³ e DISCURSOS.

GÊNIO é a mais alta classificação e isso, combinado com a DIFERENÇA²⁴, (isto é, diferença de opiniões), produz DISCURSOS. Estes naturalmente se dividem em três cabeças²⁵.

Ewart Gladstone, um dos candidatos, o qual Carroll considerava muito liberal; seu favorito era GH (Gathorne-Hardy).

²¹ [Nota do tradutor] Historiador da Grécia Antiga, autor de *História da Guerra do Peloponeso*. Nesta obra, narra a guerra entre Esparta e Atenas, ocorrida no século V a.C., da qual foi testemunha e participante.

²² [Nota do tradutor] Antiga embarcação grega impelida por remos.

²³ [Nota do tradutor] No original, *Genius*, possível trocadilho com o termo *Genus*, da lógica escolástica.

²⁴ [Nota do tradutor] *Differentia*, no original, que é um termo da lógica escolástica.

²⁵ [Nota do tradutor] Algo com “três cabeças” lembra imediatamente a Hidra de Lerna, monstro mitológico filho de Tifão e Equidna. A figura da Hidra é usada recorrentemente quando se deseja ressaltar uma situação assustadora e problemática. Entretanto, outra interpretação bastante possível para este trecho permite pensar que Carroll estivesse fazendo referência aos três candidatos da eleição: William Ewart Gladstone (WEG), Gathorne-Hardy (GH) e William Heathcote (WH).

Partículas pertencentes à grande ordem do GÊNIO são chamadas de “capazes” ou “iluminadas”.

DEFINIÇÕES

I

Um IRRACIONAL²⁶ é um radical cujo significado não pode ser exatamente apurado. A esta classe pertence um grande número de partículas.

II

ÍNDICE indica o grau ou potência para o qual uma partícula é elevada. Consiste em duas letras colocadas ao lado do símbolo que representa a partícula. Assim, “A. A.”²⁷ significa grau zero; “B. A.” é o primeiro grau, e assim por diante, até chegarmos em “M. A”, o segundo grau (letras intermediárias indicam frações do grau); as últimas duas usualmente empregadas são “R. A.”²⁸ (o leitor precisa ser fortemente lembrado daquele belo verso em *The Princess* “Vista-se, Dinah, como uma R. A. esplendorosa”²⁹) e “S. A.”. Este último indica 360

²⁶ [Nota do tradutor] No original, *Surd*, derivado do latim *surdus*; significa tanto *absurdo* (e Carroll estaria dizendo que tais discursos não têm sentido) quanto *raiz de um número irracional* (de onde *radical* e *irracional* conferem o mesmo sentido).

²⁷ [Nota do tradutor] De acordo com o *Cambridge Dictionary*, as abreviações *A. A.*, *B. A.* e *M. A.* são títulos acadêmicos. Respectivamente: *Associate in Arts* (grau conferido àquele que acabou um curso de dois anos), *Bachelor of Arts* (o primeiro grau universitário) e *Master of Arts* (grau avançado).

²⁸ [Nota do tradutor] *R. A.* e *S. A.* parecem não corresponder a graus de estudo; dentre as interpretações possíveis, *Register Agent* (Agente Registrado) e *Special Agent* (Agente Especial) parecem se adequar bem à cultura inglesa.

²⁹ [Nota do tradutor] Carroll se refere a uma canção folclórica, gravada por Wilkins e sua filha Dinah (a gravação original pode ser escutada em: [Wolf](#)

graus e denota que a partícula em questão (que é $\frac{1}{7}$ da função $\overline{E + R}$ “Ensaio e Revisões”³⁰) completou uma volta inteira e que o resultado é igual a zero.

III

MOMENTO é o produto da massa pela velocidade. A discussão completa deste tópico nos levaria muito longe no tópico Vis Viva³¹, e devemos nos contentar mencionando o fato de que *nenhum momento é verdadeiramente perdido por Partículas iluminadas*. É praticamente desnecessário citar a bem conhecida passagem: “Cada momento que pode ser arrancado dos deveres acadêmicos é dedicado a promover a causa do popular Chanceler do Tesouro” (Clarendon, *History of the Great Rebellion*).

IV

Um PAR consiste em uma partícula que se move, elevada ao grau M. A., e combinada com o que tecnicamente é chamada “melhor metade”. As principais características de um par são: (1) Pode ser facilmente transferido de um ponto a outro. (2) Qualquer *força de translação* que o par não combinado possuía (e isso

[Folklore Collection: Wilkins and Dinah \(Wilkins and His Dinah\) \(lyon.edu\)](#).

O verso citado é “Go dress yourself, Dinah, in gorgeous array” (R. A. como uma corruptela de *array*)

³⁰ [Nota do tradutor] No texto original, *R* aparecia como *Reviews*, que pode tanto ser *Avaliações* quanto *Revisões*. Foi mantido *Revisões* para que não fosse preciso alterar a fórmula que aparece no texto. Na fórmula, *E* = *energia* e *R* = *raio*.

³¹ [Nota do tradutor] Termo que deriva de Leibniz, empregado na mecânica celeste, para se referir à equação que relaciona, no problema dos dois corpos, a distância do corpo ao foco e sua velocidade.

pode ser considerado com frequência) é completamente perdida quando o Par é formado. (3) As duas forças que constituem o Par usualmente atuam *em direções opostas*.

SOBRE DIFERENCIAÇÃO

O efeito da Diferenciação numa Partícula é bastante perceptível, o primeiro Diferencial sendo frequentemente de um valor maior do que o da Partícula original; e, o segundo, de menor iluminação.

Por exemplo: seja L = Líder, S = Sábado, e então L. S. = “Líder no Sábado” (uma partícula sem valor atribuído). Diferenciando uma vez, temos L. S. D., uma função de grande valor³². De forma similar, será compreendido que, diferenciando uma segunda vez uma Partícula iluminada (isto é, elevando-a ao grau D. D.³³), a iluminação decresce rapidamente. O efeito é bastante aumentado pela adição de um C: neste caso, a iluminação muitas vezes desaparece completamente e a Partícula torna-se conservativa.

É preciso observar que, não obstante o símbolo L ser usado para “Líder”, ele é afetado pelos sinais \pm , que servem para indicar que sua ação é por vezes positiva, por vezes negativa. Algumas partículas desta classe têm a propriedade de atrair outras que a seguem (como a

³² [Nota do tradutor] A função $L(s, d)$ é a que descreve, para alguns d específicos, a distribuição da variável aleatória s . É possível normalizar uma função L para valores fixos de s . As teorias existentes que tentam associar as escritas de Carroll ao uso de entorpecentes poderiam levar o leitor afoito a entender que, aqui, haveria uma prova de que ele ao menos conhecia o LSD, mas esta substância só foi descoberta em 1943.

³³ [Nota do tradutor] $D. D.$, que aqui significa *degree of differentiation*, também pode ser tomado como representante de *decimal degrees* (graus decimais), motivo por que o texto sugere que a iluminação diminui.

“um Líder do exército”); outras, de repelir (como a “um Líder do Times”³⁴).

PROPOSIÇÕES

PROP. I. PROB³⁵.

Encontrar o valor de um Examinador dado.

Exemplo. A recebe 10 livros no Exame Final e tira o 3º lugar; B compreende os Examinadores e fica em 2º. Determine o valor dos Examinadores em termos de livros. Encontre também o valor deles no caso de nenhum Exame ser feito.

PROP. II. PROB.

Estimar Lucros e Perdas.

Exemplo. Dado um Profeta de Derby, que enviou 3 diferentes vencedores a 3 apostadores, e dado que nenhum dos três cavalos venceu. Encontrar a Perda total relativa aos três homens (α) em dinheiro, (β) em temperamento. Encontrar também o Profeta. Esse último é geralmente possível?

PROP. III. PROB.

Estimar a direção de uma reta.

³⁴ [Nota do tradutor] É provável que Carroll fosse um leitor assíduo do *Times*, jornal britânico que foi fundado em 1785, pois esta não é a primeira vez que se refere a ele (outras citações aparecem, por exemplo, em *The Zoological Papers N. 4 – The One-winged Dove*, parte integrante de *The Rectory Umbrella*, tipo de revista de recortes e escritos que sua família construía conjuntamente).

³⁵ [Nota do tradutor] As palavras abreviadas são, respectivamente, “proposição” e “problema”. Optou-se por manter a escrita da edição clássica de *Elementos*, disponível em: [LIVRO I DOS ELEMENTOS DE EUCLIDES](#)

Exemplo. Provar que a definição de reta, de acordo com Walton³⁶, coincide com a de Salmon³⁷, somente se ambos começam por extremos opostos. Se tal linha é dividida pelo método de Frost³⁸, encontrar seu valor, de acordo com Price³⁹.

PROP. IV. TEOREMA

O final (isto é, o “produto dos extremos”) justifica (isto é, “é igual a”, ver o Latim “æquus”) os meios.

Nenhum exemplo é acrescentado a esta Proposição, por razões óbvias.

PROP. V. PROB.

Continuar uma série dada.

Exemplo. A e B, que são, respectivamente, viciados em Quatros e Cincos⁴⁰, ocupam o mesmo

³⁶ [Nota do tradutor] É provável que Carroll estivesse se referindo a William Walton (1813-1901), autor do livro *Problems in illustration of the principles of plane coordinate geometry*.

³⁷ [Nota do tradutor] É provável que Carroll estivesse se referindo a George Salmon (1819-1904), autor do livro *A treatise on the analytic geometry of three dimensions*

³⁸ [Nota do tradutor] É provável que Carroll estivesse se referindo a Percival Frost (1817-1898), autor do livro *Solid geometry*.

³⁹ [Nota do tradutor] Não foi possível identificar a quem Carroll estaria se referindo.

⁴⁰ [Nota do tradutor] Na edição em espanhol (CARROLL, L. *Matemática demente*. Barcelona: Fabula Tusquets Editores, 2002), o tradutor Leopoldo María Panero sugere que os números descritos nesta proposição se referem a notas escolares, o que pode ser uma interpretação válida. Por outro lado, *Fives* (Cincos), segundo o Conciso Dicionário de Oxford, é um jogo de bola jogado com as mãos (daí o nome fazer referência aos cinco dedos) ou com um bastão numa cancha com duas, três ou quatro paredes; o jogo também é conhecido como tênis de mão e, historicamente, era amiúde jogado entre os contrafortes de edifícios das igrejas inglesas. Como Carroll gostava muito de jogos e recorrentemente citava, criava ou modificava vários deles em suas

dormitório em que Seis e Setes sempre estiveram. Encontrar a provável soma de leitura feita por A e B enquanto os Oitos estão acesos⁴¹.

Prosseguimos para ilustrar este esboço apressado da Dinâmica de uma Partícula, demonstrando a grande Proposição da qual toda a teoria da Representação depende, nomeadamente: “Remover uma Tangente dada de um Círculo dado, e colocar outra Reta dada tangenciando-o”.

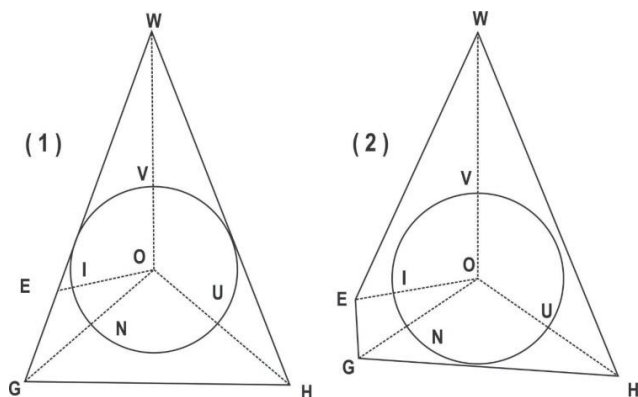
Para trabalhar o seguinte problema algebricamente, é melhor representar o círculo com relação às suas duas tangentes, isto é, primeiro WEG, WH, e depois WH, GH. Quando isto estiver pronto, será mais conveniente projetar WEG ao infinito. O processo não é aqui mostrado na íntegra, pois seria necessária a introdução de vários determinantes complicados.

PROP. VI. PROB.

Remover uma Tangente dada de um Círculo dado, e colocar outra Reta dada tangenciando-o.

histórias, esta também parece ser uma interpretação possível para esta passagem.

⁴¹ [Nota do tradutor] Possíveis interpretações: o termo “aceso” pode se referir tanto às luzes do dormitório quanto à luminosidade das partículas.



Seja UNIV o Círculo Grande, cujo centro é O (V estando, obviamente, no topo), e seja WGH um triângulo; dois de seus lados, WEG e WH, tangenciam o círculo, enquanto GH (chamado “base” pelos matemáticos liberais), não (Veja a Fig. 1). É requerido remover a tangência de WEG e levar GH a tangenciar o círculo.

Seja I o ponto de máxima iluminação do círculo, e, portanto, E é o ponto de iluminação máxima do triângulo (E, obviamente, variando perversamente como o quadrado da distância de O).

Seja WH absolutamente fixada, de modo a continuar em contato com o círculo, e seja a direção OI também fixada.

Agora, enquanto WEG preservar seu curso reto, é impossível GH fazer contato com o círculo; mas, se a força da iluminação, agindo sobre OI, a fizer dobrar-se (como na Fig. 2), uma revolução parcial em parte de WEG e GH é efetuada: WEG deixa de tangenciar o

círculo e GH será imediatamente posta em contato com ele. Q. E. F⁴².

A teoria envolvida na Proposição anterior é, nos dias atuais, muito controversa, e seus apoiadores são chamados para mostrar qual é o *ponto* fixo, ou “*locus standi*”, que propõem para efetuar a revolução necessária. Para deixar isso claro, é preciso que retornemos aos gregos, e lembremos nossos leitores que o verdadeiro ponto ou “*locus standi*” é, neste caso, ἄρδις (ou ἄρδις⁴³, de acordo com a grafia moderna), o que não pode ser atribuído a WEG. Em resposta a isso se exorta que, numa questão como a atual, uma única palavra não pode ser considerada uma explanação satisfatória, como ἀρδέως.

É preciso também observar que a revolução aqui discutida é inteiramente o efeito da iluminação, uma vez que as partículas, quando iluminadas a tal ponto de se tornarem φώς⁴⁴, sempre divergem mais ou menos uma da outra, ainda que indubitavelmente a força *radical* da palavra seja “união” ou “sentimento amistoso”. O leitor encontrará, em “Liddell e Scott”⁴⁵, uma notável ilustração

⁴² [Nota do tradutor] Abreviação da frase latina *Quod erat faciendum*, cujo significado é *O que precisava ser feito*. Nos livros em português, é comum aparecer C. Q. D (*Como queríamos demonstrar*).

⁴³ [Nota do tradutor] O termo grego significa *ponta*, e pode ser utilizado para se referir a algo pontiagudo, como uma flecha. Uma conjectura possível é que talvez Carroll esteja dizendo que WEG não tem condições de acertar o alvo, isto é, de ter atitudes que ele julgaria as mais corretas.

⁴⁴ [Nota do tradutor] O termo grego significa *luz*.

⁴⁵ [Nota do tradutor] Obra lexicográfica grego-inglês, organizada por Henry George Liddell, Robert Scott, Henry Stuart Jones e Roderick McKenzie. A primeira edição foi publicada em 1843, pela Oxford University Press. O primeiro editor foi Henry George Liddell, decano da Christ Church (onde Carroll estudou, residia e morava) e pai da menina Alice.

disso, que parece ser a condição essencial para que o sentimento seja considerado como φοράδην⁴⁶, e que a partícula considerada pertença ao gênero σκότος⁴⁷, e deve, portanto, ser, nominalmente, não-iluminada⁴⁸.

FIM⁴⁹

⁴⁶ [Nota do tradutor] O termo grego significa *aquele que porta a luz*, ou *aquilo que é a luz*, em sua forma mais pura.

⁴⁷ [Nota do tradutor] O termo grego significa *escuridão*.

⁴⁸ [Nota do tradutor] No texto original, *unenlightened*. No contexto das partículas e das luzes, como cita o parágrafo, “não-iluminada” é uma tradução possível; entretanto, “enlightened” também significa “iluminado” no sentido de “esclarecido” sendo, portanto, “unenlightened”, o seu contrário: não esclarecido, desprovido de conhecimento.

⁴⁹ [Nota do tradutor] Sou grato ao amigo Pericles Balafas pela tradução dos termos em grego.

CAPÍTULO III

SERVIR-SE DA LÓGICA EM QUALQUER ASSUNTO

Roger Minks

Rafael Montoito

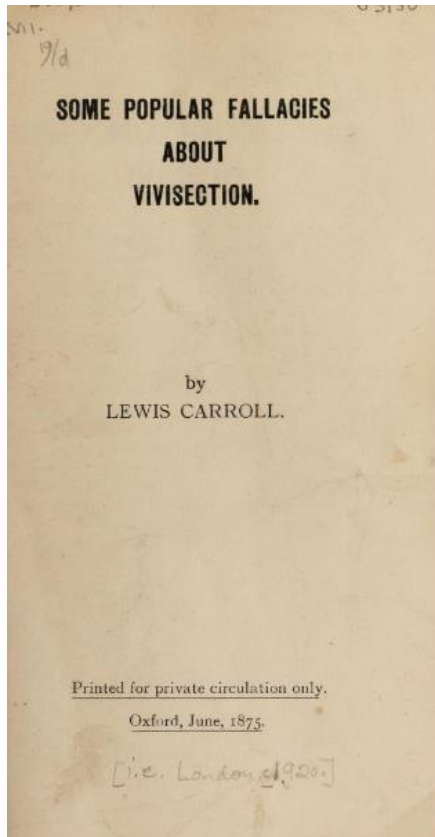
Ao longo de sua vasta obra, Lewis Carroll encontrou, com arguta criatividade, as mais variadas formas de entretecer, aos seus escritos, a lógica. Seu empenho em disseminá-la como recurso educativo está explicitado em sua última obra, *Symbolic Logic* (CARROLL, 1977), onde Carroll exprime, paralelamente aos estudos que fez para a sistematização da lógica simbólica enquanto conteúdo, as suas intenções pedagógicas acerca desse tema. Carroll considerava que “qualquer um que pretenda educar jovens (entre 12 e 20 anos, digamos) deve ter percebido o quão importante é oferecer-lhes recreações mentais saudáveis” (CARROLL, 1977, p. 45, tradução nossa), tais como as recreações que têm a natureza de jogos e quebra-cabeças, nas quais a lógica simbólica pode ser

exercitada. Sobre os alunos que viessem a ser versados em lógica, ele diz:

Ele pode aplicar suas habilidades em qualquer área do conhecimento humano: em cada uma delas, a lógica o ajudará a ter ideias claras, a ordenar apropriadamente seu conhecimento e, o mais importante de tudo, a identificar e desvendar falácias com as quais se deparará em qualquer assunto de seu interesse (CARROLL, 1977, p. 46, tradução nossa).

Esta crença de Carroll, escrita quase que como um conselho, é exemplificada por ele mesmo em sua própria prática intelectual quando escreve, em 1875, o panfleto *Algumas falácias populares sobre vivissecção*, utilizando um encadeamento lógico que lhe permitiu desvendar falácias sobre esse tema que, certamente, o interessava. A capa do panfleto aparece na imagem a seguir:

Figura 6 – Capa do panfleto



Fonte: [Some popular fallacies about vivisection : Carroll, Lewis, 1832-1898 : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive](#)

A prática da vivissecção (que é a dissecação ou operação cirúrgica em animais vivos para estudo de fenômenos anatômicos e fisiológicos) despertara furor na Inglaterra, ao longo da década de 1870, na medida em que abusos perpetrados por vivissectores eram denunciados nos jornais, ganhando o debate público e extrapolando o até então predominante debate universitário (CARVALHO; WAIZBORT, 2014). Atento

às questões de seu tempo – como também, criativamente, viria a rechaçar os novos livros de ensino de geometria que se dispunham a substituir *Elementos* de Euclides (CARROLL, 2015) –, Carroll detém seu olhar de matemático no escrutínio dos argumentos, veiculados em periódicos da época, dos vivisseccionistas e de seus ferrenhos opositores.

Em seu panfleto, Carroll elenca 13 argumentos, alguns contrários e outros a favor à prática da vivissecção, que considera consistirem em falácias. Através de elementos próprios da lógica clássica, o autor vai desnudando as falácias uma a uma, expondo seus vícios de argumento, seus sofismas e subterfúgios semânticos. Embora os recursos característicos da lógica simbólica estejam ocultos em primeiro plano (Carroll desmascara as falácias de modo dissertativo, e não através de silogismos, esquemas ou diagramas relacionais), é possível percebê-los presentes nas entrelinhas do texto, quase como se Carroll desejasse expor seus argumentos duas vezes, em uma criativa redundância: primeiro, diretamente na construção do discurso dissertativo; segundo, como uma marca d'água visível apenas àqueles atentos aos elementos da lógica simbólica, através da linguagem matemática.

Para além da matemática, esse texto carrolliano também é interessante pelos tópicos que ele aborda: as opiniões do autor sobre experimentos científicos, sobre ética no trato com animais e sobre aspectos religiosos (COHEN, 1998), bem como a questão da evolução histórica do debate sobre a vivissecção, tema em pauta ainda hoje (CARVALHO; WAIZBORT, 2014).

REFERÊNCIAS

CARROLL, Lewis. **Euclides e seus rivais modernos**. São Paulo: Livraria da Física, 2015.

CARROLL, L. **Symbolic Logic**. Nova Iorque: Clarkson N. Potter Inc. Publishers, 1977.

CARVALHO, A. L. de L.; WAIZBORT, R. Sobre cães, vivissecção e darwinismo: uma história da Biologia e de seus dilemas éticos. **Acta Scientiae**, v. 16, n. 2, p. 200-236, maio/ago. 2014.

COHEN, M. N. **Lewis Carroll: uma biografia**. São Paulo: Record, 1998.

O texto traduzido foi publicado originalmente na forma de panfleto, às expensas do autor, em 1875, motivo por que atualmente se encontra em domínio público. A versão original utilizada para a tradução pode ser consultada em: [Some popular fallacies about vivisection : Carroll, Lewis, 1832-1898 : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive](#)

ALGUMAS FALÁCIAS POPULARES SOBRE VIVISSECÇÃO

(1875)

Lewis Carroll

Em um momento em que esse assunto doloroso está atraindo tamanha atenção do público, nenhuma desculpa, acredito, é necessária para a seguinte tentativa de formular e classificar algumas das muitas falácias – como elas a mim parecem – com as quais me deparei nos escritos daqueles que defendem a prática. Nenhum serviço maior pode ser prestado à causa da verdade, neste campo ferozmente contestado, do que reduzir esses fantasmas obscuros e impalpáveis a formas definidas, podendo eles ser vistos, enfrentados e que, uma vez dispostos com justiça, não precisaremos exorcizá-los outra vez.

Começo com duas proposições contraditórias que parecem constituir os dois extremos, contendo entre si o meio-termo da verdade:

- 1. Que infligir dor aos animais é um direito do homem, sem necessidade de justificação.*
- 2. Que em nenhum caso isso é justificável.*

A primeira delas é assumida na prática por muitos que dificilmente se atreveriam a ultrajar os sentimentos comuns da humanidade declarando-a em termos. Todos os que reconhecem a diferença entre o certo e o errado devem admitir, se a questão for bem formulada, que infligir dor é, em alguns casos, errado. Aqueles que negam isso provavelmente não são suscetíveis à

argumentação. Que terreno comum temos? Eles devem ser contidos, como bestas brutas, pela força física.

A segunda foi assumida por uma Associação recentemente formada para a supressão total da vivissecção, em cujo manifesto a prática é colocada na mesma categoria da Escravidão, como sendo um mal absoluto, que não pode ser feito sob nenhum termo. Creio que posso supor que a proposição mais geralmente aceita é uma intermediária, a saber, que inflicção de dor é justificável em alguns casos, mas não em todos.

3. *Que o nosso direito de infligir dor aos animais é coextensivo ao nosso direito de matar, ou mesmo de exterminar uma raça (o que impede a existência de possíveis animais), todos sendo igualmente violações de seus direitos.*

Essa é uma das mais comuns e mais enganosas dentre todas as falácias. O sr. Freeman⁵⁰, em um artigo sobre esportes de campo e vivissecção, que apareceu na *Fortnightly Review* de maio de 1874, parece apoiar isso quando classifica conjuntamente morte e dor, como se fossem admitidas como sendo homogêneas. Por exemplo:

“Por crueldade, então, entendo, como sempre entendi, não toda inflicção de morte ou sofrimento a homens ou animais, mas sua inflicção ilícita ou

⁵⁰ [Nota do tradutor] Trata-se, provavelmente, de Edward Augustus Freeman (1823-1892), historiador e político inglês interessado no tema da vivissecção, autor do artigo *Surgery and vivisection* (FREEMAN, 1885), publicado originalmente no jornal londrino *The Times*, em 16 de janeiro de 1885, e também veiculado pela *Victoria Street Society for the Protection of Animals from Vivisection* em parceria com a *International Association for the Total Suppression of Vivisection*.

desnecessária... Minhas posições então eram duas. Primeiro: que certos casos de infligção de morte ou sofrimento a criaturas bestiais podem ser censuráveis. A segunda: que toda infligção de morte ou sofrimento para fins de mero esporte é um desses casos censuráveis”.

Mas, em justiça ao sr. Freeman, devo também citar a seguinte frase, na qual ele tem a visão oposta: “Devo, em todos os casos, estabelecer uma ampla distinção entre mero assassinato e tortura”.

Ao discutir os “direitos dos animais”, acho que posso passar, sem necessidade de observação, o assim chamado direito de uma raça de animais de se perpetuar e o direito ainda mais sombrio de um animal inexistente vir a existir. A única questão que merece consideração é se matar um animal é uma violação real desses direitos. Uma vez concedido isso, um *reductio ad absurdum*⁵¹ é iminente, a menos que sejamos ilógicos o suficiente para atribuir direitos aos animais na proporção de seus tamanhos. Jamais podemos destruir, para nossa conveniência, alguns filhotes de uma ninhada – ou abrir a vigésima ostra quando dezenove teriam sido suficientes – ou acender uma vela em uma noite de verão por mero prazer, para que alguma mariposa infeliz não se apresse a um fim prematuro! Não, não devemos nem mesmo passear, com a certeza que esmagaremos muitos insetos em nosso caminho, a não ser para negócios realmente muito importantes! Certamente tudo isso é criancice. Na absoluta desesperança de traçar

⁵¹ [Nota do tradutor] Expressão latina para “redução ao absurdo”, método utilizado na lógica formal para negar a validade de um argumento ao demonstrar que as premissas do argumento levam a consequências absurdas e/ou ridículas.

uma linha onde quer que seja, concludo (e acredito que muitos, ao considerarem o ponto, concordarão comigo) que o homem tem o direito *absoluto* de infligir a morte aos animais, sem atribuir qualquer motivo, desde que seja uma morte indolor, mas que qualquer infligção de dor precisa de uma justificação especial.

4. Que o homem é infinitamente mais importante que os animais inferiores, de modo que a infligção de sofrimento aos animais, por maior que seja, é justificável se impedir o sofrimento humano, por menor que seja.

Essa falácia pode ser assumida apenas quando não expressada. Colocá-la em palavras é quase rejeitá-la. Poucos, mesmo em uma época em que o egoísmo quase se tornou uma religião, ousam confessar abertamente um egoísmo tão hediondo como este! Embora existam milhares, creio, que estariam dispostos a assegurar aos vivisseccionistas que, no que diz respeito aos seus interesses pessoais, estão prontos a renunciar qualquer perspectiva que possam ter de uma diminuição da dor, se isso só puder ser garantido pela infligção de tanta dor em criaturas inocentes.

Contudo, tenho uma acusação mais séria do que a de egoísmo para trazer contra cientistas que fazem essa suposição. Eles a usam desonestamente, reconhecendo-a quando ela lhes é favorável e ignorando-a quando ela lhes é contrária. Pois isso não pressupõe o axioma de que o sofrimento humano e animal difere *em espécie*? Estranha afirmação esta, da boca de quem nos diz que o homem é irmão gêmeo do macaco! Que sejam pelo menos consistentes, e que quando tiverem provado que a diminuição do sofrimento humano é um fim tão grande e glorioso que justifica

qualquer meio que o garanta, que deem ao macaco antropomorfoide o benefício do argumento. Além disso, não lhes pedirei para irem embora, mas os abandonarei pela convicção nas diretrizes de uma lógica exorável.

Tivessem eles apenas a franqueza e a coragem de fazê-lo, acredito que escolheriam o outro lado do dilema⁵² e responderiam: “Sim, o homem *está* na mesma categoria que o animal irracional; e assim como não nos importamos (você o vê, então não podemos negá-lo) quanta dor infligimos a um, também não nos importamos, a não ser quando dissuadidos por penalidades legais, o quanto infligimos ao outro. O pujante desejo pelo conhecimento científico⁵³ é nosso verdadeiro princípio orientador. A diminuição do sofrimento humano é um mero manequim montado para divertir sonhadores sentimentais.

Chego agora à outra classe de falácias – aquelas envolvidas na comparação, tantas vezes feita, entre vivissecção e esportes de campo. Se a teoria de que os dois são essencialmente semelhantes não implicasse, como a pior das consequências, que os esportes deveriam ser condenados por todos os que condenam a vivissecção, eu não deveria estar de forma alguma ansioso para refutá-la. Infelizmente a outra

⁵² [Nota do tradutor] No texto original, “the other horn of the dilemma”. Trata-se de adaptação da expressão “on the horns of a dilemma”, que denota uma situação na qual se tem que fazer uma escolha entre coisas que são igualmente desagradáveis.

⁵³ [Nota do tradutor] No texto original, “The lust for scientific knowledge”. O substantivo “lust” pode ser traduzido tanto por “grande/forte/pujante desejo” quanto por “luxúria/lascívia/concupiscência”. É possível que Carroll tenha escolhido o termo para, propositalmente, dar duplo sentido à frase, uma vez que todo o parágrafo parece conter certa ironia e um tom de reprimenda.

consequência é tão lógica e tão provável: que a vivissecção deveria ser aprovada por todos os que aprovam os esportes.

A comparação baseia-se na suposição de que o principal mal colocado à acusação da vivissecção é a dor infligida ao animal. Proponho lidar com essa suposição, mais adiante, como uma falácia; no momento, vou admiti-la como um argumento, esperando mostrar que, mesmo nessa hipótese, os vivisseccionistas têm um caso muito pobre. Ao fazer essa comparação, sua primeira afirmação é:

5. *Que é justo comparar agregados de dor.*

“O montante agregado de males” – cito um artigo do *Pall Mall Gazette* de 13 de fevereiro – “que é perpetrado contra animais por esportistas em um único ano provavelmente excede aquele que alguns deles sofrem de vivisseccionistas em meio século.” A melhor refutação dessa falácia parece ser rastreá-la até sua conclusão lógica – que um número muito grande de males triviais é igual a um grande. Por exemplo: que um homem, que ao vender pão adulterado inflige um minúsculo dano à saúde de algumas milhares de pessoas, comete um crime igual a um assassinato. Uma vez compreendido esse *reductio ad absurdum*, você estará pronto para admitir que a única comparação justa é entre indivíduo e indivíduo.

Supondo que os vivisseccionistas sejam forçados a abandonar essa posição, eles podem então recuar ao seguinte paralelo:

6. *Que a dor infligida a um animal individual na vivissecção não é maior que a infligida no esporte.*

Não sou um esportista e, portanto, não tenho o direito de dogmatizar, mas estou razoavelmente certo de que todos os esportistas concordarão comigo que isso não é verdade no tiro ao alvo⁵⁴, no qual, sempre que o animal é morto de uma só vez, é provavelmente uma forma de morte tão indolor quanto poderia ser concebida; enquanto os sofrimentos daquele que escapa ferido deve ser colocado a cargo do esportista inábil, não do esporte em abstrato. Provavelmente muito do mesmo pode ser dito da pesca: para outras formas de esporte, e especialmente para a caça, não tenho defesa a oferecer, acreditando que elas envolvem uma crueldade muito grande.

Mesmo se as duas últimas falácias fossem concedidas aos defensores da vivissecção, seu uso no argumento deve depender da seguinte proposição ser verdadeira:

7. Que o mal do qual se acusa a vivissecção consiste, principalmente, na dor infligida ao animal.

Sustento, pelo contrário, que consiste principalmente no efeito produzido no operador. Para usar as palavras do sr. Freeman, no artigo já citado, “a questão não é o montante agregado de sofrimento infligido, mas o caráter moral dos atos pelos quais o sofrimento é infligido.” Vemos isso mais claramente

⁵⁴ [Nota do tradutor] Carroll considera com conotações distintas os termos *shooting* (que traduzimos, levando em conta o contexto, como “tiro ao alvo”) e *hunting* (que traduzimos como “caça”) para abordar esportes que envolvem abates de animais. A distinção, nos parece, se deve ao fato de que certos esportes de tiro contra animais de pequeno porte – como, por exemplo, patos e outras aves – costumam levar à morte instantânea do espécime atingido, enquanto na caça a animais de grande porte – por exemplo, javalis e cervos –, muitas vezes, o animal permanece vivo e sofrendo por longo período depois de alvejado.

quando deslocamos nossa visão do ato em si para suas consequências mais remotas. O infeliz animal sofre, morre, “e aí acaba”: mas o homem cujas simpatias foram esmaecidas, e cujo egoísmo foi fomentado pela contemplação da dor deliberadamente infligida, pode ser pai de outros igualmente brutalizados e, assim, legar uma maldição para as eras futuras. E, mesmo se limitarmos nosso olhar ao tempo presente, quem pode duvidar que a degradação de uma alma é um mal maior do que o sofrimento da estrutura corporal? Mesmo se levados a admitir isso, os defensores da prática ainda podem afirmar:

8. Que a vivisseccção não tem nenhum efeito desmoralizante sobre o caráter do operador.

“Olhem para os nossos cirurgiões!” eles podem exclamar. “São eles uma classe desmoralizada ou brutalizada? No entanto, você deve admitir que, na operação que eles têm que realizar, estão perpetuamente contemplando dor – sim, e dor deliberadamente infligida por suas próprias mãos.” A analogia não é justa; uma vez que o motivo *imediate* – de salvar a vida, ou diminuir o sofrimento, da pessoa operada – é uma influência contrária, na cirurgia, à da vivisseccção que, com sua sombria esperança de algum dia aliviar o sofrimento de algum ser humano ainda não nascido, tem nada de paralelo a oferecer. Esta, no entanto, é uma questão a ser decidida por evidências, não por argumentos. A História nos fornece muitos exemplos da degradação do caráter produzida pela contemplação deliberada e impiedosa do sofrimento. O efeito das touradas nacionais sobre o caráter espanhol é um exemplo disso. Todavia, não precisamos ir à

Espanha em busca de evidências: o seguinte trecho de *Echo*, citado no *Spectator* de 20 de março, será suficiente para habilitar o leitor a julgar por si mesmo que tipo de efeitos essa prática pode ter nas mentes dos estudantes:

“Mas se ainda mais é necessário para satisfazer as mentes do público sobre esse último ponto” (o efeito sobre os operadores), “o testemunho de um fisiologista inglês, conhecido do escritor, pode ser útil na conclusão. Ele esteve presente, algum tempo atrás, em uma aula, no decorrer da qual foram feitas demonstrações em cães vivos. Quando as infelizes criaturas choraram e geraram sob a operação, muitos dos estudantes *realmente imitaram seus gritos em escárnio!* O cavalheiro que relatou essa ocorrência acrescenta que o espetáculo dos animais se contorcendo e o comportamento diabólico da plateia tanto o enojou, que ele não poderia esperar pela conclusão da aula, partindo em desgosto.”

É uma humilhante – porém inegável – verdade que o homem tem algo de besta selvagem em si, que uma sede por sangue pode ser despertada nele ao testemunhar uma cena de carnificina, e que a infligência de tortura, quando os primeiros instintos de horror tiverem sido esmaecidos pela familiaridade, pode se tornar, primeiro, uma questão de indiferença, depois um assunto de interesse mórbido, depois um prazer positivo, e depois um deleite medonho e feroz.

Aqui, novamente, no entanto, a analogia do esporte é de algum serviço para o vivisseccionista, e ele pode alegar que a influência que temos já está em

ação entre nossos desportistas. Isso vou considerar agora.

9. *Que a vivisseccção não desmoraliza mais o caráter do que o esporte.*

O caso do oponente, penso eu, não sofreria muito, mesmo se isso fosse admitido; entretanto, estou inclinado a objetar isso como uma verdade universal. Devemos lembrar que muito da excitação e interesse dos esportes depende de causas inteiramente desconectadas com a inflição de dor, a qual é mais ignorada do que deliberadamente contemplada; enquanto que, na vivisseccção, os efeitos dolorosos constituem – em muitos casos, uma parte e, em alguns casos, o todo – o interesse do espectador. E tudo o que eles nos dizem sobre o intelecto altamente desenvolvido do estudante de anatomia, com o qual contrastam tão desdenhosamente os baixos instintos animais do caçador de raposas, não é nada além de outro argumento contra eles mesmos; pois, certamente, quanto mais nobre o ser que degradamos, maior é o dano que infligimos à sociedade. *Corruptio optimi pessima*⁵⁵.

“Mas tudo isso ignora o *motivo* da ação”, gritam os vivisseccionistas. “Qual é esse, no esporte? Mero prazer. Nessa questão, mantemos uma posição inexpugnável.” Deixe-nos ver.

10. *Que, enquanto o motivo no esporte é essencialmente egoísta, na vivisseccção é essencialmente altruísta.*

⁵⁵ [Nota do tradutor] Expressão latina: “a corrupção dos melhores é a pior”.

É minha convicção que o mundo não científico está demasiado disposto a atribuir aos defensores da ciência todas as virtudes que eles estão tão dispostos a reivindicar; e quando eles apresentam seu argumento *ad captandum*⁵⁶ favorito de que seus trabalhos são a um motivo puro – o bem da humanidade –, a sociedade está demasiada disposta a exclamar, com a sra. Varden, “Aqui está um manso, justo e consciencioso cristão, que, tendo jogado uma pitada de sal nas caudas de todas as virtudes cardeais, e apanhado todas elas, faz pouco caso de sua posse, e arfa por mais moralidade!”⁵⁷ Em outras palavras, a sociedade está longe de aceitar a imagem do pálido e desgastado devoto da ciência que dá seus dias e noites a um trabalho cansativo e ingrato, estimulado por nenhum outro motivo além de uma filantropia sem limites. Como alguém que devotou muito tempo e trabalho a investigações científicas, desejo oferecer o mais forte protesto possível contra essa imagem falsamente colorida. Acredito que qualquer ramo da ciência, quando adotado por alguém que tenha inclinação natural para isso, logo se tornará tão fascinante quanto o esporte para o esportista mais ardente, ou como qualquer forma de prazer para o sensualista mais refinado. A alegação de que o trabalho árduo, ou a resistência à privação, prova a existência de

⁵⁶ [Nota do tradutor] Em uma tradução livre do latim, “para capturar”. Em retórica, um argumento *ad captandum* é dirigido principalmente às emoções, projetado para atrair e/ou agradar às massas.

⁵⁷ [Nota do tradutor] A citação é trecho de *Barnaby Rudge – A Tale of the Riots of Eighty*, um dos dois romances que Charles Dickens (1812-1870) publicou em *Master Humphrey’s Clock*, seu periódico semanal, entre fevereiro e novembro de 1841. A sra. Varden é uma personagem deste romance.

um motivo altruísta, é simplesmente monstruosa. Garanta-me que o avarento seja tomado como altruísta quando se limita a comer e dormir para acrescentar mais uma peça de ouro ao seu tesouro secreto, que o carreirista seja tomado como altruísta quando labuta por longos anos para alcançar a meta de sua ambição, e eu garantirei a você que a laboriosa busca da ciência é uma prova positiva de um motivo altruísta. É claro que não afirmo, nem com relação a um único estudante científico, que seu verdadeiro motivo seja meramente aquele desejo por mais conhecimento, seja útil ou inútil, que é um apetite tão natural quanto o desejo por novidade ou qualquer outra forma de excitação. Digo apenas que o menor motivo explicaria a conduta observada tão bem quanto o maior motivo.

No entanto, afinal, todo o argumento, deduzido de uma comparação da vivisseccção com o esporte, baseia-se na seguinte proposição, a qual classifico como uma falácia:

11. Que a tolerância de uma forma de mal requer a tolerância de todas as outras.

Conceda isso, e você simplesmente paralisa todos os esforços concebíveis de reforma. Como podemos falar em diminuir a crueldade com os animais quando a embriaguez é desenfreada na terra? Você proporia, então, legislar no interesse da sobriedade? Você deviria se envergonhar! Veja os navios inseguros em que nossos galantes marinheiros estão arriscando suas vidas! O quê! Organize uma cruzada contra os desonestos donos dos navios, enquanto nossas ruas fervilham com uma população crescendo na ignorância pagã! Podemos apenas responder, *non omnia*

*possumus omnes*⁵⁸. E certamente o homem que percebe seu caminho para diminuir em qualquer grau um único de uma miríade de males ao seu redor, pode muito bem levar a sério o ditado de um homem sábio da antiguidade: “Tudo o que vossas mãos tiverem que fazer, faze-o do melhor modo.”⁵⁹

O último paralelo para o qual se espera que os defensores da vivisseccção recuem, supondo que todas essas posições sejam consideradas insustentáveis, é a afirmação:

12. Que a legislação só aumentaria o mal.

O apelo, se bem entendi, se resume a isso – que a legislação provavelmente encorajaria muitos a irem além do limite com o qual se contentam no momento, assim que descobrissem que um limite legal havia sido fixado além do seu. Admitindo que esta seja a tendência da natureza humana, qual é o remédio usualmente adotado em outros casos? Um limite mais estrito ou o abandono de todos os limites? Suponhamos um caso – que em uma certa cidade foi proposto que todas as tabernas fossem fechadas à meia-noite, e que os opositores da medida incitaram: “Atualmente, algumas fecham às onze horas – uma hora mais desejável: se você aprovar esta lei, todos as manterão abertas até meia-noite.” Qual seria a resposta? “Então não faremos nada” ou “Então vamos fixar onze, em vez de doze, como nosso limite?” Certamente isso não precisa de muitas palavras: o princípio de fazer o mal para que o bem possa vir provavelmente não encontrará muitos

⁵⁸ [Nota do tradutor] Das *Bucólicas* (VIII, 63) de Virgílio (70 a.C.-19 a.C.): “todos nós não podemos tudo”.

⁵⁹ [Nota do tradutor] Versículo bíblico (Eclesiastes, 9:10).

defensores, mesmo neste indulgente disfarce moderno de fazer o bem para que o mal não venha. Podemos seguramente tomar nossa posição com base no princípio de cumprir o dever que temos diante de nós: as consequências secundárias estão, ao mesmo tempo, fora de nosso controle e além de nosso cálculo.

Permita-me agora reunir em um parágrafo as contradições de algumas dessas falácias (que aqui tentei formular e classificar mais do que refutar, ou mesmo discutir completamente), e assim expor em um olhar o caso dos oponentes à vivissecção. É brevemente isso:

Que, embora não neguemos o direito absoluto do homem de acabar com a vida dos animais inferiores com uma morte indolor, exigimos que uma causa boa e suficiente seja mostrada para a inflicção de dor.

Que a prevenção de sofrimento de um ser humano não justifica a inflicção de uma maior quantidade de sofrimento em um animal.

Que o principal mal da prática da vivissecção consiste em seu efeito sobre o caráter moral do operador; e que esse efeito é claramente desmoralizante e brutalizante.

Que o trabalho árduo e a resistência às privações não são prova de um motivo altruísta.

Que a tolerância de uma forma de mal não é desculpa para tolerar outra.

Por último, que o risco de a legislação aumentar o mal não é suficiente para tornar toda a legislação indesejável.

Agora, penso eu, vemos boas razões para suspeitar que o princípio do egoísmo está na raiz dessa

prática maldita. Que o mesmo princípio seja provavelmente a causa da indiferença que cresce entre nós, talvez não seja tão óbvio. No entanto, acredito que essa indiferença se baseia em uma suposição tácita, que proponho observar como a última deste longo catálogo de falácias:

13. *Que a prática da vivisseção nunca será estendida a ponto de incluir sujeitos humanos.*

Ou seja, em outras palavras, enquanto a ciência se arroga o direito de torturar a seu bel-prazer toda a criação senciente tanto quanto o próprio homem, alguma linha de fronteira inescrutável é ali traçada, sobre a qual ela nunca se atreverá a passar. “Que o cavalo de rédea curta relinche de dor, nós temos a rédea solta.”⁶⁰

Não é improvável que, quando o imponente Levita de outrora caminhava com passos delicados pela estrada que levava de Jerusalém a Jericó, “pensando perplexo nas preocupações com o dízimo⁶¹”, e fazendo o possível para parecer inconsciente da forma prostrada do outro lado do caminho, se fosse sussurrado em seu ouvido: “Vem a seguir a *sua* vez de cair entre os ladrões!⁶²”, alguma súbita emoção de piedade poderia ser despertada nele: ele poderia até, correndo o risco de sujar aquelas ricas vestes, juntar-se ao samaritano em

⁶⁰ [Nota do tradutor] Trecho da peça *Hamlet* (trecho de fala de Hamlet no Ato III, Cena II), de William Shakespeare (1564-1616). Transcrição da tradução de Millôr Fernandes (Shakespeare, 1997, p. 79).

⁶¹ [Nota do tradutor] Trecho do poema *A Dream of Hindostan*, de Thomas Moore (1779-1852).

⁶² [Nota do tradutor] Provável referência ao versículo bíblico de Lucas, 10:36, já que o contexto parece aludir à Parábola do Bom Samaritano (Lucas, 10:25-37).

sua tarefa humana de cuidar do homem ferido. E certamente os Levitas descontraídos de nosso próprio tempo teriam um interesse totalmente novo por esse assunto, se eles apenas percebessem o possível advento de um dia em que a anatomia reivindicaria, como objetos legítimos para experimentos, primeiro, nossos criminosos condenados – depois, talvez, os internos de nossos refúgios para incuráveis – então o lunático desesperançado, o paciente indigente do hospital e, geralmente, “aquele que não tem quem o ajude”⁶³ –, um dia em que sucessivas gerações de estudantes, treinados desde os primeiros anos para a repressão de todas as simpatias humanas, terá desenvolvido um novo e mais hediondo Frankenstein – um ser sem alma para quem a ciência será tudo em tudo.

Homo sum! Quidvis humanum non a me alienum puto.^{64 65}

⁶³ [Nota do tradutor] Versículo bíblico (Salmos, 72:12).

⁶⁴ Citação de carta, datada de 18 de julho de 1924, de F. Madan, de Oxford, para M. L. Parrish, de Pine Valley, Nova Jersey.

Prezado Sr. Parrish,

Parabenizo-o por adquirir as “Falácias Populares sobre Vivisseção”. O próprio Sr. Williams tem a única outra cópia.

Suponho que contém a citação errada de Terêncio feita pelo Sr. Dodgson: “Homo sum! Quidvis humanum non a me alienum puto”. Isso é ruim para todos os lados. Nem examina. Realmente os matemáticos deveriam deixar o latim em paz. Deve ser claro: “Homo sum: humaninihil a me alienum puto.”

⁶⁵ [Nota do tradutor] A nota anterior é a única nota de rodapé a constar no texto original. Conforme Madan, autor da carta citada, Carroll equivoca-se ao citar o verso do dramaturgo e poeta romano Terêncio (185 a.C.-159 a.C.), presente na peça *Heaunton Timorumenos* (163 a.C.). A citação precisa, “homo sum: humaninihil a me alienum puto”, significa “sou humano e nada do que é humano me é estranho”. A paráfrase de Carroll, “Homo sum! Quidvis humanum non a me alienum puto”, pode ser traduzida por “Sou humano! Qualquer coisa humana não me é estranha”.

E quando esse dia chegar, ó meu irmão, você, que tão orgulhoso reivindica para si e para mim uma ancestralidade – traçando nossa linhagem do macaco antropomorfo até o zoófito primitivo –, que poderoso feitiço você tem reservado para obter isenção da desgraça comum? Você representará esse espectro sombrio, enquanto ele, bisturi na mão, se vangloria dos direitos inalienáveis do homem? Ele lhe dirá que isso é apenas uma questão de conveniência relativa – que, com um físico tão fraco como o seu, você só tem a agradecer que a seleção natural o poupou por tanto tempo. Você vai censurá-lo pela tortura desnecessária que ele se propõe a infligir a você? Ele lhe assegurará, sorridente, que a *hiperestesia*⁶⁶ que ele espera induzir é, em si, um fenômeno muito interessante, que merece um estudo muito paciente. Você, então, reunindo todas as suas forças para um último apelo desesperado, suplicará a ele como a um companheiro, e com um grito agonizante de “Misericórdia!” procurará despertar alguma centelha adormecida de piedade naquele peito gelado? Em vez disso, pergunte-lhe pela mó de baixo⁶⁷.

⁶⁶ [Nota do tradutor] No texto original, *hyperæsthesia*, que é o aumento anormal da sensibilidade do corpo aos estímulos dos sentidos.

⁶⁷ [Nota do tradutor] No texto original, *nether mill-stone*, que é a pedra mais baixa das duas mós pelas quais o milho é moído. A frase é uma alusão ao livro bíblico de Jó (41:24): “O seu coração é firme como uma pedra e firme como a mó de baixo”.

CAPÍTULO IV

PREFÁCIO/POSFÁCIO DO TRADUTOR AO “PARELHAS” DE LEWIS CARROLL

John Lennon Lindemann

Em meados da segunda metade do século XIX, os leitores da revista *Vanity Fair* estavam encantados com um desafio interativo no qual deveriam submeter poesias temáticas com base em uma palavra proposta pela revista, formando um acróstico com a palavra e, caso fossem selecionados pelos editores, veriam sua poesia publicada no próximo número da mesma. Essa forma de entretenimento é nomeada como “Desafio Acróstico” em nossa tradução.

Surfando na popularidade dos Desafios Acrósticos, Lewis Carroll propôs um novo tipo de desafio com palavras à revista, prontamente acolhido por seus editores, e logo transformado em um novo desafio interativo aos seus leitores, a saber, o jogo “Parelhas”, do original “*Doublets*”.

Embora a publicação original de Carroll na revista *Vanity Fair* se torne disponível em português apenas a

partir da presente publicação, o *doublet* carrolliano é um velho conhecido dos estudantes de Lógica brasileiros, dada sua presença no clássico “Introdução à lógica” de Cezar Mortari, apresentado como “motivação intuitiva” ao estudo da Dedução Natural (MORTARI, 2001).

Aqui peço encarecidamente ao leitor que, caso tenha se interessado, leia o texto original de Carroll e, caso ainda mantenha o interesse, volte para o presente texto, pois no próximo parágrafo este prefácio se torna um posfácio.

Com base nas regras apresentadas por Carroll, a analogia entre os Parelhas e a Dedução Natural é evidente, pois, em ambos os casos, parte-se de uma “informação” dada e, com base em regras de inferência previamente definidas, obtêm-se outras “informações”, aptas à aplicação das mesmas regras de inferência, até que seja possível inferir a “informação” desejada.

Os exemplos de Parelhas em língua portuguesa apresentados por Mortari são “GATO, RATO, RAI0, PAIO” e “SOL, SUL, SUA, LUA”; além disso, ele também propõe um exercício com os seguintes Parelhas aos seus leitores: CÉU/MAR, SAL/MEL, DEUSA/DIABA, CERTO/FALSO, PROFESSOR/ESTUDANTE. Cabe ressaltar que Mortari sugere que “o jogo fica mais interessante se o par de palavras (a inicial e a final) estiverem de alguma forma relacionadas, e especialmente se tiverem algum tipo de oposição” (2001, p. 233), estratégia notoriamente utiliza nos

Parelhas apresentados pela *Vanity Fair* no desafio proposto aos seus leitores.

Além de um recurso didático apto à introdução do ensino da Dedução Natural, também proponho que os Parelhas de Carroll sejam utilizados como recurso didático nas aulas de Língua Inglesa para o Ensino Médio, dado que, se utilizado em sua língua original, qualquer Dicionário de Língua Inglesa fornecido aos alunos pode ser usado como o Glossário citado no texto original e a aquisição de vocabulário por parte dos discentes acontecerá de maneira natural, como efeito colateral da atividade lúdica que estarão realizando – neste caso, a própria lista de Parelhas apresentados pela *Vanity Fair* pode ser usada como material didático e proposta aos estudantes.

Por fim, cabe uma breve consideração sobre a frase de Carroll: “duas jovens – espertas e torturadas pelo flagelo secreto da humanidade feminina, o não ter ‘nada para fazer’”, tal como consta no texto original. Embora a frase possa ser compreendida como mais uma expressão da misoginia comum à época, sem a intenção de não imbuir Carroll com os preconceitos comuns aos homens de seu tempo, cabe ressaltar que o mesmo defendeu o acesso à educação superior para as mulheres e, segundo Edward Wakeling (em *The Joy of Logic*, 2013), a obra “Symbolic Logic” (1896) só recebeu esse nome devido à pressão dos editores, pois Carroll pretendia nomeá-la como “Logic for Ladies”, buscando fomentar o acesso feminino à educação: então, sob uma interpretação caridosa, o “flagelo secreto da humanidade feminina” pode ser interpretado como o reconhecimento da falta de oportunidade das

mulheres do período, especialmente em relação à vida intelectual, dada a constatação de “esperteza” atribuída às duas jovens pelo autor.

REFERÊNCIAS

CARROLL, L. **Symbolic Logic**: Part 1 - Elementary. Londres: MacMillan and Co., 1896. 188 p.

MORTARI, C. A. **Introdução à lógica**. São Paulo: Editora UNESP, 2001. p. 233-234

THE JOY OF LOGIC. Direção de Catherine Gale. 59 min. Londres: BBC Four, 2013. Documentário (59 min), son., col.

O texto traduzido foi publicado originalmente na revista Vanity Fair de Londres, na edição de 29 de março de 1879, e atualmente se encontra em domínio público.

PARELHAS: UM DESAFIO LÓGICO COM PALAVRAS

(1879)

Lewis Carroll

Prefácio

Em 29 de março de 1879, o seguinte artigo apareceu na revista *Vanity Fair*.

Um novo desafio lógico

Os leitores da *Vanity Fair* vêm apresentando, durante os últimos dez anos, muito interesse nos Desafios Acrósticos que foram primeiramente um objeto de competição por prêmios nesta revista, a tal ponto que se procurou inventar um tipo inteiramente novo de desafio que seja tão interessante quanto o que já é bem sucedido. A carta submetida pelo Sr. Lewis Carroll explica-se a si mesma e vai introduzir um modelo tão inteiramente novo e, além disso, tão interessante, que a transmutação da palavra original para a final do Parelhas provavelmente se tornará uma ocupação cheia de diversão, como a realização dos Desafios Acrósticos já se provou.

Para deixar o leitor familiarizado com o novo desafio, preliminarmente os Parelhas serão dados durante as próximas três semanas – isso quer dizer, durante o presente número da *Vanity Fair* e em 2 e 12 de abril. A competição será aberta começando com os Parelhas publicados em 19 de abril, e incluirá todas as publicações subseqüentes até e incluindo o número de 26 de julho – para três prêmios, consistindo em um

Álbum de Provas para o primeiro prêmio e um Álbum comum para o segundo e o terceiro prêmio.

A regra de pontuação é a seguinte: o número de pontos que será atribuído a cada Parelha é igual ao número de letras nas duas palavras dadas. Por exemplo, se fossem dadas as palavras “Head” [cabeça] e “Tail” [rabo], o número de possíveis pontos ganhos seria oito; e esse máximo será ganho por cada um daqueles que fizerem a corrente com o menor número possível de mudanças. Se for assumido que neste caso a corrente não pode ser completada com menos de quatro elos, então aqueles que a completam com apenas quatro elos receberão oito pontos, enquanto um ponto será deduzido por cada elo extra usado além de quatro. Qualquer concorrente, portanto, usando cinco elos, iria receber sete pontos, e qualquer concorrente que usar oito elos, quatro pontos, e qualquer um que usasse doze elos ou mais, nada. Os pontos obtidos por cada concorrente serão publicados a cada semana.

QUERIDA *VANITY*⁶⁸. – Há apenas um ano, no último Natal, duas jovens – espertas e torturadas pelo flagelo secreto da humanidade feminina, o não ter “nada para fazer” – imploraram-me para lhes enviar “alguns enigmas”, e, portanto, me propus a conceber alguma forma de flagelo verbal que poderia lhes servir ao mesmo propósito. O resultado de minhas meditações foi um novo tipo de enigma lógico – novo pelo menos para mim – que, agora que foi bastante testado pela

⁶⁸ [Nota do tradutor] Aqui começa a carta que Carroll enviou à revista.

experiência de um ano e recomendado por muitos amigos, ofereço a você, como uma noz recém-colhida, para ser rachada pelos dentes onívoros que já mastigaram tantos de seus Desafios Acrósticos.

As regras do novo desafio são bastante simples. Duas palavras são propostas, do mesmo comprimento; e o desafio consiste em ligá-los por interposição de outras palavras, cada uma das quais deve diferir da próxima palavra em apenas uma letra. Ou seja, uma letra pode ser mudada em uma das palavras dadas, depois uma letra na palavra assim obtida, e assim por diante, até chegarmos à outra palavra dada. As letras não devem ser trocadas entre si, pois cada uma deve manter seu próprio lugar. Como exemplo, a palavra “head” [cabeça] pode ser alterada para “tail” [rabo] pela interposição das palavras “heal [curar], teal [marreco-comum], tell [dizer], tall [alta]”. Eu chamo as duas palavras dadas de “um Parelha”, as palavras interpostas de “elos” e toda a série de “uma corrente”, da qual adiciono um exemplo

HEAD [cabeça]
 heal [curar]
teal [marreco-comum]
 tell [dizer]
 tall [alta]
TAIL [rabo]

Talvez seja desnecessário dizer que é mais correto que os elos sejam palavras em inglês, como as que podem ser usadas na boa sociedade.

Os “Parelhas” mais fáceis são aqueles em que as consoantes de uma palavra respondem às consoantes da outra e, as vogais, às vogais; “head” [cabeça] e “tail” [rabo] constituem um Parelhas desse tipo. Onde não for o caso, como em “head” [cabeça] e “hare” [lebre], a primeira coisa a ser feita é transformar um membro do Parelhas em uma palavra cujas consoantes e vogais responderão às do outro membro (por exemplo, “head, herd, here” [cabeça, rebanho, aqui]), pois após isso raramente haverá muita dificuldade em completar a “corrente”.

Disseram-me que existe um jogo americano envolvendo um princípio similar. Eu nunca o vi, e só posso dizer aos seus inventores, “*pereant qui ante nos nostra dixerunt!*”⁶⁹.

LEWIS CARROLL

REGRAS

1. As palavras dadas para serem vinculadas constituem um “Parelha”, as palavras interpostas são os “elos”, e toda a série uma “corrente”. O objetivo é completar a corrente com o menor número de elos.

2. Cada palavra da corrente deve ser formada a partir da palavra anterior, alterando uma letra nela, e apenas uma. A letra substituída deve ocupar o mesmo lugar na palavra assim formada, tal qual a letra descartada ocupava na palavra anterior, e todas as outras letras devem manter os seus lugares.

⁶⁹ [Nota do tradutor] Do latim: “pereçam aqueles que falaram antes de nós!”

3. Quando três ou mais palavras são dadas para serem transformadas em uma corrente, a primeira e a última constituem o “Parelha”. As outras são chamadas de “elos definidos” e devem ser introduzidas na corrente na ordem em que são dadas. Uma corrente deste tipo não deve conter nenhuma palavra repetida.

4. Nenhuma palavra é admissível como elo a menos que ela (ou, se for uma flexão, uma palavra de onde ela vem) seja encontrada no Glossário a seguir. Comparativos e superlativos de adjetivos e advérbios, quando formados regularmente, são considerados como “flexões” da forma positiva e não são dados separadamente; por exemplo, com a palavra “new” [novo] sendo dada, deve-se entender que “newer” [comparativo “mais novo”] e “newest” [superlativo “novíssimo”] também são admissíveis. Mas substantivos formados a partir de verbos (como “reader” [leitor] de “read” [ler]) não são considerados e não podem ser usados como elos, a menos que sejam encontrados no Glossário.

Método de Pontuação adotado pela *Vanity Fair*

1. Os pontos atribuídos a cada Parelha são os seguintes: Se for dado sem nenhum elo definido, tantos pontos são atribuídos a ele quanto há letras nas duas palavras juntas (por exemplo, um Parelha de quatro letras teria oito pontos atribuídos a ele). Se for dado com elos definidos, de modo que a corrente seja composta por duas ou mais partes, tantos pontos serão atribuídos a ele como seriam atribuídos se cada parte fosse uma corrente separada (por exemplo, um Parelha de quatro

letras ao qual foi dado dois elos definidos, de modo que a corrente seria composta de três partes, teria vinte e quatro pontos atribuídos a ele).

2. Cada competidor, que complete a corrente com o menor número possível de elos, vai receber o número completo de pontos atribuídos ao Parelha, e cada um que usar mais do que o menor número possível de elos vai perder um ponto para cada elo adicional utilizado.

3. É requerido que cada competidor envie suas três correntes, com sua assinatura anexada, em um único pedaço de papel.

4. O Editor da *Vanity Fair* será grato em receber qualquer sugestão, tanto quanto às palavras que sejam desejáveis omitir, quanto às palavras omitidas que sejam desejáveis inserir: mas quaisquer palavras propostas para inserção ou omissão devem ser exibidas como um elo entre duas outras palavras.

5. Nenhuma alteração será feita no Glossário durante qualquer competição, mas será devidamente anunciada antes do começo de uma nova competição, para que todos que possuam cópias estejam aptos a realizar a correção e não sejam obrigados a comprar uma nova edição.

Escritório da *Vanity Fair*,
Rua Tavistock, nº 13
Distrito de Covent Garden
LONDRES

Parelhas de *Vanity Fair* agrupados:

29 de março:

Dirija "PIG" até "STY". [PORCO/CHIQUEIRO]

Transforme "FOUR" em "FIVE". [QUATRO/CINCO]

Faça "WHEAT" ser "BREAD". [TRIGO/PÃO]

5 de abril:

Mergulhe "PEN" em "INK". [CANETA/TINTA]

Toque "CHIN" com "NOSE". [QUEIXO/NARIZ]

Transforme "TEARS" em "SMILE".

[LÁGRIMAS/SORRISO]

12 de abril:

Transforme "WET" em "DRY". [MOLHADO/SECO]

Faça "HARE" ser "SOUP". [LEBRE/SOPA]

PITCH TENTS. [TOM/TENDAS]

19 de abril:

Transforme EYE em LID. [OLHO/TAMPA]

Altere PITY para GOOD. [PENA/BOM]

STEAL COINS. [ROUBAR/MOEDAS]

26 de abril:

Faça EEL ser PIE. [ENGUIA/TORTA]

Transforme POOR em RICH. [POBRE/RICO]

Faça RAVEN ser MISER. [CORVO/AVARENTO]

3 de maio:

Mude OAT para RYE. [AVEIA/CENTEIO]

Faça WOOD ser TREE. [MADEIRA/ÁRVORE]

Altere GRASS para GREEN. [RELVA/VERDE]

10 de maio:

Transforme MAN em APE. [HOMEM/MACACO]

Mude CAIN para ABEL.

Faça FLOUR ser BREAD. [FARINHA/PÃO]

17 de maio:

Faça TEA HOT. [CHÁ/QUENTE]

Faça COMB até HAIR. [PENTEAR/CABELO]

Transforme ROGUE em BEAST. [VAMPIRA/BESTA]

24 de maio:

Mude ELM para OAK. [OLMO/CARVALHO]

Combine ARMY com NAVY. [EXÉRCITO/MARINHA]

Altere BEARS para SHELF. [URSOS/PRATELEIRA]

31 de maio:

HOOK FISH. [GANCHO/PEIXE]

QUELL em BRAVO.

Transforme FURIES em BARREL. [FÚRIAS/BARRIL]

7 de junho:

BUY em ASS. [COMPRAR/BUNDA]

Leve COAL para MINE. [CARVÃO/MINA]

Pague COSTS em PENCE. [CUSTOS/CENTAVOS]

14 de junho:

Transforme ONE em TWO. [UM/DOIS]

Mude BLUE para PINK. [AZUL/ROSA]

Mude BLACK para WHITE. [PRETO/BRANCO]

21 de junho:

Transforme FISH em BIRD. [PEIXE/PÁSSARO]

Altere SHOES para CRUST. [SAPATOS/CROSTA]

Faça KETTLE HOLDER. [CHALEIRA/SUPORTE]

CAPÍTULO V

COMO ESTUDAR EFICAZMENTE: DICAS CARROLLIANAS

Rafael Montoito

Gosto, em particular, do texto que segue, porque acho que é um dos poucos em que se consegue perceber, com clareza, o lado professor de Lewis Carroll; nele, noto-o preocupado em ajudar as pessoas a estudarem melhor e a aprenderem de modo a não confundirem ou esquecerem as informações. Os leitores e estudiosos habituados às obras de Carroll sabem dos seus “esforços pedagógicos”, posso assim dizer, para a popularização da lógica – como a publicação de seu livro-jogo *The game of logic* (CARROLL, 1958) – e para a elaboração de narrativas que são, na realidade, problemas matemáticos a serem desvendados – caso de *Uma história embrulhada* (CARROLL, 1992).

Também em suas narrativas literárias – as duas histórias de Alice (CARROLL, 2002), *A caça ao turpente* (CARROLL, 1984) e as aventuras dos irmãos Sílvia e Bruno (CARROLL, 2005) – o leitor pode encontrar trocadilhos, pilhérias e situações em que subjazem

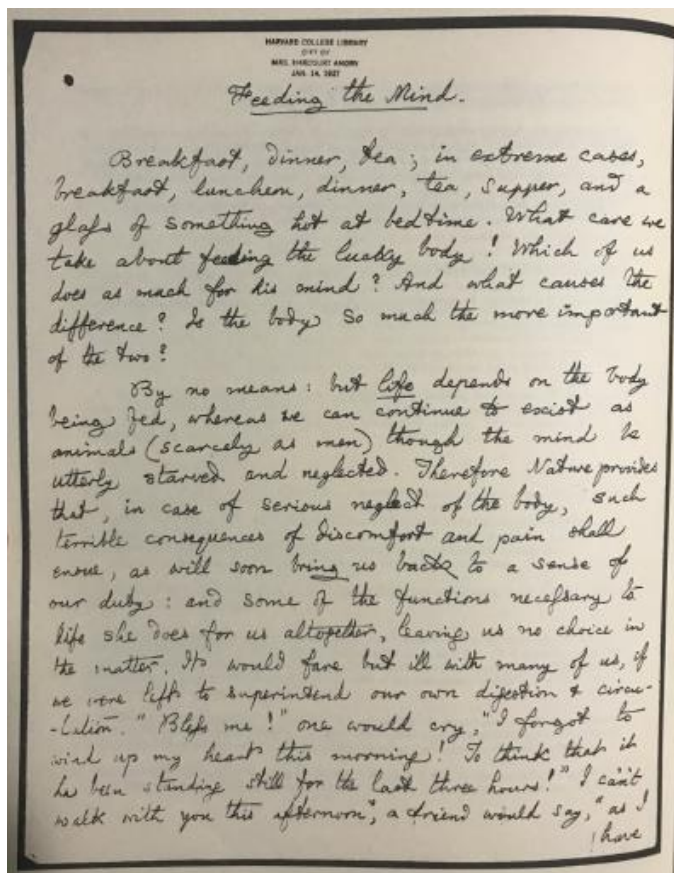
tópicos de Matemática e, até mesmo, alguns posicionamentos do autor sobre o sistema educacional vitoriano. Destes, um que sempre me fez rir – mesmo ficando preocupado que ainda hoje seja uma verdade – é o trecho em que Mein Herr, professor de Sílvia e Bruno, diz que os demais professores preparam os alunos, para os exames, como se isso fosse uma tarefa “de culinária na qual a mente humana é uma salsicha, e tudo o que nos perguntamos é quanto recheio indigesto pode ser enfiado nela”⁷⁰ (CARROLL, 2005, p. 206, tradução minha).

O trecho supracitado retoma a metáfora gastronômica de *Alimentar a mente*, que Carroll escrevera anos antes. Em verdade, *Alimentar a mente* foi, originalmente, um sermão que Carroll deu a um pequeno grupo de fiéis, a convite de W. H. Draper, vigário de Alfreton, em 22 de setembro de 1884. Ao final do sermão, Carroll deixou com Draper o manuscrito, sendo este “mais um caso em que um manuscrito, uma carta ou livro autografado por [Carroll] acabaria enriquecendo o destinatário. Draper não só mandou imprimir várias edições do texto, como vendeu o manuscrito a um antiquário” (COHEN, 1998). Ele é um exemplar da bela caligrafia de Carroll, como se pode observar a seguir⁷¹:

⁷⁰ A frase original “a system of Cookery, in which the human mind is a sausage, and all we ask is how much indigestible stuff can be crammed into it” contém um jogo de palavras que se perde na tradução para a língua portuguesa: o verbo *to cram* significa tanto “abarrota”, “socar” quanto “preparar alguém para um exame”.

⁷¹ O manuscrito de Carroll foi reproduzido numa edição comemorativa, junto com sua versão impressa e outras informações e textos do autor, organizada por Selwyn H. Goodacre (1984).

Figura 7 – Primeira página do manuscrito *Feeding the mind*



Fonte: Goodacre, (1984).

Conjecturo que aquilo que Carroll nele defende não é uma ideia original sua, afinal, como conhecedor das obras do poeta romano Juvenal⁷², sem dúvida ele devia conhecer o provérbio *mens sana in corpore sano*. O que há de original, aqui, é o modo como ele associa as partes do corpo humano a dicas de como estudar bem e

⁷² Carroll cita outros trechos dos escritos de Juvenal em “Euclides e seus rivais modernos” (CARROLL, 2014).

melhor. Com este recurso literário, o texto se torna leve e divertido, ainda que fale de um assunto sério.

Apesar do tom nonsensico, tão peculiar em sua escrita, penso que esta pequena joia de escrita carrolliana ainda se mantém atual. Não vou antecipar as boas dicas que Carroll dá aos leitores, mas estou certo que – exageros literários à parte – vários pontos comentados podem inspirar os estudantes a repensarem seus hábitos de estudo.

REFERÊNCIAS

CARROLL, L. **A caça ao turpente**. Além Paraíba: Interior Edições, 1984.

CARROLL, L. **Alice**: edição comentada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CARROLL, L. **Euclides e seus rivais modernos**. São Paulo: Livraria da Física, 2014.

CARROLL, L. Feeding the mind. *In*: GOODACRE, S. H. (Org.). **Feeding the mind**: a centenary celebration of Lewis Carroll's visit to Alfreton in 1884. Alfreton, Parker & Son LTD, 1984.

CARROLL, L. **Symbolic logic / Game of logic**. Nova Iorque: Dover Publications, Inc., 1958.

CARROLL, L. **The complete stories and poems of Lewis Carroll**. New Lanark: Geddes & Grosset, 2005.

CARROLL, L. **Uma história embrulhada**. Campinas: Papyrus, 1992.

COHEN, M. N. **Lewis Carroll**: uma biografia. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Tradução realizada com base na publicação original, atualmente em domínio público, a qual pode ser consultada em [Feeding the mind : Carroll, Lewis, 1832-1898 : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive](#).

ALIMENTAR A MENTE (1884)

Lewis Carroll

Café da manhã, almoço, chá; em alguns casos extremos, café da manhã, lanche, almoço, chá, jantar e um copo com algo quentinho na hora de ir deitar. Quantos cuidados tomamos para alimentar nosso corpo! Quem de nós faz tanto assim por sua mente? E qual é a diferença? É o corpo o mais importante dentre os dois?

De maneira alguma: embora a vida dependa de o corpo estar alimentado, podemos seguir existindo como animais (dificilmente como homens) mesmo com a mente completamente desnutrida e descuidada. Por essa razão a Natureza, em casos de sérias negligências com o corpo, permite que ocorram desconfortos e dores terríveis, como forma de nos trazer de volta nosso senso de responsabilidade; e, em algumas das funções vitais, age por nós, deixando-nos sem escolha sobre o assunto. Seria justo, porém danoso a muitos de nós, se fôssemos incumbidos de supervisionar nossa digestão ou circulação. ‘Socorro!’, alguém gritaria, ‘Eu me esqueci de dar corda no meu coração nesta manhã! E pensar que está parado há três horas!’ ‘Não posso passear com você hoje à tarde’, um amigo diria, ‘pois tenho nada menos que onze refeições para digerir. Deixei-as à espera desde a última semana, pois estava muito ocupado, e meu médico falou que não se responsabilizará pelas consequências, se eu esperar mais!’

Bem, como digo, são, por nós, as consequências de se negligenciar o corpo claramente vistas e sentidas; e seria bom para alguns se a mente fosse igualmente visível e tangível – quero dizer, se pudéssemos levá-la ao doutor e ter sua pulsação verificada.

‘O que você tem feito com sua mente nos últimos dias? Como a alimentou? Parece pálida e com fraca pulsação.’

‘Bem, doutor, ultimamente ela não tem comido bem. Ontem dei para ela muitas gulodices⁷³.’

‘Gulodices! De que tipo?’

‘Bem, era um pacote de enigmas, doutor.’

‘Ah, imaginei. Agora, lembre-se: se continuar fazendo estas travessuras, estragará seus dentes, e adoecerá de indigestão mental. Você não deve ter nada além de leituras simples pelos próximos dias. Cuidado! Nenhum romance de qualquer tipo!’

Considerando a grande quantidade de experiências dolorosas que muitos de nós tivemos ao alimentar ou medicar o corpo, valeria a pena, penso, tentarmos transpor algumas regras corporais em suas correspondentes para a mente.

Primeira: devemos nos empenhar para providenciar *o tipo adequado* de comida para a mente. Desde cedo aprendemos qual será, e qual não será, boa

⁷³ [Nota do tradutor] O termo usado por Carroll é *sugar-plum*, que é um doce bastante comum. As “ameixas de açúcar” não são necessariamente ameixas, mas bolinhas cristalizadas que usualmente envolvem uma semente, uma noz ou um tempero. São muito associadas ao Natal, como se percebe na ópera “O quebra-nozes” (“The Nutcracker”, de Tchaikovsky) e no poema “A árvore de bombons” (“The sugar plum tree”, de Eugene Field). Por não serem tão comuns ao leitor brasileiro, optou-se por “gulodices” para a tradução.

para o corpo, e temos pouca dificuldade em recusar um pedaço tentador de pudim ou torta que está associado, em nossa memória, àquele terrível ataque de indigestão, cujo nome forçosamente evoca o ruibarbo⁷⁴ e a magnésia⁷⁵; não obstante, são necessárias muitas lições para nos convenceremos do quão indigestas são algumas de nossas leituras, e repetidamente nos alimentamos de romances prejudiciais à nossa saúde, a que seguramente se seguirão desânimo, indisposição para trabalhar, fadiga existencial – na verdade, um pesadelo mental.

Depois, precisamos ser cuidadosos para providenciar *quantidades adequadas* do alimento saudável. Glotonaria mental, ou ler em demasia, é uma propensão perigosa que conduz à fraqueza da capacidade digestiva e, em alguns casos, à perda de apetite: sabemos que o pão é um bom e saudável alimento, mas quem gostaria de experimentar comer duas ou três fornadas⁷⁶ de uma só vez?

Ouvi um médico falar a seu paciente – cuja queixa não passava de gula e falta de exercícios – que ‘o primeiro sintoma de hipernutrição é o acúmulo de tecido

⁷⁴ [Nota do tradutor] Planta comestível de cultivo. Seu uso terapêutico é mais ou menos amplo: laxante, purgante e para o tratamento de males como gengivite e estomatite.

⁷⁵ [Nota do tradutor] Mineral composto de óxido de magnésio cujo pó é usado como laxante.

⁷⁶ [Nota do tradutor] No texto original, Carroll cita “two or three loaves”. A palavra “loaf” (singular de “loaves”) é utilizada para designar pães de 1 libra (0,4536 kg) e, por isso, a tradução “dois ou três pães” não manteria o sentido exposto pelo autor: considerando-se que, no Brasil, o pão mais tradicional é o francês, que em média pesa 50g, não seria nada difícil comer dois ou três pães (o equivalente a, mais ou menos, 150 g, ou 0,15 kg). Sendo assim optou-se por “três fornadas”, o que considera a grande quantidade à que Carroll alude.

adiposo', e indubitavelmente as belas palavras longas muito consolaram o pobre homem sobre seu peso, que seguia crescendo.

Indago-me: há, na natureza, alguma coisa como uma MENTE OBESA? Realmente acho que conheci uma ou duas: mentes que não conseguiam acompanhar o trote mais lento de uma conversa; que não conseguiam saltar por uma cerca, para salvar suas vidas; sempre ficavam presas em um argumento estreito; em suma, que apenas serviam para cambalear desamparadamente pelo mundo.

Ainda, mesmo a comida sendo saudável e em quantidade adequada, sabemos que não devemos consumir *muitos tipos diversos de uma só vez*. Dê ao sedento um quarto de cerveja, ou um quarto de cidra, ou um quarto⁷⁷ de chá gelado, e ele provavelmente lhe agradecerá (embora não tão animadamente, no último caso!). Todavia, quais você pensa que seriam seus sentimentos se lhe oferecesse uma bandeja com uma pequena caneca de cerveja, uma pequena caneca de cidra, outra de chá gelado, uma de chá quente, uma de café, uma de chocolate quente, e os correspondentes copos de leite, água, conhaque com água⁷⁸, e leiteinho⁷⁹?

⁷⁷ [Nota do tradutor] Um quarto ("quart", no texto original) é uma medida inglesa de capacidade, a qual se refere a um "quarto de galão" e vale 0,9464 litros.

⁷⁸ [Nota do tradutor] Carroll fala em "brandy-and-water", que tanto alude a beber conhaque com um pouco de água misturado quanto ao hábito de algumas pessoas de tomar o conhaque e, em seguida, um copo d'água.

⁷⁹ [Nota do tradutor] Uma batida de nata com manteiga, daí o termo "butter-milk" do texto original.

A quantidade total poderia ser a de um quarto, mas o resultado seria o mesmo para o fazendeiro⁸⁰?

Tendo estabelecido o tipo adequado, bem como a quantidade e a variedade de nossa alimentação mental, devemos ter o cuidado de fazer *intervalos adequados* entre as refeições, e não engolir a comida apressadamente sem mastigá-la, para que seja completamente digerida; essas duas regras corporais são igualmente aplicáveis à mente.

Primeiro, com relação aos intervalos: esses são tão necessários à mente quanto o são para o corpo, com a diferença que, enquanto o corpo requer três ou quatro horas de repouso para se preparar para outra refeição, a mente, muitas vezes, necessita de três ou quatro minutos. Acredito que este intervalo requerido é bem menor que o usualmente suposto e, pela minha experiência pessoal, recomendaria, àquele que precisa dedicar várias horas consecutivas a um tópico, que provasse o efeito desta pausa; digamos que, a cada hora, parasse por cinco minutos, mas tendo o cuidado de deixar a mente absolutamente ‘fora de controle’ por estes cinco minutos, e voltá-la inteiramente a outros assuntos. É espantosa a quantidade de ímpeto e elasticidade que a mente recupera durante tais pequenos períodos de repouso.

E então, o processo mental correspondente à mastigação do alimento é o simples *pensar sobre* o que lemos. Este é um esforço muito maior para a mente do

⁸⁰ [Nota do tradutor] O termo que Carroll traz é “haymaker”, que designa as pessoas que tratam do feno. “Feneiro”, em português, refere-se ao local no qual se guarda o feno, e não ao trabalhador; por esse motivo, escolheu-se “fazendeiro” como uma possibilidade de se preservar a imagem expressa.

que a tomada mera e passiva de conteúdos do nosso Autor. Quanto maior o esforço, como Coleridge⁸¹ diz, mais a mente ‘recusa-se raivosamente’ a pôr-se em tal problema – quanto maior, mais ficamos propensos a negligenciá-lo, e seguimos despejando comida fresca sobre o topo das massas não digeridas que lá há, até que a desafortunada mente esteja soterrada⁸². Porém, quanto maior o esforço, maior o seu valor, disso podemos estar certos. Uma hora de constante pensamento sobre um assunto (uma caminhada solitária é uma oportunidade tão boa para o processo quanto qualquer outra) equivale a duas ou três de apenas leitura. E consideremos outro efeito desta digestão completa dos livros que lemos: refiro-me à organização e ‘etiquetagem’, por assim dizer, dos assuntos em nossas mentes, a partir de que estamos prontos a nos referirmos a eles quando necessitamos. Sam Slick⁸³

⁸¹ [Nota do tradutor] Samuel Taylor Coleridge (1772-1834), poeta e ensaísta inglês.

⁸² [Nota do tradutor] No texto original, lê-se: “and go on pouring in fresh food on the top of the undigested masses already lying there, till the unfortunate mind is fairly swamped under the flood”. Carroll parece brincar com um ditado inglês – “when it rains, it pours” (algo como “quando chove, transborda”) – para dizer que a mente fica “sob um dilúvio” (under the flood) quando “chove a cântaros” (to pour). Entretanto, considerando-se que, em português, não há um ditado que sugira a mesma imagem, e também que “despejar comida” traz, mais imediatamente, a ideia de uma comida “sólida”, optou-se por “despejar” e “soterrar” na tradução.

⁸³ [Nota do tradutor] Sam Slick é um personagem criado por Thomas Chandler Haliburton (autor canadense, 1796-1865), cujos textos foram publicados como colunas do periódico *Novascotian*, a partir de 1835. Posteriormente, as colunas foram publicadas em um livro de título *The Clockmaker, or the Saying and Doings of Samuel Slick of Slicksville*. Dado o êxito desta primeira série, houve uma segunda e terceira séries. Carroll parafraseia um trecho da história de Haliburton (“Minister knows so many

conta-nos que aprendeu diversos idiomas em sua vida, contudo não ‘conseguiu manter os pacotes separados’ em sua mente. E, muitas vezes, a mente que se apressa de um livro a outro, sem esperar para digerir ou organizar algo, derrapa neste tipo de condição, e seu infeliz dono encontra-se bastante inapto para verdadeiramente sustentar o que a escrita de seu amigo lhe deu.

‘Um homem assaz culto. Desafie-o sobre qualquer assunto. Você não será capaz de confundi-lo.’

Você se dirige a ele. Faz-lhe uma pergunta, digamos, sobre a História Inglesa (ele acabou de ler Macaulay⁸⁴). Ele sorri bem-humorado, tenta dar a impressão de que sabia tudo sobre o assunto, e continua mergulhando em sua mente, atrás da resposta. Vem à tona um punhado de fatos muito promissores, mas um exame os revela serem sobre o século errado, e são lançados novamente às profundezas. Um segundo lance traz à superfície um fato mais próximo da realidade, entretanto, infelizmente, junto com ele vem um emaranhado de outras coisas – um fato em economia política, uma regra de aritmética, a idade de seus sobrinhos, e uma estrofe da ‘Elegia’ de Gray⁸⁵, e junto a tudo isso, o fato que deseja ficou irremediavelmente distorcido e emaranhado. Enquanto

languages he hant been particular enough to keep'em in separate parcels and mark'em on the back”) ao dizer que Sam Slick “couldn’t keep the parcels sorted’ in his mind”.

⁸⁴ [Nota do tradutor] Thomas Babbington Macaulay (1800-1859), historiador e político inglês. Das suas obras como historiador destaca-se *History of England from accession of James II*.

⁸⁵ [Nota do tradutor] Thomas Gray (1716-1771), poeta inglês e filósofo clássico. Seu trabalho mais renomado é *Elegy Written in a Country Churchyard*, publicado em 1750.

isso, todos estão esperando por sua resposta e, enquanto o silêncio vai ficando mais e mais incômodo, nosso amigo culto tem que gaguejar por fim alguma meia-resposta, nem de perto tão clara ou tão satisfatória quanto a que um estudante comum teria dado. E tudo isso por não ter transformado seu conhecimento em pacotes adequadamente etiquetados.

Você reconhece, quando vê, uma desafortunada vítima que deliberou mal sobre a alimentação de sua mente? Pode duvidar dela? Veja-a perambular tristemente por uma sala de leitura, provando prato a prato – perdão, livro a livro –, sem assimilar nenhum. Primeiramente, uma bocada de romances; mas não, eca! foi só isso o que ela comeu na semana passada, e está enjoada do gosto. Depois, uma fatia de textos científicos; contudo, você sabe de antemão qual será o resultado – ah, claro, muito duro para os dentes *dela*. E assim por diante, por todo o percurso cansativo, o qual ela tentou (e falhou) ontem e provavelmente tentará e falhará amanhã.

O senhor Oliver Wendell Holmes⁸⁶, em seu divertidíssimo livro ‘The professor at the breakfast table’, apresenta a seguinte regra para saber se uma pessoa é jovem ou idosa: ‘O experimento crucial é este: ofereça um pão volumoso ao indivíduo suspeito apenas dez minutos após o jantar. Se o aceita facilmente e o devora, sem dúvida é jovem’. Ele diz-nos que uma pessoa

⁸⁶ [Nota do tradutor] Oliver Wendell Holmes (1809-1894), poeta americano, dedicado profissionalmente à medicina. *The professor at the breakfast table* é uma sequência de *The autocrat of the breakfast table*. As frases citadas por Carroll aparecem na seção *An aphorism and a lecture*, a qual foi também publicada na coletânea *The humour of America* (1909).

‘quando jovem, comerá qualquer coisa a qualquer hora do dia ou da noite’.

Para averiguar a salubridade do apetite *mental* de alguém, coloque em suas mãos um tratado curto e bem escrito, mas não empolgante, sobre algum assunto popular – um *pão* mental, na verdade. Se for lido com ardente interesse e profunda atenção, e se o *leitor conseguir responder questões sobre o tópico mais tarde*, a mente está em bom estado de funcionamento. Se polidamente o deixa de lado, ou talvez descansando por alguns minutos, e então ‘Não consigo ler este livro estúpido! Poderia me alcançar o segundo volume de ‘The mysterious murder’?’, você pode ter certeza de que há algo errado com sua digestão mental.

Se este ensaio lhe deu algumas dicas úteis sobre a importância da leitura e o fez perceber que, além de seu dever, é de seu interesse ler, marcar, aprender e digerir no coração⁸⁷ os bons livros que aparecem em seu caminho, o propósito dele foi alcançado.

⁸⁷ [Nota do tradutor] A palavra “inwardly” pode ser traduzida como “interiormente” ou “no coração”. Apesar de a primeira parecer uma escolha mais intuitiva para este texto, fazem-se aqui algumas conjecturas sobre a segunda, que justificam sua escolha, por pensar que talvez ela se aproxime mais da ideia que Carroll desejava passar: entende-se que “no coração” tem uma relação muito próxima com suas concepções pessoais pois, sendo diácono, ele sempre defendia os valores morais e os bons sentimentos; além disso, “no coração” fecha a exposição de uma maneira a tratar o homem de forma integral – mente e coração –, de modo que o conhecimento permeie todo o seu ser, o que também se adéqua aos escritos carrollianos, haja vista algumas de suas cartas que discutem como a lógica simbólica (algo racional) poderia ser usada para comprovar a fé na bondade de Deus (um sentimento).

CAPÍTULO VI

A HISTÓRIA E A ATUALIDADE DE UM PARADOXO LÓGICO CARROLLIANO

John Lennon Lindemann

Enquanto Filo de Megara (*fl. ac. 300 a.C.*) defendia que a condicional é verdadeira sempre que o antecedente for falso ou o conseqüente verdadeiro, mesmo em casos contingenciais, seu mestre, Diodoro Cronos, defendia que a condicional só é verdadeira quando o seu conseqüente é necessariamente verdadeiro. Foi sem dúvida um debate acalorado, agitando a Escola Estoica e se eternizando como a primeira grande controvérsia sobre a natureza da condicional (LINDEMANN; SAUTTER, 2019, p. 100).

Hoje, mais de dois milênios depois do debate estoico, estamos tão acostumados com a disposição de *vês* e *efes* em nossas tabelas de verdade que quase percebemos tal disposição como parte da própria natureza, até sermos questionados sobre a razão dessa disposição pela dúvida pertinente de um aluno sendo apresentado aos operadores em uma aula de Introdução à Lógica. É aí que a importância e atualidade do texto de

Carroll salta aos olhos, dado que tal dúvida geralmente se refere ao operador lógico condicional.

As obras lógicas de Carroll floresceram no período da Álgebra da Lógica, inaugurado pelas inovações apresentadas por George Boole (1815-1864) e encerrado com a criação do cálculo de predicados proposto por Gottlob Frege (1848-1925) e desenvolvido por Bertrand Russell (1872-1970). Trata-se de um período recheado de inovações e controvérsias lógicas, cujas resoluções pavimentaram o crescimento da lógica contemporânea.

Segundo Bartley III (1986, p. 445, tradução nossa), o problema lógico apresentado originalmente por Carroll no texto subsequente foi “descrito repetidamente por Boole, Jevons, Venn, John Neville Keynes e outros como ‘o problema central da lógica simbólica’”, delimitando o debate cuja resolução definiu a interpretação contemporânea da noção lógica do operador condicional. Inclusive Bertrand Russell cita tal problema ao apresentar a noção verofuncional da condicional que adota em “The Principles of Mathematics” (1938).

Se, a partir das obras de Russell e de seus pares, a interpretação verofuncional da condicional foi definida, o texto de Carroll se destaca enquanto a gênese do debate que gerou tal definição; portanto, seja apresentado em aula ou apenas como sugestão de leitura ao aluno questionador, tal texto não se limita ao interesse teórico de pesquisas sobre a história do desenvolvimento da lógica, mas consiste em um recurso didático apto a desmistificar a interpretação verofuncional da condicional como parte da própria

natureza, demonstrando que tal interpretação consiste em uma decisão teórica gerada a partir de uma controvérsia lógica bem documentada.

O próprio Carroll cita as correspondências que trocou com vários lógicos experientes sobre tal problema. Entre elas, destaca-se a discussão que manteve com John Cook Wilson (1849-1915), de Oxford. Para uma exposição e um exame dos pontos defendidos pelos autores, indicamos Lindemann e Sautter (2019).

REFERÊNCIAS

BARTLEY III, W. W. Editor's Note on Carroll's Barber-Shop Paradox. In: CARROLL, L. **Symbolic Logic: Lewis Carroll's**. 6. ed. Rev., ampl. e atual. New York: Clarkson Potter, 1986. p. 444-449.

LINDEMANN, J. & SAUTTER, F. T. A abordagem carrolliana a paradoxos. **Pensando** – Revista de Filosofia. Vol. 10, n. 20. 2019. p. 91-106.

RUSSELL, B. **The principles of mathematics**. Abingson, Inglaterra: Routledge Classics, 2010. p. 18.

Tradução realizada com base na publicação original, atualmente em domínio público:

CARROLL, L. A Logical Paradox. **Mind: New Series**, Volume 3, Número 22. Julho, 1894. p. 436-438.

UM PARADOXO LÓGICO (1894)

Lewis Carroll

“O quê, nada pra fazer?” disse o Tio Jim. “Então venha comigo até o Allen. Você pode simplesmente dar uma volta enquanto eu me barbeio”.

“Tudo bem”, disse o Tio Joe. “E é melhor o Cub ir também, eu suponho?”.

O “Cub” era eu, como talvez o leitor tenha adivinhado por si mesmo. Eu completei quinze anos – mais de três meses atrás; mas não adianta mencionar isso ao Tio Joe, ele só dizia “vá para o seu cubículo, garotinho!” ou “Então suponho que você possa fazer equações cúbicas?” ou algum outro trocadilho igualmente perverso. Ontem ele me pediu para dar a ele uma instância de uma Proposição em A. E eu disse “Todos os tios fazem trocadilhos perversos”. E eu acho que ele não gostou. No entanto, isso é irrelevante. Eu estava feliz o suficiente para ir. Eu adoro ouvir esses meus tios “fatiarem a lógica”, como eles chamam; e eles estão com as mãos desesperadas para fatiar, isso eu posso dizer para você!

“Isso não é uma inferência lógica da minha observação”, disse o Tio Jim.

“Nunca disse que era”, disse o Tio Joe: “é um *Reductio ad Absurdum*”.

“Um *Processo Ilícito do Pronunciado Menor!*”, disse Tio Jim aos risos.

Esse é o tipo de coisa que eles sempre fazem, sempre que estou com eles. Como se houvesse alguma graça em me chamar de Menor!

Depois de um tempo, Tio Jim recomeça sua fala, no momento em que avistamos a barbearia. “Só espero que Carr esteja em casa”, disse ele. “Brown é tão desajeitado. E a mão de Allen está trêmula desde que ele teve essa febre”.

“Carr com certeza estará lá”, disse Tio Joe.

“Eu aposto seis centavos que ele não está” – eu disse.

“Deixe suas apostas para os seus apóstolos”, disse o Tio Joe. “Quero dizer” – ele se apressou, vendo pelo sorriso em meu rosto o deslize que havia cometido – “quero dizer que posso provar isso, logicamente. Não é uma questão de sorte”.

“Prove isto logicamente!” zombou o Tio Jim. “Manda brasa, então! Eu desafio você a fazer isso!”

“Para o interesse do argumento”, Tio Joe começa, “vamos supor que Carr esteja fora. E vamos ver a que essa suposição levaria. Vou fazer isso por *Reductio ad Absurdum*”.

“Claro que você vai!” rosnou Tio Jim. “Nunca conheci nenhum argumento seu que não terminasse em um ou outro absurdo!”

“Não perturbado por suas provocações pouco viris,” disse Tio Joe em um tom altivo, “eu prossigo. Carr estando fora, você vai admitir que, se Allen também está fora, Brown deve estar em casa?”.

“Qual é a vantagem de ele estar em casa?” disse Tio Jim. “Não quero que Brown me barbeie! Ele é muito desajeitado.”

“Paciência é uma daquelas qualidades inestimáveis...” Tio Joe estava começando; mas o Tio Jim o interrompe.

“Argumente!” ele disse. “Não moralize!”

“Bem, mas você me concede isso?” Tio Joe insistiu. “Você me concede que, se Carr está fora, segue-se que, se Allen está fora, Brown deve estar presente?”

“Claro que deve”, disse Tio Jim; “ou não haveria ninguém na loja”.

“Vemos, então, que a ausência de Carr põe em jogo um certo condicional cujo antecedente é ‘Allen está fora’ e cujo conseqüente é ‘Brown está presente’. E vemos que, enquanto Carr permanecer ausente, este condicional permanece em vigor?”

“Bem, suponha que sim. E então?” disse Tio Jim.

“Você também me concederá que a verdade de um condicional – quer dizer, sua validade como seqüência lógica – não depende de modo algum de seu antecedente ser realmente verdadeiro, nem mesmo de ser possível. O condicional, ‘Se você corresse daqui para Londres em cinco minutos, você surpreenderia as pessoas’, permanece verdadeiro como seqüência, você podendo fazer isso ou não.”

“Eu não posso fazer isso”, disse Tio Jim.

“Temos agora que considerar outro condicional. O que foi que você me contou ontem sobre Allen?”

“Eu falei” disse o Tio Jim, “que desde que ele teve aquela febre ele tem estado tão nervoso em sair sozinho, então ele sempre leva Brown com ele”.

“Exatamente”, disse o Tio Joe. “Então a condicional, ‘se Allen está fora, Brown está fora’ está sempre em vigor, não é isto?”

“Acho que sim”, disse o Tio Jim. (Ele parecia estar ficando um pouco nervoso agora).

“Então, se Carr estiver fora, temos duas condicionais, ‘se Allen está fora, Brown está presente’ e ‘Se Allen está fora, Brown está fora’, ambas em vigor ao mesmo tempo. E são duas condicionais incompatíveis, note bem! Elas não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo!”

“Não podem?” disse Tio Jim.

“Como elas poderiam?” disse Tio Joe. “Como pode um mesmo antecedente implicar dois consequentes contraditórios? Você concorda que os dois consequentes, ‘Brown está presente’ e ‘Brown está fora’, são contraditórios, suponho?”

“Sim, eu concedo isso”, disse Tio Jim.

“Então posso resumir”, disse Tio Joe. “Se Carr está fora, essas duas condicionais são verdadeiras juntas. E nós sabemos que elas não podem ser verdadeiras juntas. Seria um absurdo. Portanto, Carr não pode estar ausente. Eis um agradável *Reductio ad Absurdum* para você!”

Tio Jim parecia completamente intrigado: mas depois de um tempo ele criou coragem e começou de novo. “Não sinto que está tudo claro sobre essa incompatibilidade. Por que essas duas condicionais não podem ser verdadeiras juntas? Parece claro para mim que isso simplesmente provaria que ‘Allen está presente’. Obviamente é claro que os consequentes dos dois condicionais são incompatíveis – “Brown está

presente' e 'Brown está fora'. Mas por que não devemos colocar as coisas como vou mostrar? Se Allen está fora, Brown está fora. Se Carr e Allen estão ambos fora, Brown está presente. O que é um absurdo. Portanto, Carr e Allen não podem estar fora ao mesmo tempo. Mas, enquanto Allen estiver presente, não vejo o que pode impedir Carr de sair".

"Meu querido, mas muito ilógico, irmão!" disse Tio Joe. (Sempre que o Tio Joe começa com "querido" com você, você pode ter certeza de que ele o pegou em uma fenda!) Seu antecedente é simplesmente "Carr está fora"; e seu conseqüente é uma espécie de sub-condicional, 'Se Allen está fora, Brown está presente'. E é um conseqüente absurdo, pois se trata de um condicional irremediavelmente incompatível com aquele outro condicional que sabemos ser verdadeiro: 'Se Allen está fora, Brown está fora'. E é simplesmente a suposição de que "Carr está fora" que causou esse absurdo. Portanto, resta apenas uma conclusão possível. Carr está presente!"

Quanto tempo essa discussão pode ter durado, não tenho a menor ideia. Acredito que qualquer um deles poderia discutir por seis horas seguidas. Mas, nesse exato momento, chegamos à barbearia; e, ao entrarmos, encontramos ...

Nota [do autor]

O paradoxo, do qual o artigo anterior é uma apresentação ornamental, é, tenho razões para acreditar, uma dificuldade real na Teoria das Condicionais. O ponto controverso está há algum tempo

em discussão por vários lógicos experientes, a quem o submeti; e as várias e conflitantes opiniões, que minha correspondência com eles suscitou, me convencem de que o assunto precisa de mais considerações, a fim de que professores e escritores lógicos possam chegar a algum acordo sobre o que são condicionais, e como elas devem ser tratadas.

A disputa original, que surgiu, há mais de um ano, entre dois estudantes de Lógica, pode ser representada simbolicamente da seguinte forma:

Existem duas proposições, A e B.

É dado que

(1) Se C é verdadeiro, então, se A é verdadeiro, B não é verdadeira;

(2) Se A é verdadeiro, B é verdadeiro.

A questão é: C pode ser verdadeira?

O leitor verá que se, nessas duas proposições, substituirmos as letras A, B, C pelos nomes Allen, Brown, Carr, e as palavras “verdadeiro” e “não verdadeiro” pelas palavras “fora” e “presente” obtemos

(1) Se Carr está fora, então, se Allen está fora, Brown está presente;

(2) Se Allen está fora, Brown está fora.

Estas são as duas proposições sobre as quais “Tio Joe” constrói seu argumento.

Várias questões muito interessantes são sugeridas em relação a esse ponto: como pode uma

condicional, cujo antecedente é falso, ser considerada legítima?

Duas condicionais, das formas “Se A, então B” e “Se A, então não-B” são compatíveis?

Que diferença de significado, se houver, existe entre as seguintes proposições?

(1) A, B, C, não podem ser todas verdadeiras ao mesmo tempo;

(2) Se C e A são verdadeiras, B não é verdadeiro;

(3) Se C é verdadeiro, então, se A é verdadeiro, B não é verdadeiro;

(4) Se A é verdadeiro, então, se C é verdadeiro, B não é verdadeiro.

A seguinte forma concreta do paradoxo acaba de me ser enviada e pode, talvez, como corporificação da verdade necessária, lançar nova luz sobre a questão.

Sejam três linhas, KL, LM, MN, formando, em L e M, ângulos agudos iguais ao mesmo lado de LM.

Deixe “A” significar “Os pontos K e N coincidem, de modo que as três linhas formam um triângulo”.

Deixe “B” significar “O triângulo tem ângulos de base iguais”.

Deixe “C” significar “As linhas KL e MN são desiguais”.

Então nós temos

(1) Se C é verdadeiro, então, se A é verdadeiro, B não é verdadeiro.

(2) Se A é verdadeiro, B é verdadeiro.

A segunda dessas proposições não precisa de prova; e o primeiro é provado em Euc., i, 6⁸⁸, embora, é claro, pode ser questionado se ele representa de forma justa o significado de Euclides.

Espero muito que alguns dos leitores da *Mind* que se interessem por lógica ajudem a esclarecer essas dificuldades curiosas.

⁸⁸ [Nota do tradutor] Refere-se à Proposição 6 do Livro I de Euclides: Caso os dois ângulos de um triângulo sejam iguais entre si, também os lados que se estendem sob os ângulos iguais serão iguais entre si. [EUCLIDES, *Elementos*. Tradução de Irineu Bicudo. São Paulo: Editora da UNESP, 2009]

CAPÍTULO VII

O PARADOXO DA INFERÊNCIA

Alexandre N. Machado

Embora duvidasse da importância da obra de Lewis Carroll, Bertrand Russell afirmou, em *The Principles of Mathematics*, que suas melhores contribuições à lógica foram dadas em dois artigos em que ele apresentou dois paradoxos⁸⁹. O primeiro artigo intitula-se “A Logical Paradox”, publicado na revista *Mind*, em 1894. Nesse artigo, ele apresenta o que é comumente denominado paradoxo da barbearia⁹⁰. O

⁸⁹ Bertrand Russell, 1903, *The Principles of Mathematics*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 525-528.

⁹⁰ Lewis Carroll, (1894) “A Logical Paradox”, *Mind*, New Series, Vol. 3, No. 11, pp. 436-440. Resumidamente, o paradoxo é o seguinte. Há uma barbearia em que trabalham e moram três barbeiros, Allen, Brown e Carr. A barbearia está constantemente aberta, de tal forma que, seja que hora for, ao menos um dos barbeiros está nela. Allen apenas sai da barbearia se Brown vai com ele. Carr está na barbearia? Suponhamos que não está. Se Carr está fora e Allen também está fora, então Brown está na barbearia, porque ao menos um dos três deve estar lá. Mas Allen não sai sem Brown. Portanto, se Allen está fora, Brown também está fora. Portanto, se Carr está fora, então tanto a condicional “Se Allen está fora, então Brown está dentro” quanto à condicional “Se Allen está fora, então Brown está fora” são ambas verdadeiras. Portanto, parece que a suposição de que Carr está

segundo artigo, publicado em 1895 no mesmo periódico, é este cuja tradução se segue.

Nessa época, Carroll estava tentando desenvolver uma teoria sobre o que ele chamava *hipotéticos*, o que hoje chamamos de *condicionais*, frases da forma “Se..., então...”. Ambos os artigos seriam resultados obtidos ao longo desses estudos sobre os hipotéticos. Alguns argumentam que provavelmente Carroll não tinha nenhum objetivo claro ao formular os paradoxos⁹¹. Todavia, esse não parece ser o caso de “O que o Jabuti disse a Aquiles”. Nele, Carroll parece ter um objetivo bem determinado, ou assim se pode argumentar.

O texto é um diálogo entre dois personagens de paradoxos formulados pelo filósofo pré-socrático Zenão de Eleia. Carroll faz alusão a eles no início do diálogo.

O primeiro desses paradoxos recebe justamente o nome desses personagens: *paradoxo de Aquiles e o Jabuti*. O paradoxo pode ser formulado como se segue. Aquiles e o Jabuti apostam uma corrida, mas Aquiles dá uma vantagem ao Jabuti de cem metros na largada. Ambos iniciam a corrida e desenvolvem uma velocidade

fora implica duas condicionais (ou hipotéticos) incompatíveis e, consequentemente, essa suposição deve ser falsa e Carr está sempre na barbearia. Muitos alegam que o argumento de Carroll é falacioso porque aquelas duas condicionais de fato não são incompatíveis, pois, se lidas como implicações materiais, então, se o antecedente de ambas (“Allen está fora”) for falso, ambas são verdadeiras, pois uma implicação material é verdadeira se e somente se ou o seu antecedente é falso, ou o seu consequente é verdadeiro. A conclusão correta a ser inferida das informações sobre o caso é, portanto, que se Carr está fora, então Allen está dentro.

⁹¹ Ver, por exemplo, J. F. Thomson (1960), “What Achilles should have said to the Tortoise”, *Ratio*, vol. 3, pp. 95-105.

constante, embora a velocidade de Aquiles seja bem maior que a do Jabuti. Depois de um certo tempo, Aquiles percorre cem metros e chega ao ponto A, o ponto de largada do Jabuti. O Jabuti não está mais nesse ponto, porque já percorreu uma certa distância, embora menor que a de Aquiles, e agora está no ponto B. Um certo tempo depois, Aquiles chega ao ponto B. Mas, por menor que seja a distância percorrida pelo Jabuti, ele agora está no ponto C, um ponto à frente do ponto B. E assim por diante, ao infinito: cada vez que Aquiles chega ao ponto em que o Jabuti estava, o Jabuti está em um ponto à frente, por mais ínfima que seja a distância entre esses dois pontos. Mas se é assim, Aquiles nunca alcançará o Jabuti.

O segundo paradoxo, normalmente denominado *paradoxo da dicotomia*, pode ser formulado da seguinte forma. Para que chegue ao final da corrida, Aquiles deve antes percorrer a metade do caminho. Mas antes disso, ele deve percorrer um quarto do caminho. Mas antes disso, ele deve percorrer um oitavo do caminho. E assim por diante, podemos dividir infinitamente ao meio as distâncias que Aquiles deve percorrer. Por menor que elas se tornem, ainda podem ser divididas ao meio. Mas se esse processo de divisão é infinito, então há infinitas distâncias que Aquiles deve percorrer para chegar ao fim da corrida. Na verdade, há infinitas distâncias que Aquiles deve percorrer, para ir do ponto de partida a *qualquer* outro ponto. Mas essa é uma tarefa impossível, pois é constituída de infinitas ações, tal como a tarefa de contar todos os números naturais, por exemplo. Portanto, Aquiles não pode sair do ponto que está. Mas se o movimento de qualquer coisa é uma tarefa

constituída de infinitas ações, então nada pode se mover, o movimento é impossível.

O paradoxo apresentado em “O que Aquiles disse ao Jabuti” se assemelha aos dois anteriores na medida em que procura mostrar que uma suposição sobre como uma inferência dedutiva válida justifica a sua conclusão implica um regresso vicioso ao infinito, tornando impossível justificar qualquer afirmação por meio de uma inferência dedutiva válida. A suposição pode ser formulada do seguinte modo:

(S) Para aceitar a conclusão de qualquer inferência válida com base na aceitação de suas premissas, temos primeiro que incluir entre as premissas dessa inferência a condicional que tem como antecedente a conjunção das suas premissas e, como conseqüente, a sua conclusão.

Por exemplo: para aceitar a conclusão C da seguinte inferência válida, que tem a forma *modus ponens*

1. Se chove, então o chão está molhado.
2. Chove.
- C. Portanto, o chão está molhado.

devemos antes aceitar a seguinte premissa extra:

3. Se é o caso que se chove, então o chão está molhado e chove, então o chão está molhado.

Mas, com o acréscimo dessa premissa, temos uma nova inferência. Portanto, dado S, agora temos que acrescentar a essa inferência uma nova condicional como premissa 4, que tem como antecedente a conjunção de 1, 2 e 3 e, como conseqüente, C. Mas, uma vez mais, temos uma nova inferência e, por isso, devemos novamente acrescentar uma nova condicional entre as premissas. E assim por diante, ao infinito. Portanto, para aceitar a conclusão de qualquer inferência válida com base na aceitação de suas premissas, temos que fazer infinitos acréscimos de premissas a essa inferência. Mas essa é uma tarefa impossível, pois é constituída de infinitas ações. Portanto, a aceitação da conclusão de qualquer inferência válida com base na aceitação de suas premissas é impossível.

O que essa conclusão absurda deveria mostrar é que S é falsa, pois ela implica um absurdo. Mas por que S é falsa? Porque ela é a absurda exigência de que a aceitação da conclusão de qualquer inferência válida com base na aceitação de suas premissas envolva a inclusão, entre suas premissas, de uma instância da *regra de inferência* válida que se segue ao se realizar a inferência. Se uma pessoa não reconhece a validade de uma forma de inferência tão básica como o *modus ponens* do exemplo acima, essa situação não vai ser remediada acrescentando-se uma instância dessa regra entre as premissas⁹².

⁹² Esse tópico está relacionado à discussão sobre as assim chamadas *incompatibilidades sintéticas*, que geram inferências válidas que, aparentemente, não são *formalmente* válidas. A assim chamada *exclusão das cores* (discutida por Wittgenstein) é um exemplo. Parece que podemos inferir validamente da afirmação “Isso é vermelho”, por

Se essa interpretação do texto está correta, então o objetivo de Carroll nesse texto era mostrar que os problemas gerados pela suposição S se devem à não observância da distinção entre os estatutos lógicos das premissas de uma inferência e das regras de inferência que seguimos ao inferir.

Tradução realizada com base na publicação original, atualmente em domínio público: CARROLL, L. What the Tortoise said to Achilles. **Mind**: New Series, Volume 104, Número 416. Outubro, 1995. p. 691-693. Primeira publicação: **Mind**, 1895.

exemplo, que isso, seja o que for, não é verde, nem amarelo, nem azul, nem nenhuma das demais cores. Mas a tradução da inferência “Isso é vermelho; portanto, isso não é verde”, para a linguagem do cálculo de predicados ($Fa \models \neg Ga$) resulta em uma forma de inferência *inválida*. Alguém poderia pensar que essa inferência é um *entimema*, cuja premissa oculta é “Tudo que é vermelho não é verde”. Com essa premissa adicional, teríamos uma inferência formalmente válida. Mas pode-se contra argumentar que acrescentar essa premissa é justamente acrescentar a regra de inferência que seguimos ao fazer aquela inferência, uma regra de inferência *não-formal*, que aprendemos quando aprendemos o *conteúdo* de “vermelho” e “verdade”.

O QUE O JABUTI DISSE A AQUILES (1895)

Lewis Carroll

Aquiles alcançou o Jabuti⁹³ e sentou confortavelmente no seu dorso.

“Então você chegou ao final de nossa corrida?” disse o Jabuti. “Embora ela, *de fato*, consista de uma série infinita de distâncias? Pensei que um sabichão ou outro tivesse provado que isso não poderia ser feito?”

“*Pode ser feito*”, disse Aquiles. “*Foi feito! Solvitur ambulando*⁹⁴. Você percebe que as distâncias foram constantemente *diminuindo*; e, portanto...”

“Mas e se elas tivessem constantemente *umentado*?” interrompeu o Jabuti. “Como seria então?”

“Então eu não deveria estar *aqui*”, respondeu modestamente Aquiles; “e *você* teria dado várias voltas ao redor do mundo, até agora!”

“Você me preza — *prensa*,⁹⁵ quero dizer” disse o Jabuti; “pois você é um peso pesado, *sem erro*! Bem,

⁹³ [Nota do tradutor] “Tortoise” é o nome inglês do que, em português, chamamos de *jabuti*, que não possui patas em forma de nadadeira, possui casco alto e arredondado e vive a maior parte do tempo na terra. “Turtle” é o nome inglês do que, em português, chamamos de *tartaruga*, que possui patas sem unhas em forma de nadadeiras, casco baixo hidrodinâmico e vive a maior parte do tempo na água do mar. Os *cágados* são as tartarugas de água doce, embora passem boa parte do tempo na terra, possuindo patas com unhas.

⁹⁴ [Nota do tradutor] Do latim, que significa o mesmo que “o que se resolve caminhando”.

⁹⁵ [Nota do tradutor] Primeiro dos trocadilhos do texto difíceis de traduzir, que joga com os verbos “to flatter” (elogiar) e “to flatten” (achatar).

você gostaria de, agora, ouvir sobre uma corrida, que a maioria das pessoas imagina que pode chegar ao fim em dois ou três passos, enquanto ela *realmente* consiste em um número infinito de distâncias, cada uma mais longa que a anterior?”

“Muito mesmo!” disse o guerreiro grego, enquanto retirava de seu capacete (poucos guerreiros gregos possuíam *bolsos* naquela época) um caderno enorme e um lápis. “Vá em frente! E fale *devagar*, por favor! A *taquigrafia* ainda não foi inventada!”

“Aquela linda Primeira Proposição de Euclides!” o Jabuti sussurrou embasbacado. “Você admira Euclides?”

“Apaixonadamente! Tanto quanto, ao menos, alguém *pode* admirar um tratado que não será publicado antes de alguns séculos!”

“Bem, agora vamos considerar um pouco do argumento com aquela Primeira Proposição — apenas *dois* passos e a conclusão extraída deles. Por gentileza, escreva no seu caderno. E a fim de me referir a elas convenientemente, vamos chamá-las *A*, *B* e *Z*: —

(*A*) Coisas que são iguais a uma mesma coisa são iguais umas às outras.

(*B*) Os dois lados desse Triângulo são iguais a uma mesma coisa.

(*Z*) Os dois lados desse Triângulo são iguais um ao outro.

Leitores de Euclides concederão, suponho, que *Z* se segue logicamente de *A* e *B*, de tal forma que qualquer um que aceite *A* e *B* como verdadeiras, deve aceitar *Z* como verdadeira?”

“Indubitavelmente! O aluno mais jovem de uma Escola de Ensino Médio — tão logo Escolas de Ensino Médio sejam inventadas, o que não ocorrerá antes de em torno de dois mil anos mais tarde, concederá *isso!*”

“E se algum leitor ainda *não* tiver aceito *A* e *B* como verdadeiras, ele poderia ainda aceitar a *sequência* como *válida*, suponho?”

“Sem dúvida, um tal leitor poderia existir. Ele poderia dizer ‘Eu aceito como verdadeira a Proposição Hipotética que se *A* e *B* são verdadeiras, *Z* deve ser verdadeira; mas *não* aceito *A* e *B* como verdadeiras.’ Um tal leitor seria mais sábio se abandonasse Euclides e se dedicasse ao futebol.”

“E não poderia *também* haver um leitor que dissesse ‘Eu aceito *A* e *B* como verdadeiras, mas *não* aceito a Hipotética?’”

“Certamente poderia. *Ele* também faria melhor se se dedicasse ao futebol.

“E *nenhum* desses leitores”, o Jabuti continuou, “está *ainda* sob qualquer necessidade lógica de aceitar *Z* como verdadeira?”

“Bem isso”, Aquiles concordou.

“Bem, agora eu gostaria de você me considerasse como um leitor dessa segunda espécie e me forçasse, logicamente, a aceitar *Z* como verdadeira.”

“Seria um Jabuti jogando futebol...”, Aquiles estava iniciando.

“...uma anomalia, naturalmente”, o Jabuti bruscamente interrompeu. “Não se evada do ponto. Vamos tratar de *Z* primeiro e, do futebol, mais tarde!”.

“Devo forçar você a aceitar Z , não devo?”, disse Aquiles pensativamente. “E sua atual posição é que você aceita A e B , mas *não* aceita a Hipotética...”

“Vamos chamá-la de C ”, disse o Jabuti.

“...mas você *não* aceita

(C) Se A e B são verdadeiras, Z deve ser verdadeira.”

“Essa é minha posição atual”, disse o Jabuti.

“Então eu devo pedir que você aceite C .”

“Eu aceitarei”, disse o Jabuti, “tão logo você a tenha escrito no seu caderno. O que mais você tem nele?”

“Apenas algumas poucas notas”, disse Aquiles nervosamente agitando as folhas: “algumas poucas notas sobre... sobre as batalhas nas quais me destaquei!”

“Cheio de folhas em branco, eu noto!”, o Jabuti observou jocosamente. “Nós precisaremos de *todas* elas!” (Aquiles estremeceu.) “Agora, escreva como um ditado:

(A) Coisas que são iguais a uma mesma coisa são iguais umas às outras.

(B) Os dois lados desse Triângulo são iguais a uma mesma coisa.

(C) Se A e B são verdadeiras, Z deve ser verdadeira.

(Z) Os dois lados desse Triângulo são iguais um ao outro.

“Você deveria chamá-la D , não Z ”, disse Aquiles. “Ela vem *depois* das outras três. Se você aceita A , B e C , então você *deve* aceitar Z .”

“E por que *devo*?”

“Porque se segue logicamente delas. Se A , B e C são verdadeiras, Z deve ser verdadeira. Você não contesta *isso*, eu imagino?”

“Se A , B e C são verdadeiras, Z deve ser verdadeira”, o Jabuti ponderadamente repetiu. “Essa é uma *outra* Hipotética, não? E se não consegui ver sua verdade, eu poderia aceitar A , B e C e *ainda* não aceitar Z , não poderia?”

“Você poderia”, o cândido herói admitiu; “embora uma tal obtusidade seja certamente fenomenal. Ainda assim, o evento é *possível*. De tal forma que devo lhe pedir que aceite *uma* Hipotética a mais.”

“Muito bem. Estou bem-disposto a aceitá-la assim que você a escrever. Vamos chamá-la

(D) Se A , B e C são verdadeiras, Z deve ser verdadeira.

Você a escreveu no seu caderno?”

“*Escrevi!*”, Aquiles alegremente exclamou, enquanto passava o lápis na sua borda. “E ao menos eu cheguei ao fim dessa corrida ideal! Agora que você aceita A , B , C e D , *naturalmente* você aceita Z .”

“Aceito?”, disse o Jabuti inocentemente. “Vamos deixar isso bem claro. Eu aceito A , B , C e D . Suponha que eu *ainda* recuse aceitar Z ?”

“Então a Lógica te pegaria pela garganta e te forçaria a aceitar!” Aquiles triunfantemente respondeu. “A Lógica te diria ‘Você não pode evitar! Agora que você aceitou A , B , C e D , você *deve* aceitar Z !’ Portanto, você não tem nenhuma escolha, percebe?”

“O que quer que a *Lógica* seja competente para me dizer vale a pena *anotar*”, disse o Jabuti. “Portanto, anote no seu caderno, por favor. Vamos chamá-la

(E) Se *A*, *B*, *C* e *D* são verdadeiras, *Z* deve ser verdadeira. Até que eu conceda isso, naturalmente não necessito conceder *Z*. Portanto, é um passo bem necessário, você percebe?”

“Percebo”, disse Aquiles; e houve um toque de tristeza no tom da sua voz.

Aqui o narrador, tendo negócios urgentes no Banco, foi obrigado a deixar a dupla feliz, e não passou pelo lugar novamente antes de alguns meses mais tarde. Quando ele o fez, Aquiles ainda estava sentado no dorso do muito resiliente Jabuti e estava escrevendo no seu caderno, que pareceu estar quase cheio. O Jabuti estava dizendo “Você escreveu esse último passo? A menos que eu tenha perdido a conta, esse é o milésimo primeiro. Há muitos milhões ainda por vir. E você se *importaria*, como um favor pessoal, considerando a quantidade de instrução que esse nosso colóquio fornecerá aos Lógicos do Século Dezenove — você se *importaria* de adotar um trocadilho que minha prima Pseudo-Tartaruga⁹⁶ então faria e permitir-se ser renomeado *Estudioso-nato*?”⁹⁷

⁹⁶ [Nota do tradutor] A Pseudo-Tartaruga (*Mock-Turtle*) é um personagem de ficção de Lewis Carroll que aparece em *Alice no País das Maravilhas*, capítulo 9: “Então a Rainha saiu, bastante ofegante, e disse a Alice, ‘Você ainda não viu a Pseudo-Tartaruga?’ ‘Não’, disse Alice. ‘Eu nem sei o que é uma Pseudo-Tartaruga’ ‘É disso que a Sopa de Pseudo-Tartaruga é feita’, disse a Rainha.” (Minha tradução) A Pseudo-Tartaruga é uma mistura de diferentes animais.

⁹⁷ [Nota do tradutor] “*Taugh-Us*” (“*O que nos ensinou*”) no original, que faz um trocadilho entre as palavras “jabuti” (tortoise) e “ensino” (to teach) em inglês. Em um dos sotaques do inglês britânico, “tortoise” e “taught us” se pronuncia do mesmo modo. Os quelônios (tartarugas, jabutis e cágados) são classificados cientificamente como *Estudinatas*. Em *Alice no País das Maravilhas*, a Pseudo-Tartaruga disse que foi ensinada por uma tartaruga marinha, mas que a chamava de jabuti (*tortoise*).

“Como queira”, respondeu o exausto guerreiro, no tom vazio do desespero, enquanto enfiava seu rosto em suas mãos. “Desde que você, por *sua* vez, adote um trocadilho que a Pseudo-Tartaruga nunca fez e permita-se ser renomeado *Aquielimina!*”⁹⁸

Quando Alice perguntou por que faziam isso, dado que se tratava de uma tartaruga, a Pseudo-Tartaruga disse: “O chamávamos jabuti (*tortoise*) porque ele nos ensinou (*he taught us!*)” (Minha tradução)

⁹⁸ [Nota do tradutor] “A Kill-Ease” (literalmente: um que tem uma facilidade para matar), que é um trocadilho em inglês com o nome “Achiles”.

CAPÍTULO VIII

INTRODUÇÃO A “PUNIÇÃO ETERNA” (circa 1895)

Frank Sautter

Segundo Stuart Dodgson Collingwood, sobrinho e editor de obras póstumas de Lewis Carroll, o reverendo Charles Lutwidge Dodgson⁹⁹, diácono da Christ Church em Oxford, proferiu certa ocasião um sermão inesquecível sobre a punição eterna¹⁰⁰. Ele anexou a uma carta endereçada a Bertram James Collingwood, irmão de Stuart, datada de 11 de julho de 1895, o primeiro de uma série de ensaios sobre dificuldades religiosas – o texto aqui traduzido, provavelmente uma transcrição ou desenvolvimento daquele sermão – a serem publicados sob a forma de uma coletânea¹⁰¹. Nessa mesma carta, Lewis Carroll pede sugestão de outras dificuldades religiosas, mas esclarece que “não quero tratar de dificuldades [religiosas], *a menos que* elas tendam a afetar a vida.

⁹⁹ Nome civil de Lewis Carroll.

¹⁰⁰ Stuart Dodgson Collingwood, *The Life and Letters of Lewis Carroll*, T. Fisher Unwin, London, 1898, p. 76.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 326.

Dificuldades *especulativas* que não afetem a conduta [...] estão fora do escopo do meu livro¹⁰².” O ensaio veio a ser publicado, pela primeira vez, em 1899, na obra *The Lewis Carroll Picture Book: A Selection from the Unpublished Writings and Drawings of Lewis Carroll, together with Reprints from Scarce and Unacknowledged Work*, editada por Stuart Dodgson Collingwood¹⁰³.

Trata-se de um tema caro a Lewis Carroll. A doutrina ortodoxa prega a punição eterna aos não-salvos, enquanto que Lewis Carroll defendia a doutrina heterodoxa do universalismo, ou seja, todos serão salvos (e, portanto, ninguém sofrerá punição eterna pelos seus pecados). Martin Gardner menciona uma carta de Lewis Carroll endereçada a uma irmã, em que ele diz o seguinte: “Se fosse forçado a acreditar que o Deus dos cristãos fosse capaz de infligir ‘punição eterna’ [...], eu deveria desistir do Cristianismo¹⁰⁴.”

O tema tem interesse teológico, mas também filosófico. Primeiro, há em grego dois verbos traduzidos como “punir”: *kolasis*, cujo significado é de que é uma ação no interesse do infligido, ou seja, punir no sentido de corrigir, disciplinar, e *timoria*, cujo significado é de que é uma ação no interesse do infligidor, ou seja, punir no sentido de retribuir, vingar. As ocorrências bíblicas de

¹⁰² *Ibid.*, p. 327.

¹⁰³ Stuart Dodgson Collingwood, *The Lewis Carroll Picture Book: A Selection from the Unpublished Writings and Drawings of Lewis Carroll, together with Reprints from Scarce and Unacknowledged Work*, T. Fisher Unwin, 1899, p. 345-355. Nesta tradução, utilizarei essa paginação, a qual será indicada, entre colchetes, em meio ao texto traduzido.

¹⁰⁴ Martin Gardner, *The Whys of a Philosophical Scrivener*, St. Martin's Griffin, New York, 1999, p. 457.

punir são ocorrências de *kolasis*, o que fortalece a doutrina heterodoxa da rejeição da punição eterna. G. W. Leibniz discutiu extensivamente o tema em “Confessio Philosophi” (1672-3) e, anos mais tarde, em “Théodicée” (1710). O lógico Raymond Smullyan também desenvolveu uma extensa discussão sobre o tema¹⁰⁵. Ele classificou Lewis Carroll e outros defensores do universalismo de cristãos ultrabrandos (*ultra-soft*) e bondosos (*kind-hearted*), e os distinguiu de cristãos duros (*hard*), como Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino, que defendem a ortodoxia.

Tradução realizada com base na publicação original, atualmente em domínio público: COLLINGWOOD, S. D. **The Lewis Carroll picture book:** a selection from the unpublished writings and drawings of Lewis Carroll, together with reprints from scarce and unacknowledged work. Londres: T. Fisher Unwin, 1899, p. 345-355.

¹⁰⁵ Raymond M. Smullyan, *Who Knows: A Study of Religious Consciousness*, Indiana University Press, Bloomington & Indianapolis, 2003.

PUNIÇÃO ETERNA¹⁰⁶ (circa 1895)

Lewis Carroll

[345] O tipo mais comum de dificuldade, notada com respeito a essa doutrina, pode ser assim expressa:

‘Acredito que Deus é perfeitamente bom. Porém, sinto-me compelido a acreditar que Ele infligirá Punição Eterna a determinados seres humanos, em circunstâncias que a farão, segundo a voz da minha consciência, injusta e, portanto, errada.’

Essa dificuldade, quando expressa em forma lógica, decorrerá da existência de *três* Proposições incompatíveis, tal que cada uma tem, aparentemente, uma forte reivindicação para o nosso assentimento¹⁰⁷. Elas são as seguintes:

I. Deus é perfeitamente bom.

II. Infligir Punição Eterna a determinados seres humanos, em determinadas circunstâncias, seria errado.

¹⁰⁶ [Nota do tradutor] Foram preservadas as aspas, simples e duplas, os itálicos, as maiúsculas etc., tal como ocorrem no texto carrolliano.

¹⁰⁷ [Nota do tradutor] J. N. Findlay, em “Philosophy as a Discipline” (2005), sugere que a discussão dos mais importantes conceitos da Filosofia se dá mediante antilogismos, que ele caracteriza como “série de três proposições P, Q e R, todas com a mais alta aceitabilidade do ponto de vista de nossas certezas intuitivas imediatas, mas que não podem ser conjuntamente verdadeiras: Se P e R são ambas aceitas, Q deve ser rejeitada; se Q e R são ambas aceitas, P deve ser rejeitada; e se P e Q são aceitas, [R] deve ser rejeitada.” Ver J. N. Findlay, “Philosophy as a Discipline”, *The Philosophical Forum*, 36(2): 141-148. J. L. Mackie, em “Evil and Omnipotence” (1955), formula aquela que é, talvez, a tríade de proposições conjuntamente incompatíveis mais famosa da Filosofia, formada pelas proposições “Deus é onipotente”, “Deus é inteiramente bom” e “Há o mal”. Ver J. L. Mackie, “Evil and Omnipotence”, *Mind*, New Series, 64(254): 200-212.

III. Deus é capaz de agir desse modo¹⁰⁸.

Uma maneira de escapar desta dificuldade é, sem dúvida, deixar de falar do assunto. Contudo, para muitos esse posicionamento é causa de angústia; eles notam que uma dessas três Proposições *tem de* ser falsa; contudo, considerar qualquer delas como falsa os mergulha em dificuldades e perplexidade.

A primeira coisa a fazer é estabelecer, da forma mais clara possível, o que *significamos* em cada uma dessas Proposições e, então, estabelecer, se possível, *quais* duas das três restam, em nossas mentes, em fundamentos mais profundos e firmes, e, portanto, descobrir *qual*, das três, deve ser forçosamente abandonada.

Primeiro, portanto, estabeleçamos, de forma mais clara possível, o que *significamos* em cada uma dessas Proposições.

I

Deus é perfeitamente bom.

Quanto ao significado da palavra ‘bom’, presumo que o Leitor aceita, como um Axioma antecedente a quaisquer destas [346] três Proposições, a Proposição de que as ideias de Certo e de Errado repousam em princípios eternos e auto-existentes, e não na vontade arbitrária de qualquer ser¹⁰⁹. Presumo que ele aceita a

¹⁰⁸ [Nota do tradutor] Não é difícil derivar a negação de qualquer das três proposições a partir das duas outras e da seguinte proposição geral sobre o que significa ser perfeitamente bom: “Alguém é perfeitamente bom se, e somente se, abstém-se de quaisquer ações que sejam erradas.”

¹⁰⁹ [Nota do tradutor] Lewis Carroll defende o que, em Metaética, denomina-se “absolutismo moral.”

Proposição segundo a qual Deus quer algo porque é *correto*, e *não* que a coisa é correta porque Deus assim o quer¹¹⁰. Qualquer Leitor, para quem essas presunções não sejam verdadeiras, não sentirá dificuldade em abandonar a Proposição II, e dizer, ‘Se Deus a inflige, ela será *correta*.’ Portanto, esse Leitor *não* é um daqueles para quem escrevo agora.

Presumo, então, que essa Proposição significa que Deus sempre age de acordo com o princípio eterno do Correto, e que Ele é, portanto, perfeitamente bom.

II

Infligir ‘Punição Eterna’ a determinados seres humanos, em determinadas circunstâncias, seria errado.

Presumo que a palavra ‘Punição’ signifique, aqui, ‘sofrimento infligido a um ser humano que pecou, e *porque* ele pecou.’ Uso a palavra ‘sofrimento’, ao invés de ‘dor’, porque essa é frequentemente entendida como implicando somente dor *física*, enquanto que dor *mental* também poderia servir como punição.

Portanto, podemos, de imediato, simplificar essa investigação ao excluir de nossa consideração o caso de sofrimento infligido quando o pecado da criatura *não* é uma causa necessária. Tomando pelo significado de ‘pecado’ (como já definido) um ato ‘consciente e *voluntário*’ tal que, se o ato é involuntário, ele deixa de ser pecado, podemos deixar de lado a teoria calvinista,

¹¹⁰ [Nota do tradutor] Trata-se do Dilema de Eutífron, originalmente formulado sob a forma de uma pergunta de Sócrates dirigida a Eutífron: “O que é pio é amado pelos deuses por ser pio, ou é pio porque é amado pelos deuses?” (Eutífron 10A). Ver Platão, ΛΑΧΗΣ = LAQUES, ΕΥΘΥΦΡΩΝ = EUTÍFRON. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Ed. UFPA, Belém, 2015.

que contempla a infligção de sofrimento a criaturas incapazes de se abster do pecado e cujos pecados são, portanto, *involuntários*¹¹¹. Essa teoria será considerada alhures.

Presumo que a palavra ‘Eterno’ significa ‘sem fim’.

Sobre os humanos aqui contemplados como [347] sujeitos de Punição Eterna, há três casos concebíveis, a saber:

(A) O caso daquele que cessou de possuir Livre Arbítrio, e, portanto, não tem mais o poder de pecar ou de arrepender-se. Em tal caso, a Punição Eterna seria sofrimento infligido durante um tempo infinito, e, portanto, ela mesma infinita em quantidade, como punição pelos pecados cometidos durante um tempo finito.

(B) O caso daquele que retém Livre Arbítrio e que deixou de pecar, arrependeu-se de todos os pecados passados, e escolhe o bem *porque é o bem*. Nesse caso a Punição Eterna também seria sofrimento infinito, infligida como punição dos pecados cometidos durante um tempo finito.

(C) O caso daquele que não se enquadra em nenhuma dessas descrições, quer dizer, aquele que retém Livre Arbítrio e continua incessantemente a escolher o *mal*. Nesse caso a Punição Eterna seria um sofrimento infinito infligido como punição por um pecado infinito.

¹¹¹ [Nota do tradutor] José Eduardo Porcher sugeriu, em comunicação privada, que Lewis Carroll possivelmente incorreu em um *non sequitur* aqui, porque “a incapacidade de abster-se não torna algo involuntário.”

Presumo que o leitor não sentiria nenhuma dificuldade em reconhecer a justiça da infligência contínua de sofrimento como punição para o pecado contínuo.

Portanto, podemos deixar completamente de lado o caso (C).

Também podemos combinar os casos (A) e (B) em um único, e interpretar a Proposição II como a asserção de que seria errado infligir sofrimento infinito a seres humanos que deixaram de pecar, como punição por pecados cometidos durante um tempo finito.

A Proposição III parece não requerer qualquer explicação.

Será melhor reexpressar as três Proposições incompatíveis antes de prosseguir, de modo a dar à Proposição II a forma que ela assumiu agora.

I. Deus é perfeitamente bom.

II. A infligência de sofrimento infinito em seres humanos que deixaram de pecar, como punição pelos pecados cometidos durante um tempo finito, seria errada. [348]

III. Deus é capaz de agir desse modo.

Sabemos, com certeza *absoluta*, que ao menos *uma* dessas três Proposições é falsa. Portanto, por mais esmagador que seja o peso da evidência com que cada uma parece reivindicar nosso assentimento, sabemos que ao menos *uma* pode ser razoavelmente abandonada.

Consideremo-las, agora, uma por uma, e consideremos, cada uma por seu turno, quais são os fundamentos com os quais ela reivindica nosso assentimento, e quais seriam as conseqüências lógicas de abandoná-la. Pode ser que o Leitor seja, então,

capaz de ver por si mesmo *quais* duas das três têm as reivindicações mais fortes para o seu assentimento, e *qual* deve ser, portanto, abandonada.

Primeiro, então, consideremos a Proposição,

I. Deus é perfeitamente bom.

Os fundamentos com os quais esta reivindica nosso assentimento parecem ser, primeiro, determinadas *intuições* (para as quais, é claro, *provas* não podem ser oferecidas), tais como ‘Acredito ter Livre Arbítrio, e ser capaz de escolher entre o certo e o errado; sou responsável pela minha conduta; não sou o resultado de forças materiais cegas, mas a criatura de um ser que me deu Livre Arbítrio e o senso do certo e do errado, e a quem sou responsável e que, portanto, é perfeitamente bom. E esse ser denomino “Deus”.’

Estas *intuições* nos são confirmadas de mil maneiras pelos fatos da revelação, pelos fatos de nossa própria história espiritual, pelas respostas que tivemos às nossas orações, pela irresistível convicção de que este ser a quem chamamos “Deus” nos *ama*, com um amor tão maravilhoso, tão bonito, tão imenso, completamente imerecido, tão inexplicável em suas bases, salvo pela Sua própria bondade perfeita, que podemos senão nos prostrarmos até o chão perante Ele¹¹², e ter uma vaga esperança de um dia sermos capazes de amá-Lo com um amor mais parecido ao Seu grande amor por nós.

O abandono desta Proposição significará, praticamente, [349] para a maioria de nós, o abandono da crença em um Deus, e a aceitação do Ateísmo.

¹¹² [Nota do tradutor] “(...) that we can but abase ourselves to the dust before Him (...)”. Talvez uma referência a Jó 42:6.

Em segundo lugar, consideremos a Proposição,
II. A inflição de sofrimento infinito em seres humanos que deixaram de pecar, como punição pelos pecados cometidos durante um tempo finito, seria errada.

Aqui a nossa investigação será enormemente simplificada se começarmos considerando quais são os diversos *propósitos* que a punição supostamente tem, primeiro, *promulgada*, e em segundo lugar, *infligida*; e quais são os *princípios* que, em vista daqueles propósitos, nos fariam considerar sua promulgação e inflição como correta ou errada.

A punição, quando promulgada ou infligida por seres humanos uns aos outros, é necessariamente limitada em seus propósitos. Não podemos ler as *mentes* dos outros e, portanto, nunca podemos saber se um ser humano é ou não é realmente *culpado* de qualquer coisa que fez. Conseqüentemente, a punição humana nunca pode alcançar além do exterior do *ato*: não ousamos punir *pensamentos*, por mais pecaminosos que sejam, que não tenham resultado em *ação*. E, mesmo aqui, nosso principal propósito deve necessariamente ser salvar a *Sociedade* do dano que tais atos causariam a ela. Portanto, há pouco nos princípios que afetam a punição, quando infligida pelo *Homem*, que podemos apelar com segurança ao considerar a punição infligida por *Deus*. Há, contudo, *um* princípio que se aplica igualmente a ambos: reconhecemos que uma certa *proporção* deveria ser observada entre o montante do crime e a quantidade da punição infligida; por exemplo, não deveríamos hesitar em condenar como injusta a conduta de um juiz que, ao

sentenciar dois criminosos, sentenciou a *maior* punição àquele cujo crime foi claramente o *menor* dos dois.

Mas, na visão de Deus, nossa culpa consiste na escolha pecaminosa, e corretamente sustentamos que dois homens, que resolveram, em circunstâncias similares, cometer o mesmo crime, seriam [350] igualmente culpados em Sua visão, mesmo que somente um tenha efetivamente cometido o crime, enquanto que o outro tenha sido acidentalmente impedido de realizar o seu intento.

Portanto, podemos supor que o propósito de Deus, na promulgação da punição, é a prevenção da *escolha* pecaminosa, e todos os males que dela decorrem. Uma vez que a punição tenha sido *promulgada*, ela deve ser necessariamente *infligida*, a menos que alguma mudança ocorra nas circunstâncias contempladas na promulgação. Podemos facilmente imaginar um *homem*, que tenha promulgado alguma punição, encontrando boas razões para não infligi-la; por exemplo, ele poderia achar que tenha feito um erro ao promulgá-la, ou que ele tenha falhado em levar em consideração alguma circunstância imprevista. Podemos, mesmo, imaginar um homem que tenha proferido uma punição sem qualquer intenção de jamais infligi-la. Mas nenhuma destas suposições pode ser feita com respeito a uma punição promulgada por *Deus*. Não podemos acreditar que *Ele* seja ignorante de quaisquer circunstâncias, ou de ser capaz de anunciar que Ele fará o que Ele não tem realmente intenção de fazer.

Devemos confiar no *Seu* conhecimento perfeito dos pensamentos dos homens, para julgar quem é culpado e quem não é, e do único princípio do correto e

do errado que parece ser sensatamente aplicável, no sentido que uma proporção deveria ser observada entre a quantidade do pecado e a quantidade da punição a ele concedido.

E aqui vem a consideração que, acredito, causa toda a dificuldade e angústia com respeito a este assunto. Sentimos, intuitivamente, que os pecados cometidos por um ser humano durante um período finito de tempo devem ser necessariamente *finitos* em quantidade; enquanto que a punição contínua durante um período infinito deve ser necessariamente *infinita* em quantidade. E sentimos que tal proporção é injusta.

Uma vez suposto que a punição é finita para um pecado finito, tal que se em qualquer período de tempo a *escolha* pecaminosa deixe de existir, [351] a punição não seria infinita, acredito que esta dificuldade não seria mais sentida, e que deveríamos estar prontos para reconhecer a punição como *merecida*, e, portanto, como justamente infligida; e também reconhecer os muitos bons propósitos a que a punição pode servir, tal como a correção do pecador, ou a admoestação dada aos outros.

Acredito que há outra intuição sentida pela maioria de nós, que ainda não foi levada em consideração. Ela consiste em que há uma *necessidade* eterna, completamente fora de nossa compreensão, que o pecado deve resultar em sofrimento. Acredito que este princípio envolve, e pode em alguma medida tornar mais credível para nós, o insondável mistério da Expição. Penso que este princípio deve ser admitido ao refletir sobre o presente assunto.

Há, também, uma dificuldade que ocorrerá a muitos leitores, e que deveria ser considerada aqui. Ela é a dúvida se um homem que reprime e expulsa de sua mente um desejo pecaminoso unicamente pelo medo de *punição*, possa realmente ser menos *culpado* aos olhos de Deus. ‘Admitido,’ deve ser instado, ‘que incorre-se na punição Divina pelo desejo maligno, quer ou não ele resulte em um *ato* maligno, tal que a sua promulgação possa servir para prevenir aquele desejo, já que o que Deus requer é que deveríamos amar o bem *porque é o bem*, e odiar o mal *porque é o mal*. Se um homem reprime o mal unicamente pelo medo de punição, e não porque é um desejo maligno, ele cessa com o pecado?’ Penso que aqui deve ser admitido que a promulgação da punição para desejos malignos não produz, *em si mesma*, o amor pelo bem *porque é o bem*, e o ódio do mal *porque é o mal*. Ainda, ela ajudará nesta direção? Acredito que Deus use tais motivos como os que melhor atendem a atual necessidade; à vezes, talvez, o *medo* pode ser o único [motivo] que influenciará o pecador; mais tarde, quando, por meio do medo, algum *hábito* de autocontrole tenha sido formado, o desejo maligno pode ser reprimido pela consideração de que a indulgência dele pode levar a atos que o homem está vagamente começando a [352] reconhecer como malignos; ainda mais tarde, quando este reconhecimento tenha ficado mais claro, pode-se recorrer a um motivo mais nobre (tal como o amor humano); e ainda mais tarde, o amor do bem *porque é o bem*, e o amor de Deus como o Ser cuja essência é a *bondade*.

Quando tudo isso tenha sido considerado, seu resultado parece ser a mim a intuição irresistível que a

punição infinita para um pecado finito seria injusta, e, portanto, errada. Sentimos que mesmo o Homem fraco e errante retrocederia de tal ato. E não podemos conceber Deus agindo segundo um padrão amoroso do certo e do errado. Nas palavras de Dean Church¹¹³, ‘Podemos ser tão compassivos e tão justos, e não podemos confiar que Ele o seja?’

O abandono desta intuição e a aceitação, como um ato justo e reto, da inflicção a seres humanos de uma punição infinita por um pecado finito, é praticamente o abandono da Consciência como guia em questões do Correto e do Errado, e o embarque sem bússola nem leme, em um vasto oceano de perplexidade.

Ao adotar tal posicionamento, temos de enfrentar questões tais como as seguintes: ‘Por que aceito o que Deus faz como correto, embora a minha consciência o declare como errado? É por que Ele é o meu *Criador*? Qual fundamento tenho para sustentar que o poder de *criar* é uma garantia para a *bondade*? Ou decorre de seu amor por mim? Mas sei que seres fracos podem amar. Não. O único fundamento razoável para aceitar o que Ele faz como algo correto parece ser a certeza de que Ele é perfeitamente *bom*. E como posso ter a certeza disto, se ponho de lado como inútil o único guia que preconizo para distinguir entre o certo e o errado, a voz da *Consciência*?’

Tais são as dificuldades que encontramos, se nos propomos a adotar o *segundo* curso possível, e rejeitar a Proposição II.

¹¹³ [Nota do tradutor] Trata-se, aparentemente, do pai de Helen, Mary e Edith, que se corresponderam com Lewis Carroll, e que recebeu, do próprio Lewis Carroll, uma cópia de “The Hunting of the Snark”.

O *terceiro* curso possível é aceitar as proposições I e II, e rejeitar III. Portanto, devemos adotar o seguinte posicionamento, 'Acredito que Deus *não* agirá assim. Agora, também acredito que, qualquer coisa que Ele tenha declarado que fará, Ele *fará*. Consequentemente, acredito que Ele *não* tenha declarado que Ele agirá assim.'

[353] As dificuldades, implicadas na escolha deste *terceiro* curso, podem bem ser exibidas em outro conjunto de Proposições incompatíveis, como segue:

1. *Deus não declarou que Ele agirá assim.*
2. *Tudo o que a Bíblia nos diz, sobre as relações entre Deus e o homem, são verdadeiras.*
3. *A Bíblia nos diz que Deus declarou que agirá assim*¹¹⁴.

Como essas três Proposições possivelmente não possam ser todas verdadeiras, a aceitação de (1) necessariamente implica a rejeição de (2) ou de (3).

Se rejeitamos (2), imediatamente somos envolvidos em todo tipo de perplexidades que cercam a questão da Inspiração Bíblica. A teoria da Inspiração *Plena* – que asseire que toda declaração bíblica é absoluta e infalivelmente verdadeira – foi amplamente modificada nesses dias, e acredito que muitos cristãos estão, agora, dispostos a admitir a existência de elementos *humanos* na Bíblia, e que a possibilidade de erro humano nessas suas declarações não envolve as relações entre Deus e o Homem. Mas, com respeito

¹¹⁴ [Nota do tradutor] A seguinte formalização em lógica de primeira ordem destaca a incompatibilidade: 1. Não é verdade que Deus tenha declarado que agirá assim; 2. A Bíblia é fidedigna; 3. Se a Bíblia é fidedigna, Deus declarou que agirá assim.

àquelas declarações, parece ser uma crença geral de que a Bíblia foi providencialmente protegida do erro: de fato, segundo qualquer outra teoria, seria difícil dizer qual é o valor da Bíblia ou para qual propósito eles poderiam ter sido escritos.

O curso mais provável pareceria ser o de rejeitar (3). Consideremos quais dificuldades isso implicaria.

Estamos, agora, supondo que assumimos a seguinte proposição: 'Não acredito que a Bíblia nos diz que Deus tenha declarado que Ele infligirá Punição Eterna a seres humanos, que são ou incapazes de pecar, ou que, sendo capazes de pecar, deixaram de pecar.'

É bom lembrar ao Leitor que, ao assumir tal posicionamento, ele escapa completamente da dificuldade original por conta da qual ingressamos nesta discussão. E quão [354] amplamente diferente isto é daquilo que consideramos como o *primeiro* dos cursos possíveis para nós! *Aquela* nos levaria ao abandono do Cristianismo em si; esta implica muitas dificuldades, sem dúvida, mas todas elas pertencem ao campo infinitamente menos importante do Criticismo Bíblico.

O Leitor incapaz, seja por falta de tempo ou por falta do conhecimento necessário, de investigar esta questão por si mesmo, deve forçosamente aceitar o juízo de outros: e tudo de que ele necessita ser aqui informado é que a interpretação das passagens, que se acredita ensinam a doutrina da 'Punição Eterna', depende amplamente, senão inteiramente, do significado de uma única palavra (*αἰών*). Essa é traduzida, nas nossas Bíblias inglesas, pela palavra 'eterno' ou 'perpétuo': mas há muitos críticos que

acreditam que ela não significa necessariamente 'interminável'. Se for assim, então a punição que estamos considerando é punição finita por pecado finito, e a dificuldade original já não existe.

Para concluir, reunirei em um ponto de vista os diversos modos de escapar da dificuldade original, que podem ser adotados sem violar as inexoráveis leis do raciocínio lógico. Eles são os seguintes:

(1) 'Acredito que a inflição a seres humanos de uma punição interminável por pecados cometidos durante um tempo finito seria injusta, e, portanto, errada. Agora, não consigo resistir à evidência de que Deus tenha declarado a Sua intenção de agir assim. Consequentemente, eu sustento que Ele é capaz de pecar.'

Isto praticamente implicaria o abandono do Cristianismo.

(2) 'Acredito que Deus é perfeitamente bom, e, portanto, que tal inflição de punição seria correta, embora minha consciência a declare errada.'

Isto praticamente significa o abandono da consciência como um guia para distinguir o certo do errado, e deixaria a frase 'Acredito que Deus é perfeitamente bom' sem um significado inteligível. [355]

(3) 'Acredito que Deus é perfeitamente bom. Também acredito que tal inflição de punição seria errada. Consequentemente, acredito que Deus não é capaz de agir assim. Verifico que a Bíblia nos diz que Ele é capaz de agir assim. Consequentemente, acredito que o que a Bíblia nos diz sobre as relações entre Deus e o Homem não podem ser confiadas como verdadeiras.'

Isto praticamente significaria o abandono da Bíblia como um livro fidedigno.

(4) 'Acredito que Deus é perfeitamente bom. Também acredito que tal infligção de punição seria errada. Consequentemente, acredito que Deus não é capaz de agir assim. Verifico que a Bíblia, na Versão inglesa, parece nos dizer que Ele é capaz de agir assim. Agora, acredito que ela é um livro inspirado por Deus, e protegida por Ele do erro no que concerne às relações entre Deus e o Homem, e, portanto, aquilo que ela diz com respeito ao significado real das palavras, pode ser confiado como verdadeiro. Consequentemente, sustento que a palavra, traduzida em inglês como "eterno" ou "perpétuo", foi mal traduzida, e a Bíblia realmente não assere mais do que [a declaração de que] Deus infligirá punição sob a forma de duração desconhecida, mas *não* necessariamente eterna, pelo pecado.'

Qualquer um destes quatro pontos de vista pode ser sustentado, sem a violação das leis do raciocínio lógico.

Aqui se encerra minha presente tarefa; uma vez que meu objeto tenha sido, o tempo todo, *não* indicar um curso em detrimento de outro, mas ajudar o Leitor a ver claramente *o que* os possíveis cursos são, e o que ele está praticamente aceitando, ou negando, ao escolher qualquer *um* deles.

OS PESQUISADORES

Adriel Oliveira



É professor do Departamento de Matemática da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – DMAT/UFRN. Também atua como professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática –

PPGECM/UFRN. Possui doutorado em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp, 2015) e pós-doutorado pela Universidade São Francisco (2017), Itatiba-SP, na área de Educação. É graduado em Matemática pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) “Júlio de Mesquita Filho” (2010). É membro dos Grupos de Pesquisa: História, Filosofia e Educação Matemática (HIFEM / Unesp-Unicamp), do Grupo de Estudos Estética, Formação Superior e Infância (USF/CNPq), bem como do Grupo Potiguar de Estudos e Pesquisa em História da Educação Matemática (GPEP/UFRN).

E-mail para contato: adriel.oliveira@ufrn.br

Alexandre N. Machado

É Licenciado em Filosofia (UFSM, 1994), Mestre em Filosofia (UFRGS, 1998), Doutor em Filosofia (UFRGS, 2004) e foi bolsista de Doutorado Sanduíche (University of Oxford, 2000). Recebeu o prêmio ANPOF de Melhor



Tese de Doutorado em Filosofia de 2004. Foi professor adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Federal da Bahia (2005-2008) e, desde 2009, é professor associado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná. Suas principais áreas de pesquisa são: Filosofia da Linguagem, Filosofia da Lógica, Epistemologia e a obra de Wittgenstein.

E-mail para contato: alnor.machado@gmail.com

Frank Sautter

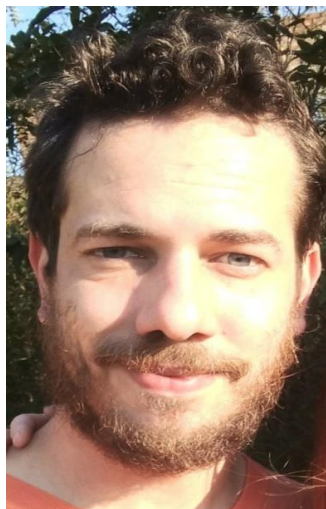


É Bacharel em Ciência da Computação (PUC-PR, 1988), Mestre em Engenharia Elétrica e Informática Industrial (UTFPR, 1991), Mestre em Filosofia (UNICAMP, 1995), e Doutor em Filosofia (UNICAMP, 2000). É professor titular do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria. Atua na área de Lógica e, com respeito à Lógica de Lewis Carroll, publicou os artigos “As teorias carrollianas das falácias” (Cadernos de História e Filosofia da Ciência, 2015) e, em co-autoria com John Lennon Lindemann, “A abordagem carrolliana a paradoxos” (Pensando, 2019).

E-mail para contato: ftsautter@ufsm.br

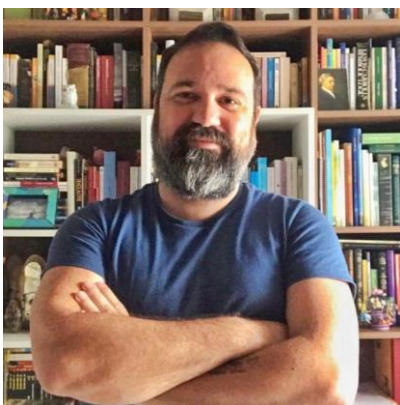
John Lennon Lindemann

É graduado em Filosofia (UFSM, 2015), com mestrado e doutorado em Filosofia (UFSM, 2017, 2021), sempre pesquisando sobre as contribuições de Lewis Carroll à Lógica durante sua formação. Atualmente é diretor da E.M.E.F. Santa Rosa, em Formigueiro (RS), e continua pesquisando sobre a lógica carrolliana, com foco em seu potencial didático para o Ensino Médio.



E-mail para contato: johnlindemann@hotmail.com

Rafael Montoito



É graduado em Matemática (UFPel, 2001). Em seu Mestrado (UFRN, 2007), Doutorado (UNESP, 2013) e Pós-doutorado (University of Birmingham, 2016), pesquisou diversas obras e escritos privados de Lewis Carroll. É autor do livro “Chá com Lewis Carroll: a matemática por trás da literatura” (Paco Editorial, 2011) e “Lógica e nonsense nas obras de Lewis Carroll: silogismos e tontogismos como exercícios para o pensamento” (Editora IFSul, 2019), além de diversos artigos sobre Carroll, seu tempo e sua vasta produção, e tradutor da primeira edição para a língua portuguesa de “Euclides e seus rivais modernos”, de Carroll (Livraria da Física, 2014). É professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (Pelotas, RS), onde orienta no Programa de Pós-graduação em Educação, e professor colaborador no Mestrado em Educação Matemática (UFPel). É líder do GENEP (Grupo de Estudos em Narrativas e Educação na Pós-modernidade) e membro do grupo HIFEM (História, Filosofia e Educação Matemática).

E-mail para contato: xmontoito@gmail.com

Roger Minks

É licenciado em Matemática pelo Centro Universitário Claretiano (Batatais-SP) e graduando em Engenharia Elétrica, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, câmpus



Pelotas. Desde 2018 vem desenvolvendo, em parceria com o Prof. Dr. Rafael Montoito, pesquisas acerca do binômio Matemática e Literatura. Após vários trabalhos baseados no livro *Planolândia – um romance de muitas dimensões* de Edwin A. Abbott, Minks recentemente voltou-se ao estudo das obras de Lewis Carroll.

E-mail para contato: roger-minks@hotmail.com



Logomarca criada por
Patrícia Koschier Buss Strelow
CCS – IFSul

Este livro foi editorado com as fontes Arial, Calibri e
Trade Gothic Next Hvyd.
Versão digital (*e-book*), em acesso aberto, disponível em:
<http://omp.ifsul.edu.br/index.php/portaleditoraifsul>



Os leitores brasileiros conhecem Lewis Carroll como o autor do adorável *Alice no País das Maravilhas* e de sua sequência *Alice Através do Espelho*, livros infantis que encantaram e ainda encantam gerações. Entretanto, Lewis Carroll foi muito mais do que um autor de livros para crianças: dono de uma genialidade ímpar e de uma personalidade curiosa, o célebre autor inglês esteve envolvido e atento às mudanças e discussões do seu tempo, tanto nos campos educacionais, quanto nos culturais, históricos e sociais.

O objetivo deste livro, que apresenta, pela primeira vez, a tradução de oito escritos carrollianos, é popularizar ainda mais a produção de Carroll no cenário acadêmico brasileiro e ajudar a ampliar os horizontes de leitores e pesquisadores que podem, lendo seus textos, se interessar por outras facetas deste autor. O leitor atento encontrará, em cada texto que compõe esta edição, diferentes interesses de Carroll, que se entrelaçam ou se complementam: Literatura, Ética, Teologia, Política, História, Pedagogia, Física, Lógica e Geometria são apenas alguns dentre os que podem ser citados como disponíveis num saudável cardápio, para o leitor “alimentar a mente” de modo instrutivo e divertido.

Prof. Dr. Rafael Montoito

(organizador)

